

Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
Política Institucional
2016-2020

Volume II

Organização:

Maria Rita Neto Sales Oliveira
Angela de Mello Ferreira
Wesley Ruas Silva
Jacqueline Moreno Theodoro Silva
Brenda Barbosa Ragonezi

Belo Horizonte
2017

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

C397p Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: política institucional: 2016-2020/ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG; organização: Maria Rita Neto Sales Oliveira ... [et al.]. - Belo Horizonte: CEFET-MG, 2016. –
2 v. (94p.; 136p.)

Inclui referência.

ISBN: 978-85-99872-35-2

1. Política institucional. 2. Desenvolvimento organizacional. 3. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. I. Oliveira, Maria Rita Neto Sales. II. Título.

CDD: 658.2

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca - Campus I / CEFET-MG

Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
Política Institucional
2016-2020

Volume II



Belo Horizonte
2017

Elaboração deste documento

Diretorias e Secretarias Especializadas

Assessoria do Diretor-Geral

Comissão Permanente de Avaliação

Coordenação Geral da Comissão Executiva da COPEVE

Comissões do PDI (Portarias DIR-1562/15, de 01/12/2015, e DIR-1649/15, de 22/12/2015, alterada pela Portaria DIR-260/16, de 18/03/2016)

Angela de Mello Ferreira

Daniel Paulino Teixeira Lopes

Denise Brait Carneiro Fabotti

Humberto Cardoso dos Santos

Márcia Cristina Feres

Nilza Helena de Oliveira

Sérgio Dias Ribeiro

Ulisses Cotta Cavalca

Felipe Dias Paiva

Jacqueline Moreno Theodoro Silva

Liliane Oliveira Neves

Wesley Ruas Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Diretor-Geral

Flávio Antônio dos Santos

Vice-Diretora

Maria Celeste Monteiro de Souza Costa

Chefe de Gabinete

Henrique Elias Borges

Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica

Carla Simone Chamon – Diretora

Ezequiel de Souza Costa Júnior – Diretor-Adjunto

Diretoria de Graduação

Moacir Felizardo de França Filho – Diretor

Bráulio Silva Chaves – Diretor-Adjunto (até 19/09/2016)

Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães – Diretora-Adjunta (a partir de 24/10/2016)

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Conrado de Souza Rodrigues – Diretor

Rodrigo Tomas Nogueira Cardoso – Diretor-Adjunto

Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo – Diretora-Adjunta (de agosto a dezembro de 2017)

Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário

Giani David Silva – Diretora

Paulo Eduardo Maciel de Almeida – Diretor-Adjunto (até 19/04/2017)

Flávio Luis Cardeal Pádua – Diretor-Adjunto (a partir de 20/04/2017)

Diretoria de Planejamento e Gestão

Gray Farias Moita – Diretor

Tomaz Antônio Chaves – Diretor-Adjunto

Diretores de Unidades

Campus I – Belo Horizonte

Wanderlei Ferreira de Freitas (até 18/05/2016)
Gilmer Jacinto Peres (a partir de 19/05/2016)

Campus II – Belo Horizonte

José Gomes da Silva

Campus Leopoldina

José Antônio Pinto (até 18/05/2016)
Douglas Martins Vieira da Silva (a partir de 19/05/2016)

Campus Araxá

Henrique José Avelar

Campus Divinópolis

Sandra Vaz Soares Martins

Campus Timóteo

Silvânia Aparecida de Freitas Souza (até 18/05/2016)
Leonardo Lacerda Alves (a partir de 19/05/2016)

Campus Varginha

Gilze Belém Chaves (até 18/05/2016)
Paulo César Mappa (a partir de 19/05/2016)

Campus Nepomuceno

Juliana Vilela Lourençoni Botega (até 18/05/2016)
Reginaldo Barbosa Fernandes (a partir de 19/05/2016)

Campus Curvelo

Adriano Gonçalves da Silva (até 18/05/2016)
Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga (a partir de 19/05/2016)

Campus Contagem

Nelson Alexandre Estevão

Conselho Diretor

Flávio Antônio dos Santos – Presidente
Maria Celeste Monteiro de Souza Costa – Suplente
Oiti José de Paula – Titular
Nilva Celestina do Carmo – Suplente
Luciene Maria de Lana Marzano – Titular
Ed'Lúcia Aguiar Dornas Beghini – Suplente
Maria Luiza Maia Oliveira – Titular
Maura de Fátima Mendonça de Goffredo Costa dos Santos – Suplente
Antônio do Carmo Neves – Titular
Wilson Barros de Moura – Suplente
Ezequiel de Souza Costa Júnior – Titular
Clausymara Lara Sangiorge – Suplente
José Geraldo Peixoto de Faria – Titular
Lindolpho Oliveira de Araújo Júnior – Suplente
Valter Júnior de Souza Leite – Titular
Augusto César da Silva Bezerra – Suplente
José Maria da Cruz – Titular
João Eustáquio da Silva – Suplente
Jéssica Mariana Andrade Tolentino – Titular
Alfredo Marques Diniz – Titular
João Bosco Calais Filho – Suplente

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) – PDI 2016-2020 – explicita a política da Instituição para os próximos cinco anos, contemplando seus princípios orientadores e os objetivos, além dos programas e metas que lhes correspondem, para o período em pauta.

No Plano, revisita-se a trajetória histórica do CEFET-MG, instituição educacional pública e gratuita, desde sua criação como Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, em 1909, até os dias atuais, além de sua função social e de suas finalidades como instituição educacional.

Reitera-se a sua caracterização como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), consolidada como instituição universitária verticalizada, com conceito institucional quatro (4) em uma escala de um a cinco (1-5) pelo Ministério da Educação (MEC), e atuação nos âmbitos relacionados do ensino, da pesquisa e da extensão, na área da educação tecnológica, em Minas Gerais. Além disso, reconhece-se o dever do CEFET-MG de prestação de contas à sociedade, pelo qual este Plano explicita o seu processo de autoavaliação contínua, tendo em vista o alcance pela Instituição de patamares cada vez mais elevados de excelência acadêmica.

A construção deste PDI 2016-2020 teve caráter essencialmente democrático, envolvendo ampla participação da comunidade por meio de equipes de trabalho em diferentes áreas e comissões de sistematizações, sob a responsabilidade de equipe diretamente ligada à Diretoria Geral, e, a partir de outubro de 2015, sob a coordenação da Assessoria do Diretor-Geral.

A coleta de dados foi feita por meio de vários recursos metodológicos, tais como análise documental e arquivística, aplicação de questionários, realização de entrevistas, reuniões com a comunidade geral e as Diretorias e Secretarias Especializadas. Informações sobre o andamento e os produtos do processo de elaboração do Plano foram divulgadas no *site* institucional, com vistas a facilitar para a comunidade a expressão de suas posições, suas demandas e seus interesses aqui considerados.

Com a materialização deste PDI 2016-2020, que caracteriza as condições atuais e delinea as condições futuras da Instituição no cenário educacional do país, no CEFET-MG busca-se o atendimento crítico às demandas sociais na área da educação tecnológica, comprometendo-se com projeto nacional democrático, de modernização inclusiva e de sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural.

Flávio Santos
Diretor-Geral

SIGLAS

AMTEC	Analogias e Metáforas em Tecnologia, Educação e Ciência
AVI	Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CD	Conselho Diretor
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CGRAD	Conselho de Graduação
CGDA	Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNE/CEB	Câmara de Educação Básica do CNE
CNE/CES	Câmara de Educação Superior do CNE
CNE/CP	Conselho Pleno do CNE
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CP	Coordenação Pedagógica
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPG	Conselho de Planejamento e Gestão
CPE	Coordenação de Política Estudantil
CSO	Comunicação Social
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
DEPT	Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica
DEDC	Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário
DIRGRAD	Diretoria de Graduação
DPG	Diretoria de Planejamento e Gestão
DPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EXT	Extensão e Desenvolvimento Comunitário
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GIN	Governança da Informação
GRD	Graduação
IC	Iniciação Científica
IC-Jr	Iniciação Científica Júnior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IET	Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITI	Iniciação Tecnológica e Inovação
IUT	Institute Universitaire de Technologie
LACTEA	Laboratório Aberto de Ciência, Tecnologia, Educação e Arte
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PES	Pesquisa
PGE	Planejamento e Gestão
PGR	Pós-Graduação
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POE	Política Estudantil
PPP	Projeto Político-pedagógico
PPG	Pesquisa e Pós-Graduação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
REI	Relações Internacionais
SAE	Society of Automotive Engineering
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SISP	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SIGI	Secretaria de Governança da Informação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPE	Secretaria de Política Estudantil
SRI	Secretaria de Relações Internacionais
T	Programa Transversal
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

Figura, gráficos, quadros e tabelas

Figuras

Figura II.01	CEFET-MG – PDI 2016-2020 – Núcleo conceitual	67
--------------	--	----

Gráficos

Gráfico I.01	Ofertas na EPTNM – 2011-2015.	25
Gráfico I.02	Ofertas na graduação – 2011-2015.	25
Gráfico I.03	Cursos de mestrado e doutorado – 2011-2015.	29
Gráfico I.04	Turmas de pós-graduação <i>lato sensu</i> de cursos novos em funcionamento – 2011-2015.	29
Gráfico I.05	Bolsas de IC/ITI e IC-Jr – 2011-2015.	30
Gráfico I.06	Bolsas de Iniciação Científica (BIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (BITI) e Iniciação Científica Júnior (ICJr), por instituição – 2011-2015.	31
Gráfico I.07	Bolsas de Iniciação Científica (BIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (BITI) e Iniciação Científica Júnior (BIC Jr) por campus – 2015.	31
Gráfico I.08	Publicações em periódicos indexados na Journal Citation Reports/Web of Science – soma de 2011 a 2015.	32
Gráfico I.09	Total de atividades de extensão registradas na DEDC e levadas a efeito – 2011-2012.	38
Gráfico I.10	Projetos de extensão com atendimento a população e comunidades em situação de risco – 2012-2015.	39
Gráfico I.11	Atividades de extensão – 2012-2015.	40
Gráfico I.12	Bolsas de extensão – 2012-2015.	40
Gráfico I.13	Bolsas permanência e alimentação – 2011-2015.	48
Gráfico I.14	Docentes efetivos – 2011-2015.	52
Gráfico I.15	Titulação dos docentes efetivos – 2011.	52
Gráfico I.16	Titulação dos docentes efetivos – 2015.	53
Gráfico I.17	Publicações em periódicos pelo corpo docente – 2011-2015.	53
Gráfico I.18	Titulação dos docentes contratados – 2011.	54
Gráfico I.19	Titulação dos docentes contratados – 2015.	53
Gráfico I.20	Servidores técnicos administrativos – 2011-2015.	58

Gráfico I.21	Titulação dos técnicos administrativos – 2011.	59
Gráfico I.22	Titulação dos técnicos administrativos – 2015.	59
Gráfico I.23	Orçamento anual – 2011-2015.	60

Quadros

Quadro I.01	Cursos de educação profissional técnica de nível médio em 2015.	26
Quadro I.02	Cursos de graduação em 2015, por ano de início da oferta.	28
Quadro I.03	Mestrado (M) e doutorado (D) em 2015, por ano de início da oferta.	29
Quadro I.04	Grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq em 2015.	33
Quadro I.05	Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.	41
Quadro I.06	Acordos vigentes celebrados entre o CEFET-MG e instituições internacionais em 2015.	50
Quadro II.01	Programas gerais e específicos – PDI 2016-2020.	74

Tabelas

Tabela I.01	Atividades de extensão registradas na DEDC e levadas a efeito – 2011-2012.	38
Tabela I.02	Refeições subsidiadas a estudantes por <i>campus</i> – 2011-2015.	48
Tabela I.03	Titulação dos docentes efetivos por <i>campus</i> – 2011-2015.	55
Tabela I.04	Titulação dos docentes contratados por <i>campus</i> – 2011-2015.	56
Tabela I.05	Titulação dos técnicos administrativos por <i>campus</i> – 2011-2015.	57
Tabela I.06	Área física em 2015.	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. DIAGNÓSTICO	21
A – Levantamento e avaliação das condições institucionais vigentes	21
B – Dados e informações sobre a caracterização institucional – 2011-2015	23
C – Síntese de aspectos do diagnóstico.....	61
II. VISÃO DE FUTURO	64
A – Visão geral e concepções	64
B – Princípios, metas, objetivos e programas gerais	68
C – Princípios, metas, programas e objetivos específicos por área.....	77
III. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI.....	131
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), para o período de 2016-2020, teve como base orientações de órgãos centrais da administração educacional do país relativas à elaboração de um PDI, além daquelas inferidas dos processos de avaliações institucionais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essas orientações foram balizadas pelas particularidades históricas e administrativas do CEFET-MG, por sua função social e suas finalidades, e pelas condições de construção coletiva do Plano. Assim, a elaboração deste PDI foi conduzida de forma a favorecer a participação da comunidade institucional em todo o processo.

Decidiu-se manter a concepção defendida nos planos anteriores – PDI 2005-2010 e PDI 2011-2015, tal como aprovados, respectivamente, pela Resolução CD-122/05, de 19/12/2005 e Resolução CD-135/11, de 10/10/2011¹ – de que o PDI é plano estratégico a ser entendido como uma projeção, o qual se enraíza nas políticas e práticas vigentes na Instituição, aprimora sua organicidade, sistematização e flexibilidade e supera seu grau de qualidade. Como plano estratégico, o PDI 2016-2020 registra objetivos, metas e programas para os próximos cinco anos, com base na realidade atual e na realidade projetada. Isso à luz do conjunto de 20 princípios orientadores da atuação do CEFET-MG que vêm sendo construídos e reconstruídos na trajetória histórica da Instituição. Esses princípios e os objetivos e programas gerais constituem núcleo fundamental do presente Plano e fazem o papel de mediadores entre as condições do contexto da Instituição, o diagnóstico realizado e a atuação de cada área institucional.

Na construção democrática e coletiva deste PDI, a comunidade foi demandada a participar de sua elaboração e informada a respeito. Nessa direção, numa primeira grande etapa, foram constituídas oito equipes de trabalho. Estas ficaram responsáveis pelo diagnóstico das áreas de atuação do CEFET-MG, ou seja: ensino, pesquisa, extensão, planejamento e gestão, política estudantil,

¹ As resoluções e portarias da Diretoria-Geral e dos Conselhos do CEFET-MG encontram-se divulgadas no *site* da Instituição, disponível em www.cefetmg.br.

governança e acesso à informação, além de aspectos relativos ao espaço físico e à gestão de pessoas individualmente considerados². Ressalta-se que as questões da internacionalização institucional, contempladas na estrutura institucional com uma Secretaria Especializada, foram abordadas pelas equipes de trabalho responsáveis pelas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Também questões de avaliação foram abordadas por diferentes equipes.

O diagnóstico evidenciou aspectos positivos, ao lado de limitações ainda vigentes, além de oportunidades para o aprimoramento institucional, em relação às áreas mencionadas. A síntese desses aspectos, realizada pela Assessoria do Diretor-Geral que assumiu a coordenação do processo, viabilizou entendimento amplo das demandas da comunidade fundadas em sua percepção das condições reais e das possibilidades institucionais.

A próxima etapa da elaboração do PDI também contou com a participação efetivados presidentes das equipes de trabalho, além das Diretorias e Secretarias Especializadas da Instituição. Essa segunda etapa envolveu: (1) revisão e complementação de dados e informações sobre a trajetória histórica do CEFET-MG, desde a sua criação, e análise de sua função social, suas finalidades e sua organização administrativa; (2) conclusão da síntese da primeira etapa, incluindo apreciação dos resultados dos processos de avaliação institucional e levantamento de dados numéricos e qualitativos relativos à atuação institucional no período de 2011 a 2015; (3) apreciação dos planos preliminares das Diretorias e Secretarias Especializadas, tal como projetados para os próximos anos; (4) consolidação do resultado do trabalho anterior em objetivos e programas gerais traduzidos, por sua vez, em metas, programas e objetivos específicos para cada uma das dez áreas de atuação institucional para o período em pauta: ensino; pesquisa; extensão; inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia; política estudantil; internacionalização institucional; comunicação social; governança da informação; administração; e avaliação institucional. Todo o trabalho realizado levou em conta os princípios institucionais gerais que foram reformulados, tendo em vista o contexto atual do

² Cada equipe de trabalho congregou um grupo de pessoas da comunidade indicadas pelas Diretorias e Secretarias Especializadas e pelas Diretorias de Unidades, de forma que o diagnóstico em pauta foi conduzido por mais de 100 sujeitos institucionais. A lista desses sujeitos está incluída em Apêndice deste texto.

CEFET-MG. Além disso, a comunidade foi sendo informada sobre o processo e seus produtos, quer pelos participantes diretos no processo de elaboração do Plano, quer por meio de notícias divulgadas no *site* institucional.

Na etapa final foram realizadas: (1) sistematização do trabalho anterior em Documento Base e sua apreciação, envolvendo revisões e sugestões das Diretorias e Secretarias Especializadas e dos presidentes das equipes que realizaram o diagnóstico; (2) nova sistematização do documento com a consolidação das contribuições apresentadas; (3) apresentação da versão consolidada do PDI 2016-2010 aos Diretores de Unidades, Departamentos e comunidade e nova redação do Plano, contemplando possíveis sugestões e revisões; apreciação dessa versão pelo Conselho Diretor e definição da versão final, culminando com sua editoração, impressão e distribuição interna e externamente, incluídos os órgãos de administração da educação no país.

Nessas condições, o presente Plano é bastante abrangente como documento de referência da trajetória histórica, da situação atual e da situação projetada para o período 2016-2020. Tal como na elaboração dos planos de períodos anteriores, cuidou-se para que o PDI 2016-2020 fosse o mais abrangente possível, de forma a prover uma visão panorâmica da Instituição. Além disso, que ele fosse flexível em sua visão de futuro, de forma a favorecer não apenas a compreensão das definições gerais nele presentes, mas sobretudo a autonomia dos diferentes setores e sujeitos na condução da política institucional. Nessas condições, ele busca contemplar de forma orgânica os dados e informações encaminhados à Assessoria do Diretor-Geral da Instituição, por parte de vários sujeitos institucionais, a quem se agradece pela expressiva contribuição oferecida com generosidade singular. Esta última característica deste PDI reforça o seu caráter democrático, porquanto: elaborado com recursos metodológicos que favoreceram a participação da comunidade; aprovado na forma de dispositivo normativo definido por órgão colegiado; e envolvendo conteúdo fundado em princípios relacionados à democratização da educação.

Nessa direção, reitera-se afirmação presente nos planos anteriores de que o acompanhamento e a apreciação contínua da política institucional, por parte da comunidade, são desejados e serão incentivados como fundamentais para o

aprimoramento das propostas institucionais para os próximos cinco anos, aqui sistematizadas.

No entanto, essa apreciação implica o entendimento de que o presente Plano – documento de política institucional – inclui questões de controle e avaliação, para o apropriado provimento de condições, a fim de se realizar o que se propõe, mas, também, a consciência da necessidade de recursos orçamentários compatíveis com a elevação desejada da qualidade da atuação institucional, pelos quais a Instituição se propõe lutar. Nesse contexto, não pode prescindir do entendimento de várias características contraditórias da contemporaneidade que têm relação direta com a educação em geral e a educação profissional em particular.

Entre elas, cumpre salientar: (1) a defesa das diferenças, da diversidade cultural e dos direitos humanos em âmbito mundial incluído o Brasil, ao lado da crise das hierarquias de conhecimentos e culturas; (2) as transformações tecnológicas, que, se de um lado, favorecem a divulgação do conhecimento e seu domínio, por parte da humanidade, de outro não têm concretizado suas promessas de melhoria de vida humana para grande maioria da população mundial; (3) relacionado às características anteriores, o aumento da exclusão social, do desemprego estrutural, e da concentração da riqueza e da monopolização do conhecimento científico e tecnológico de ponta, por número cada vez menor de sujeitos e grupos econômicos; (4) a existência de novo padrão de sociabilidade com a comunicação entre indivíduos e grupos mediada pelas redes sociais e aparelhos celulares que facilitam a interação em tempo real e encurtam espaços, mas desprivilegiam interações interpessoais; (5) a defesa da educação como direito e não como produto ou serviço, ao lado da transferência para os agentes educacionais da responsabilidade de disputar, no mercado, a venda de seus produtos; (6) a exigência de atualização contínua dos trabalhadores, com interferência nas expectativas que tendem para a formação ao longo da vida ou ao longo da vida produtiva, ao lado das limitações socioeconômicas para se contemplar essa exigência; (7) o objetivo de a educação profissional preparar o trabalhador para o domínio de amplos e novos requisitos de qualificação e formação profissional, mas também para o provável desemprego, num contexto de quedas nas taxas de emprego e renda; (8) o fato de o Brasil ser um país rico em recursos naturais, mas situar-se entre os dez países com maiores índices de

desigualdade social, e, por dados de 2014, ocupar, o 75º lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo Jahan (2015); (9) a posição do Brasil, em 2015, no 8º lugar no ranking da economia mundial³, com Produto Interno Bruto (PIB) de quase seis trilhões de reais⁴, mas o que representa queda em relação ao ano de 2011, quando ocupava o 6º lugar nesse ranking; (10) a especificidade da história, da cultura e das instituições brasileiras que defendem a educação de cidadãos comprometidos com a luta pela construção coletiva de um projeto de nação democrática, no contexto da crise política que vem sendo construída no país, com reflexos na economia, com oscilações na bolsa de valores e cotação do dólar, num contexto de queda de emprego e renda, além da interferência na educação de subjetividades permeadas pela incerteza, competição e despolitização; (11) a vontade política dos sujeitos educacionais no cumprimento de objetivos e metas das suas instituições, ao lado das restrições orçamentárias e financeiras para tal; (12) a importância de se contextualizar a política institucional no âmbito das políticas educacionais no país, as quais, no entanto, sofrem processo global de padronização, orientado por organismos internacionais, ao lado das resistências fundadas na sabedoria sujeitos que negam, na prática, as propaladas vantagens absolutas da contemporaneidade.

Quanto à estrutura formal, este documento se estrutura em torno de três grandes partes: contexto, diagnóstico e visão de futuro. Na primeira abordam-se as características do contexto institucional, da sua condição como Escola de Aprendizizes Artífices até a condição de CEFET-MG. A segunda parte trata do diagnóstico, especificando o trabalho realizado e apresentando dados e informações sobre as condições institucionais vigentes. Completa o texto, a visão de futuro, apresentada na terceira parte, com a definição dos princípios, objetivos e programas gerais, que, conforme mencionado, fazem a mediação entre as características históricas e atuais e a atuação planejada para cada uma das áreas institucionais, também incluída nessa parte. Finalmente, o documento

³ Dados disponíveis em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/brasil-deve-cair-para-8-posicao-em-ranking-de-maiores-pibs-mostra-fmi.html>. Acesso em 10/06/2016.

⁴ Segundo BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores de conjuntura*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em 10/06/2016.

trata de definições sintéticas sobre o acompanhamento e a avaliação do próprio PDI 2016-2020. Quanto à apresentação, o Plano encontra-se dividido em dois volumes. Este volume aborda os tópicos relativos ao *Diagnóstico* e à *Visão de futuro*.

I. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico das condições vigentes no CEFET-MG, para efeito da elaboração deste PDI, envolveu mais de uma etapa. A primeira delas consistiu em amplo e profundo levantamento e apreciação de dados e informações sobre a Instituição, sob a responsabilidade de oito comitês distribuídos por áreas. Cada comitê envolveu um conjunto de membros da comunidade, tal como foi explicitado neste texto.

A segunda etapa teve por objetivo o conhecimento de dados quantitativos e qualitativos referentes a vários aspectos da atuação institucional, no período de 2011 a 2015, atentando-se também para resultados dos processos de avaliação institucional do período, tal como apresentados nos relatórios da Comissão Permanente de Avaliação.

A – Levantamento e avaliação das condições institucionais vigentes

Iniciado em novembro de 2014, o diagnóstico para elaboração do PDI 2016-2020 se deu em duas grandes etapas. A primeira e mais extensa – a qual pode ser denominada de etapa-base do diagnóstico institucional – foi realizada com o intuito de se verificar a situação do CEFET-MG, em suas diversas esferas de funcionamento e de atuação, na visão dos sujeitos institucionais. Tal diagnóstico se configurou como um amplo panorama sobre a estrutura, o funcionamento interno e o contexto de inserção institucional, o que contribuiu para o processo de definição de condições a serem alcançadas tendo em vista a consecução das finalidades da Instituição, à luz da sua função social.

Dadas a complexidade das estruturas e das dinâmicas administrativa e acadêmica e a necessidade de esforço compartilhado para a análise situacional constituíram-se, em dezembro de 2014, oito comitês temáticos. A atribuição desses seria pesquisar e compreender, de forma analítica, detalhes e singularidades de cada área fundamental ou emergente, para posterior síntese de conclusões e tomada de decisões, expressas em metas, programas e objetivos específicos relativos aos próximos cinco anos.

Conforme mencionado, os comitês ficaram responsáveis pelas seguintes áreas: ensino, pesquisa, extensão, política estudantil, governança e acesso à informação, planejamento e gestão, gestão de pessoas e espaço físico.

Com a compreensão de que a gestão institucional deve ser feita a partir da atenta avaliação das condições administrativas e acadêmicas, tais grupos foram compostos por servidores selecionados por meio de critérios como atuação destacada e conhecimento nas respectivas áreas, por indicação da Diretoria Geral e das Diretorias e Secretarias Especializadas. Posteriormente, em vista dos debates ocorridos em visitas realizadas aos *campi* do interior, também foram feitas indicações de servidores para integrarem os grupos originais, por parte das Diretorias de Unidades. Isso intensificou a capilaridade das discussões, possibilitando maior troca de experiências entre os vários sujeitos institucionais.

Cada grupo realizou a análise da situação institucional, evidenciando características que, com maior probabilidade, teriam o potencial de interferir, positiva ou negativamente, no cumprimento da função social do CEFET-MG e na consecução dos objetivos de desenvolvimento institucional. Assim, foram levantados fatores institucionais relativos a cada uma das mencionadas áreas temáticas, os quais podem ser agrupados em externos (próprios do contexto no qual a Instituição se insere) e internos (próprios da Instituição).

Os fatores externos envolveram orientações normativas, política, social, econômica ou quaisquer outras cujas atribuições dos sujeitos institucionais não lhes conferem poderes decisórios para intervenção direta sobre eles. Tais fatores, quando potencialmente positivos, poderiam ser aproveitados para a consecução dos objetivos institucionais. Por outro lado, quando potencialmente negativos, seriam analisados para que, o tanto quanto possível, fossem contornados, evitando-se, assim, danos que, por análise e planejamento adequados, pudessem ser evitados.

Os fatores internos, por sua vez, referiram-se às situações da realidade institucional que podem ser diretamente alteradas pela deliberação e pela ação dos sujeitos acadêmicos e administrativos, conforme suas atribuições. Ao se verificarem situações prejudiciais à atuação institucional, caberia a intervenção

reparadora em estruturas ou procedimentos. Ao contrário, percebendo-se destacada qualidade positiva em características e processos institucionais, poderiam ser realizadas ações para sua manutenção ou seu reforço.

Isso posto, ao longo do ano 2015, os comitês realizaram intenso e extenso trabalho de análise e discussão de informações e dados coletados. O tanto quanto possível, buscaram-se dados quantitativos e qualitativos passíveis de verificação, por meio de metodologias diversas, tais como análise documental e arquivística, aplicação de questionários, realização de entrevistas, verificação *in loco* e realização de *brainstormings*. Buscou-se, portanto, o contínuo debate, feito entre os membros dos grupos e, quando necessário, com especialistas e partes interessadas de cada área.

Analisados os dados, cada equipe elaborou relatório⁵ próprio com a síntese de suas constatações sobre o diagnóstico então realizado. Foram colocadas em evidência as principais condições observadas consideradas fundamentais para a condução da segunda grande etapa de elaboração do PDI 2016-2020. A condução desta levou em conta novas sínteses apresentadas pelos comitês, relativas a objetivos institucionais a serem contemplados nos próximos cinco anos. Estes foram incluídos na parte III deste Plano, em *Visão de futuro* e não são aqui retomados.

Essa etapa-base de diagnóstico descrita foi completada com novos dados e informações, tal como registrados a seguir.

B – Dados e informações sobre a caracterização institucional – 2011-2015

A seguir será apresentada uma amostra de dados e informações sobre a atuação do CEFET-MG, no âmbito das atividades-fim e de atividades que lhes dão apoio, e que foram conduzidas pelas Diretorias Especializadas e pelas Secretarias de Política estudantil e de Relações Internacionais, envolvendo o período de 2011-2015.

⁵ Os textos dos relatórios de cada grupo como também os relativos às sínteses produzidas a partir deles foram disponibilizados para a Diretoria Geral e Diretorias e Secretarias Especializadas e considerados peças-chave para a definição deste PDI. Além disso, deverão ser consultados para a definição de projetos e ações específicas dos diferentes setores institucionais, durante todo o período de 2016-2020.

Quanto aos aspectos qualitativos, eles abordam apenas o ano de 2015, último ano de vigência do PDI 2011-2015. Nesse caso, ao lado da expansão, verificada pelos dados quantitativos, verifica-se a diversificação das atividades institucionais. Essa diversificação incide não apenas em relação às áreas de conhecimento envolvidas, como também em relação à interiorização institucional. Esta última responde à necessidade de a Instituição adequar-se às características regionais, particularmente na oferta de cursos na educação profissional técnica de nível médio e na educação superior. Ainda em relação ao ensino, os dados expressam a qualidade dos cursos superiores ofertados, o que se evidencia pelos seus conceitos, tal como registrado nos quadros correspondentes.

Além disso, os dados sinalizam o vigor de muitos grupos de pesquisa, cujos inícios remontam à década de 1990 e permanecem em atividade até o presente, com novos projetos em atendimento às condições conjunturais do espaço geográfico e histórico da Instituição. Na extensão, os dados de 2011 até 2015 também indicam essa característica, embora a maioria das ações se estenda por períodos mais curtos, dada a natureza da extensão talvez mais influenciada pelas suas relações com as condições da comunidade.

Em síntese, evidencia-se a densidade institucional como instituição universitária verticalizada, de alta qualidade, do nível médio na educação básica ao nível de doutorado na educação superior.

1 – Ensino

Apresenta-se neste tópico dados sobre a evolução da oferta de cursos regulares em todos os níveis de ensino. Observa-se significativo crescimento do número de cursos ofertados no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*, considerando, particularmente o início do período em 2011 e o seu término, em 2015. Também é expressiva a situação de expansão relativa ao ano de 2015 quando comparada à de 2014. No caso dos cursos de EPTNM o gráfico correspondente registra todas as ofertas, considerando-se todos os *campi* e todas as modalidades: cursos integrados, cursos na concomitância externa e

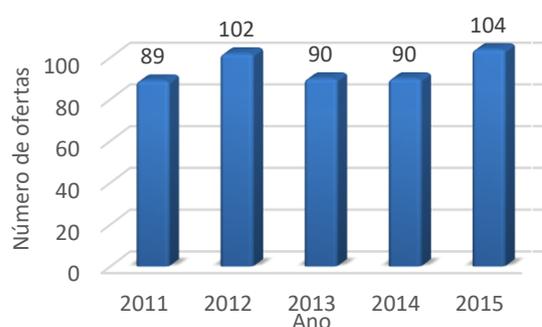
cursos subsequentes. Há também a oferta de três cursos na modalidade de EaD, tal como explicitado no tópico de *Trajetória institucional* deste Plano.

Ressalta-se o esforço da Instituição no sentido da expansão da pós-graduação no nível de doutorado, passando a contar com um curso em 2013 e dois em 2015. No caso dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, há que se registrar que um dado curso pode não ser ofertado todos os anos, razão por que foram privilegiados, na coleta de dados, os números relativos a novas ofertas, ou seja, cursos novos, ofertados a cada ano. Neste caso, observa-se um total de 20 novos cursos ofertados no período. Isto também se explica pela natureza desses cursos que buscam atender a demandas conjunturais da comunidade.

Deve-se acrescentar aqui a atuação das Coordenações Pedagógicas (CP) existentes em todos os *campi* e que vêm contribuindo para elevação da qualidade do ensino na Instituição. As atribuições desses setores são definidas pela Resolução CD-049/12, de 03/09/2012: “as Coordenações Pedagógicas são unidades organizacionais responsáveis por implementar e executar as políticas de ensino das diretorias de Graduação, de Educação Profissional e Tecnológica e de Pesquisa e Pós-graduação, no âmbito das unidades”.

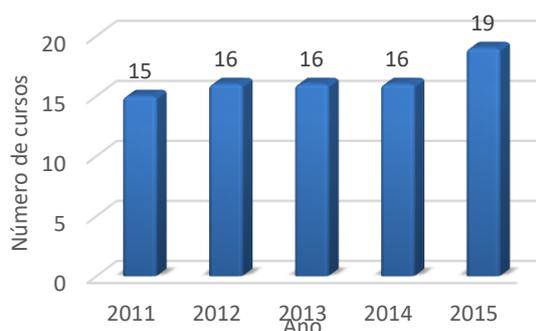
A propósito da atuação desses órgãos, no início de 2016, pela Portaria DIR-388/16, de 26/04/2016, foi constituída a Comissão Responsável pela Reestruturação e Elaboração do Regulamento da Coordenação Pedagógica. Essa constituição tem como uma das motivações o fato de se constatar a necessidade de uma atuação mais orgânica das coordenações, considerando-se todos os *campi* e as diferentes instâncias institucionais com as quais elas colaboram. Os quadros e gráficos a seguir expressam considerações aqui feitas.

Gráfico I.01 – Ofertas na EPTNM – 2011-2015.



Nota: Os dados incluem cursos presenciais e a distância.
Fonte: Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica

Gráfico I.02 – Cursos de graduação – 2011-2015.



Fonte – Diretoria de Graduação.

Quadro I.01 – Cursos de educação profissional técnica de nível médio em 2015.

(Continua)

Curso	Início ¹	Campus	INT ²	CON ³	SUB ⁴	EAD ⁵	PROEJA ⁶
Controle Ambiental	2012	Contagem	X				
Edificações	1969	Belo Horizonte	X				X
	2001	Araxá	X	X	X		
	2007	Timóteo	X	X	X		
		Varginha	X		X		
	2010	Curvelo	X				
Eletroeletrônica ⁷	2012	Timóteo				X	
		Nepomuceno				X	
		Curvelo				X	
		Contagem	X				
Eletromecânica	1982	Belo Horizonte		X	X		
	1996	Divinópolis	X	X	X		
	1997	Leopoldina		X	X		
Eletrônica	1969	Belo Horizonte	X	X	X		
	1992	Araxá	X	X	X		
Eletrotécnica	1960	Belo Horizonte	X	X	X		
	1987	Leopoldina	X				
	2007	Nepomuceno	X	X	X		
	2010	Curvelo	X				
Equipamentos Biomédicos	1998	Belo Horizonte	X				
Estradas	1951		X	X	X		
Hospedagem	1998		X	X	X		
	1987		X				
Informática	1997	Leopoldina	X	X	X		
	2006	Divinópolis	X				
	2007	Timóteo	X	X	X		
		Varginha	X	X	X		
	2012	Contagem	X				
	Informática para internet ⁷	2007	Divinópolis		X	X	
2012		Timóteo				X	
		Nepomuceno				X	
		Curvelo				X	

Quadro I.01 – Cursos de educação profissional técnica de nível médio em 2015.

(Conclusão)

Curso	Início ¹	Campus	INT ²	CON ³	SUB ⁴	EAD ⁵	PROEJA ⁶
Mecânica	1943	Belo Horizonte	X	X	X		X
	1987	Leopoldina	X	X	X		
	1992	Araxá	X	X	X		
Mecatrônica	2006	Belo Horizonte	X				
	2007	Varginha	X		X		
	2010	Nepomuceno	X	X	X		
Meio Ambiente ⁷	1986	Belo Horizonte	X		X		
	2010	Timóteo				X	
		Curvelo	X				
	2012	Nepomuceno				X	
Curvelo					X		
Metalurgia	2007	Timóteo		X	X		
Mineração	1992	Araxá	X	X	X		
Produção de Moda	1996	Divinópolis	X	X	X		
Química	1964	Belo Horizonte	X	X	X		
	2007	Timóteo	X				
Rede de Computadores	2010	Belo Horizonte	X				
	2011	Nepomuceno	X				
Trânsito	2015	Belo Horizonte	X	X	X		
Transporte e Trânsito	2001		X				

Fonte –CHAMON; GOODWIN JÚNIOR (2011); Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica; e Resoluções do CD, CEPE e CEPT.

¹ – O ano refere-se ao início do curso e não necessariamente ao início de todas as suas formas ou modalidades de oferta. Para cinco cursos ofertados nos *campi* de Belo Horizonte, o ano se refere ao ano de início do curso com o nome tal como registrado, embora o nome do curso que lhe deu origem tenha sido diferente na sua origem. Assim: **Mecânica** (1968) – Construção de Máquinas e Motores (1943-1967); **Estradas** (1961) – Construção de Pontes e Estradas (1951-1960); **Meio Ambiente** (1999) – Saneamento (1986-1998); **Equipamentos Biomédicos** (2009) – Equipamentos para a Área da Saúde/ Equipamentos Médico-Hospitalares (1998-2008); **Hospedagem** (2012) – Turismo e Lazer (1998 a 2011).

² – INT (Integrado).

³ – CON (Concomitância Externa).

⁴ – SUB (Subsequente).

⁵ – EAD (Educação a Distância)

⁶ – PROEJA (Programa de Integração da EPT ao Ensino Médio na Modalidade de EJA).

⁷ – Ofertado também no polo de educação a distância em Campo Belo.

Quadro I.02 – Cursos de graduação em 2015, por ano de início da oferta.

Ano	Curso	Campus	Portarias MEC e Resoluções CEPE ¹	Indicadores de avaliação		
				CC ⁶	CPC ⁷	ENADE
1979	Engenharia Elétrica	B. Horizonte II ²	Portaria n.1.091, de 24/12/15 (RR)	5 (2004)	4	4 (2015)
	Engenharia Mecânica			4 (2004)		
1981	Formação de Professores ³	B. Horizonte II ²	Portaria n. 2.372, de 05/07/06. (R)	A ⁴	A ⁴	A ⁴
1999	Engenharia de Produção Civil		Portaria n. 1.091, de 24/12/15	sem índice ⁵	4	4 (2015)
2005	Engenharia de Controle e Automação	Leopoldina	Portaria n. 286, de 21/12/12 (RR)	4 (2011)	3	3 (2011)
2006	Engenharia de Automação Industrial	Araxá	Portaria n. 1.091, de 24/12/15 (RR)		3	3 (2015)
	Química Tecnológica	B. Horizonte I			4	4 (2015)
2007	Administração	B. Horizonte II	Portaria n. 702 de 18/12/13 (RR)		4	5 (2012)
2007	Engenharia de Computação	B. Horizonte II	Portaria n.1.091, de 24/12/15 (RR)	5 (2012)	4	4 (2015)
2008	Engenharia de Materiais	B. Horizonte I		4 (2014)	3	
		Engenharia Mecatrônica	Divinópolis	Portaria n. 48 de 23/01/2015 (RR)	4	5
2009	Engenharia de Computação	Timóteo	Aguardando parecer final da CTAA (R)	4 (2015)	sem índice ⁵	4 (2015)
2010	Engenharia Ambiental e Sanitária	B. Horizonte I	Portaria n. 866, de 9/11/15 (R)	4		4
	Engenharia de Minas	Araxá	Reconhecimento/ em andamento (R)	sem índice ⁵		4 (2015)
2011	Letras	B. Horizonte I	Aguardando parecer da SESu (R)	4 (2015)		
2012	Engenharia Civil	Curvelo	Resolução CEPE 05/12, de 10/05/12	sem índice ⁵	Sem índice ⁵	
2015	Engenharia Civil	Varginha	Aguardando parecer final da CTAA (A)	4 (2015)		
	Engenharia de Transportes	B. Horizonte I	Resolução CEPE 24/14, de 29/08/14	sem índice ⁵		
	Engenharia Elétrica	Nepomuceno	Portaria n. 915, de 27/11/15 (A)	4 (2015)		

Fonte – Diretoria de Graduação – Dezembro de 2015.

¹ – Portarias: A – Autorização; R – Reconhecimento; RR – Renovação de reconhecimento.

² – Belo Horizonte II e Belo Horizonte I referem-se ao *campus* II e *campus* I.

³ – Desde 1998, a formação de professores deixou de ser curso de licenciatura e passou a ser ofertada na forma de Programa.

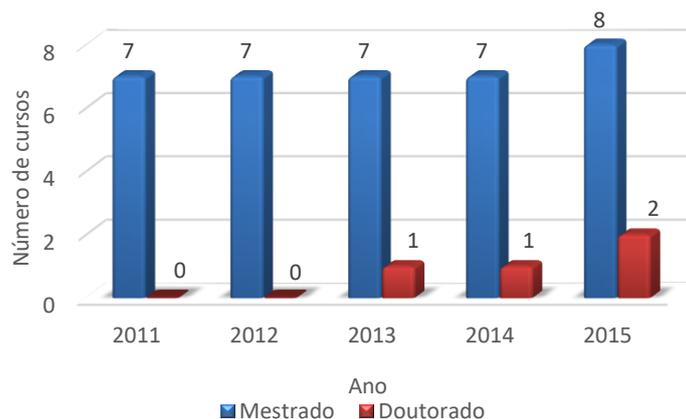
⁴ – À época, o conceito dos cursos e programas era expresso na forma de letras, sendo A o conceito mais elevado.

⁵ – Curso não completou o ciclo do SINAES.

⁶ – CC (Conceito de Curso).

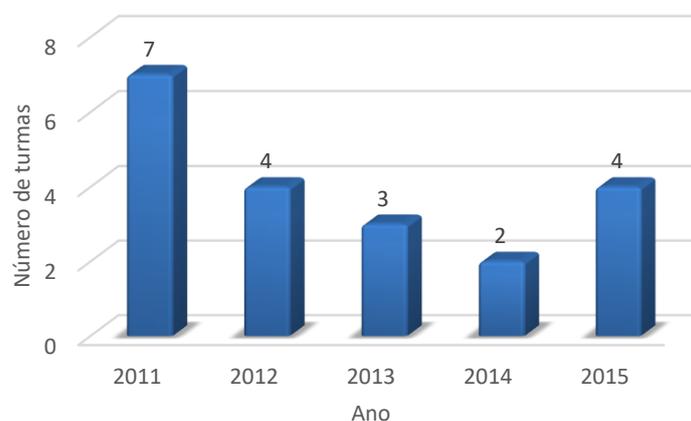
⁷ – CPC (Conceito Preliminar de Curso).

Gráfico I.03 – Cursos de mestrado e doutorado – 2011-2015.



Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Gráfico I.04 – Turmas de pós-graduação *lato sensu* de cursos novos em funcionamento – 2011-2015.



Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenação do Programa de Pós-Graduação *lato sensu*.

Quadro I.03 – Mestrado (M) e doutorado (D) em 2015, por ano de início da oferta.

Ano	Curso
2005	Educação Tecnológica (M)
	Modelagem Matemática e Computacional (M)
2007	Engenharia Civil (M)
	Engenharia da Energia (M)
2008	Estudos de Linguagens (M)
2009	Engenharia Elétrica (M)
2010	Engenharia de Materiais (M)
2013	Modelagem Matemática e Computacional (D)
2015	Administração (M)
	Estudos de Linguagens (D)

Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

2 – Pesquisa

Conforme dados a seguir, ao longo dos últimos cinco anos, houve evidente expansão do número de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e de bolsas de Iniciação Científica (IC) e de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI).

Essa expansão não é fruto apenas de novos grupos desvinculados dos anteriores e a eles acrescidos, mas, também, do desdobramento de um dado grupo em dois ou mais, tendo em vista a sua ampliação em termos da equipe e, obviamente, de projetos de pesquisa conduzidos. Nessas condições, por dados da DPPG, enquanto em 2011 havia pouco mais de 60 grupos, em 2015 esse número aumentou para 96.

Ressalta-se ainda que o número de bolsas de IC-Jr – 180 – e que são concedidas pela FAPEMIG manteve-se constante, de 2011 a 2015, pelo fato de ser o maior número de bolsas concedidas pela agência. Esse número fora alcançado já em 2009, quando houve aumento de 140 para 180 bolsas.

Tudo isso reflete os esforços concentrados em prol da expansão da pesquisa científica e tecnológica no CEFET-MG, consolidando as bases necessárias para o estabelecimento de uma instituição universitária plena.

Gráfico I.05 – Bolsas de IC/ITI e IC-Jr – 2011-2015.

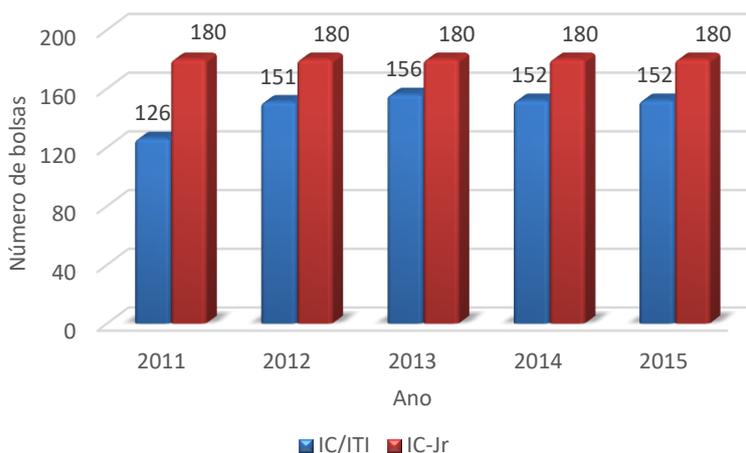
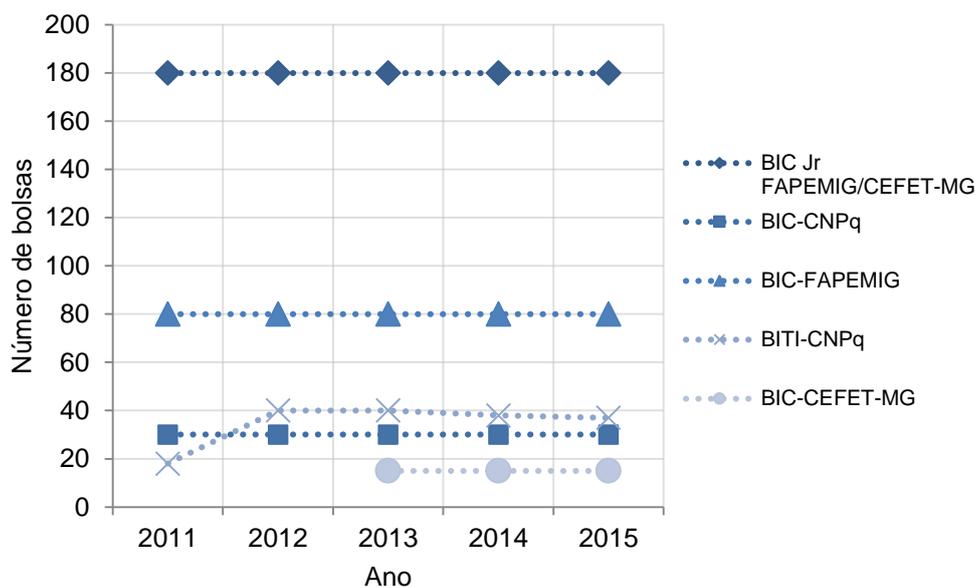
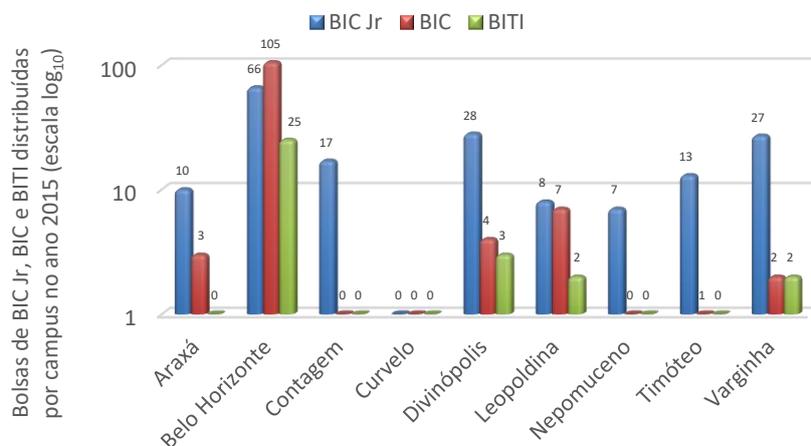


Gráfico I.06 – Bolsas de Iniciação Científica (BIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (BITI) e Iniciação Científica Júnior (BIC Jr) por Instituição – 2011-2015.



Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Gráfico I.07– Bolsas de Iniciação Científica (BIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (BITI) e Iniciação Científica Júnior (BIC Jr) por *campus* – 2015.

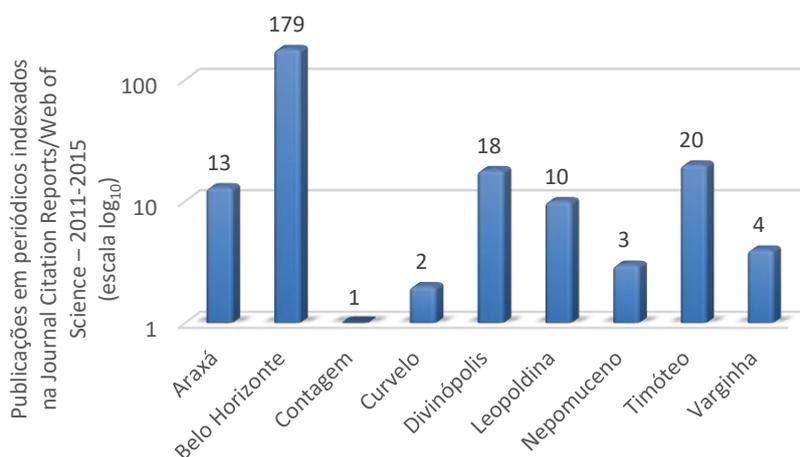


Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Antes de se identificarem os grupos de pesquisa, presentes no Diretório de Grupos do CNPq, convém mencionar que, sobretudo a partir da última década, a Instituição vem enfatizando a inovação científico-tecnológica em suas atividades de pesquisa. Nessa direção, os programas do PDI 2011-2015 já contemplam a área da pesquisa intitulando-a de pesquisa e inovação. No entanto, não ainda com a defesa explícita de que a inovação não é um fim em si mesmo. Nesse sentido, o reforço à inovação mantém-se neste PDI 2016-2020, considerada como uma área em si mesma, devendo-se contemplar o fato de que

a inovação só cumpre seu papel de contribuição aos processos e conteúdos da educação e de outros setores sociais quando se relaciona a finalidades de melhoria das condições de vida da população. Dentro disso, ela deve se vincular estreitamente aos princípios, objetivos e metas expressos neste Plano.

Gráfico I.08 – Publicações em periódicos indexados em Journal Citation Reports/Web of Science – 2011-2015.



Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Ressalta-se que os grupos de pesquisa referidos desenvolvem atividades estreitamente relacionadas ao ensino e à extensão e constituem a base da pós-graduação *stricto sensu*.

Há que se acrescentar, ainda, o fato de que os grupos, identificados no quadro a seguir, constituem boa oportunidade para a vivência do ensino verticalizado na Instituição, pelo fato de eles congregarem alunos de todos os níveis de ensino atuando em um mesmo projeto. Além disso, a pesquisa permeia as atividades didáticas (docentes desenvolvem pesquisa em pós-graduação, com os resultados sendo utilizados em sala de aulas, às vezes, inclusive, nos cursos de EPTNM). Assim, a capilaridade valorizada pela CAPES (da pós para a graduação e para a educação básica) ocorre de forma ainda mais intensa e efetiva.

Quadro I.04 – Grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq em 2015¹.

(Continua)

Área de conhecimento/ grande área	Grupo	Início da atuação
Administração (Ciências Sociais Aplicadas)	LOGOS - Grupo de Pesquisa em Processos e Sistemas Decisórios em Arranjos Organizacionais	2008
	NEOP - Núcleo de Estudos Organizacionais e Psicanálise	2011
	GFIN - Grupo de Pesquisa em Finanças Corporativas e de Mercado	2012
	Grupo de Pesquisa sobre Cultura de Consumo	2015
	NICE - Núcleo de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	
Artes (Linguística, Letras e Artes)	Corpo, Movimento e Tecnologia: Núcleo de Pesquisa e Experimentação em Poéticas do Corpo e do Movimento COMTE/CEFET-MG	2011
Ciência da Computação (Ciências Exatas e da Terra)	Sistemas Inteligentes	1999
	Grupo de Engenharia de Desempenho de Sistemas Computacionais	2002
	Simulação, Geoprocessamento e Sistemas de Transportes	2004
	Algoritmos, Meta-heurísticas e Otimização	2009
	GRAAL - Grupo de Redes, Automação e Algoritmos	
	Computação Aplicada	2010
	Engenharia de Software e Linguagens de Programação	2011
	Bioinformática, Biologia Computacional e Sistemas Bio-inspirados	2014
	SisComp - Sistemas Computacionais	
Ciência e Tecnologia de Alimentos (Ciências Agrárias)	Grupo de Pesquisas em Tecnologia de Alimentos	2006
Educação (Ciências Humanas)	Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico	1994
	AMTEC	1998
	INFORTEC - Núcleo de Pesquisa em Linguagens e Tecnologia	
	NEPETEC - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Tecnológica	
	FORQUAP - Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional	2002
	LACTEA - Interações sociotécnicas	

Quadro I.04 – Grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq em 2015¹.

(Continuação)

Área de conhecimento/ grande área	Grupo	Início da atuação
Educação (Ciências Humanas)	NEMHE - Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço	2006
	AVACEFETMG	2008
	Educação e Ciência	2009
	FICITEC – Filosofia da Ciência e da Tecnologia	
	Formação e Produção Científica Integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA)	
	NEAB/CEFET-MG - Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	2011
	CEFEMAT	
	NEGED/CEFET-MG - Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidades	2014
	NAVE ACTIO - Arte, Ciência, Tecnologia, <i>Design</i> , Empreendedorismo e Inovação	2015
Engenharia Biomédica (Engenharias)	Centro de Engenharia Biomédica	2012
Engenharia Civil (Engenharias)	Energia e Nanotecnologia	2007
	Materiais para Construções Sustentáveis	
	Arquitetura e Construção Sustentável	2008
	Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento em Alvenaria Estrutural	2009
	Grupo de Pesquisas em Tecnologia de Edificações	2011
	Simulação em Mecânica Computacional	2012
	GPEEC - Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Construção Civil	2014
	Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão do Patrimônio Histórico e Meio Ambiente	
	NICE - Núcleo Interdisciplinar em Materiais para Construção Civil e Estruturas	2015
NEGE - Núcleo de Estudos em Geotécnica Eco Eficiente		
Engenharia de Materiais e Metalúrgica (Engenharias)	Materiais e Processos	2006
	MIS - Materiais Inovadores Sustentáveis	2008
	Design, Processamento e Tecnologia de Polímeros e Compósitos	2012

Quadro I.04 – Grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq em 2015¹.

(Continuação)

Área de conhecimento/ grande área	Grupo	Início da atuação
Engenharia de Materiais e Metalúrgica (Engenharias)	Análise de Falhas e Corrosão	2013
	Materiais Cerâmicos	2014
	Nanomateriais Aplicados à Indústria da Construção Civil	
Engenharia de Transportes (Engenharias)	CEFETRANS	2008
	PlanMUrb - Planejamento da Mobilidade Urbana	2012
Engenharia Elétrica (Engenharias)	Técnicas de Processamento de Sinais, Telecomunicações, Aplicação de Wavelets, Processamento Multitaxas. Reconhecimento de Padrões, Processamento de Imagens. Sensoriamento Remoto, Sinais Biomédicos	1997
	Grupo de Estudos em Energia	
	GEA - Grupo de Eletromagnetismo Aplicado	2004
	Modelagem e Controle de Sistemas Mecatrônicas	2006
	Controle, Automação e Energia	2009
	Núcleo de Energias Alternativas e Eletrônica Industrial	
	Controle e Automação Aplicados a Sistemas Eletrônicos de Potência	2011
	Grupo de Instrumentação e Processamento Digital de Sinais Aplicado	
	GPAIROM - Grupo de Pesquisa em Automação e Robótica	2012
Grupo de Processamento Digital de Sinais e Controle Digital de Sistemas		
Engenharia Mecânica (Engenharias)	Estudo de Compósitos por meio do Método dos Elementos Finitos	1997
	HVAC&R - <i>Heating, Ventilation, Air Conditioning and Refrigeration</i>	
	Núcleo de Engenharia de Confiabilidade e Sustentabilidade de Sistemas	2005
	MeCA - Mecânica Computacional Aplicada	2006
	Grupo de Pesquisa em Secagem Solar	2008
	GPIT - Grupo de Pesquisa e Inovação Tecnológica	2009
	Otimização dos Processos de Fabricação	2010
Metrologia e Processos de Fabricação	2013	
Engenharia Sanitária (Engenharias)	Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais	2007
	Gestão de Resíduos Sólidos	
	Tratamento de Água, Efluentes e Rejeitos	2009
	Análise e Planejamento Ambiental	2014

Quadro I.04 – Grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq em 2015¹.

(Conclusão)

Área de conhecimento/ grande área	Grupo	Início da atuação
Física (Ciências Exatas e da Terra)	Grupo de Estudos em Sistemas Complexos	2014
	Sistemas Dinâmicos	2006
	Física Atômica e Molecular e Espectroscopia	2012
Geociências (Ciências Exatas e da Terra)	Grupo de Pesquisas em Geociências	2004
Letras (Linguística, Letras e Artes)	Discurso, Cultura E Poesia	2006
	Letramentos, Processos Discursivos e Tecnologias	2008
	TECNOPOÉTICAS - Grupo de Pesquisa em Poéticas Telemáticas, Cibernéticas e Impressas	2009
	Literatecnica	2011
	Grupo de Estudos de Poesia Portuguesa Moderna e Contemporânea - GEPPMC	2012
	Estudos sobre Narrativas de Si a partir de Corpora e Suportes Diversos	2015
	Grupo de Estudos de Processos de Criação e Circulação de Produtos Editoriais Luso-Afro-Brasileiros (GEPCC-PELAB)	
Linguística (Linguística, Letras e Artes)	Escritas profissionais e processos de edição	2011
	Grupo de Pesquisa em Materiais e Recursos Didáticos	2012
	NALET - Núcleo de Aprendizagem de Línguas e Ensino Tecnológico	
	Núcleo Terminologia, Linguística, Letras, Artes e Tecnologias Assistivas	2014
Matemática (Ciências Exatas e da Terra)	MENU - Grupo de Pesquisa em Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia	2012
Microbiologia (Ciências Biológicas)	Biodiversidade e Biotecnologia de Micro-Organismos	2014
Química (Ciências Exatas e da Terra)	Grupo de Pesquisas em Nanotecnologia e Nanomateriais	2009
	Catálise e Processos Tecnológicos	2011
	Química Verde	2013
	Grupo de Pesquisa em Espectrometria Atômica, Preparo de Amostras e Metrologia Química	2014
Sociologia (Ciências Humanas)	PROGEST	2008
	Igualdade e Relações de Gênero em áreas de Ciência e Tecnologia	2014
	Trabalho, Cultura e Materialismo	

Fonte – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

¹ – Há que se registrar que os dados do quadro se referem aos grupos de pesquisa em funcionamento em cada ano considerado, excluindo, portanto, os grupos de anos anteriores que foram desativados e incluindo os novos que iniciaram suas atividades em cada um desses anos. Além disso, como os dados foram levantados em 2015, só estão presentes no quadro os grupos que se mantinham em funcionamento nesse ano.

3 – Extensão e Desenvolvimento Comunitário

No CEFET-MG, devido suas características básicas de Instituição de Educação Tecnológica, visando à formação de profissionais altamente qualificados e cidadãos críticos, a extensão percorreu um caminho pautado inicialmente pela prestação de serviço à indústria local, o que permitia atender às empresas e qualificar seus alunos. Aos poucos, a área foi assumindo postura diferenciada ao promover cursos de especialização e consultorias em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Progride, posteriormente, pela manifesta proposta no PDI 2011-2015, para se tornar referência regional e equilibrar a prestação de serviço com outros tipos de atividades, com tendência a se priorizarem as atividades sociais e culturais. Registra-se ainda a ampliação das atividades ligadas à inclusão social, conduzidas principalmente pela Coordenação Geral de Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidade. Estas ainda careceriam de maior consolidação institucional.

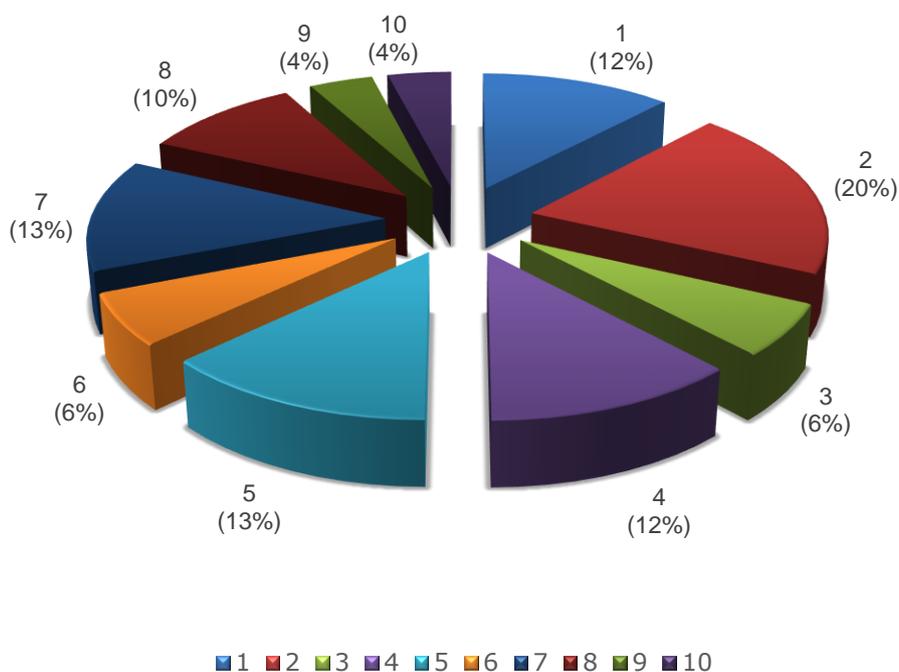
Em vista da sinalização da política de governo apontar para a premente necessidade de fomentar a inovação tecnológica, por meio do estabelecimento de parcerias entre centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, universidades e o setor produtivo, vislumbra-se como norte para a DEDC fortalecer as políticas de transferência de tecnologias até mesmo incorporando as questões da inovação tecnológica. Estabelecendo-se política colaborativa, pretende-se ampliar o empreendedorismo por meio da incubação e criação de empresas juniores, sem, no entanto, perder de vista a consolidação das conquistas promovidas na área social, educacional e cultural. As tabelas e gráficos a seguir evidenciam aspectos da atuação da extensão.

Tabela I.01 – Atividades de extensão registradas na DEDC e levadas a efeito – 2011-2012.

Atividade	2011	2012	Total	%
1. Cursos	3	3	6	12
2. Cursos PG LS	10	-	10	20
3. Eventos	3	-	3	6
4. Pesquisa Aplicada	4	2	6	12
5. Prestação de Serviço	5	2	7	13
6. Programa	2	1	3	6
7. Projeto	4	3	7	13
8. Projeto Comunitário	1	4	5	10
9. Projeto Cultural	1	1	2	4
10. Projeto Educacional	-	2	2	4
Total	33	18	51	100

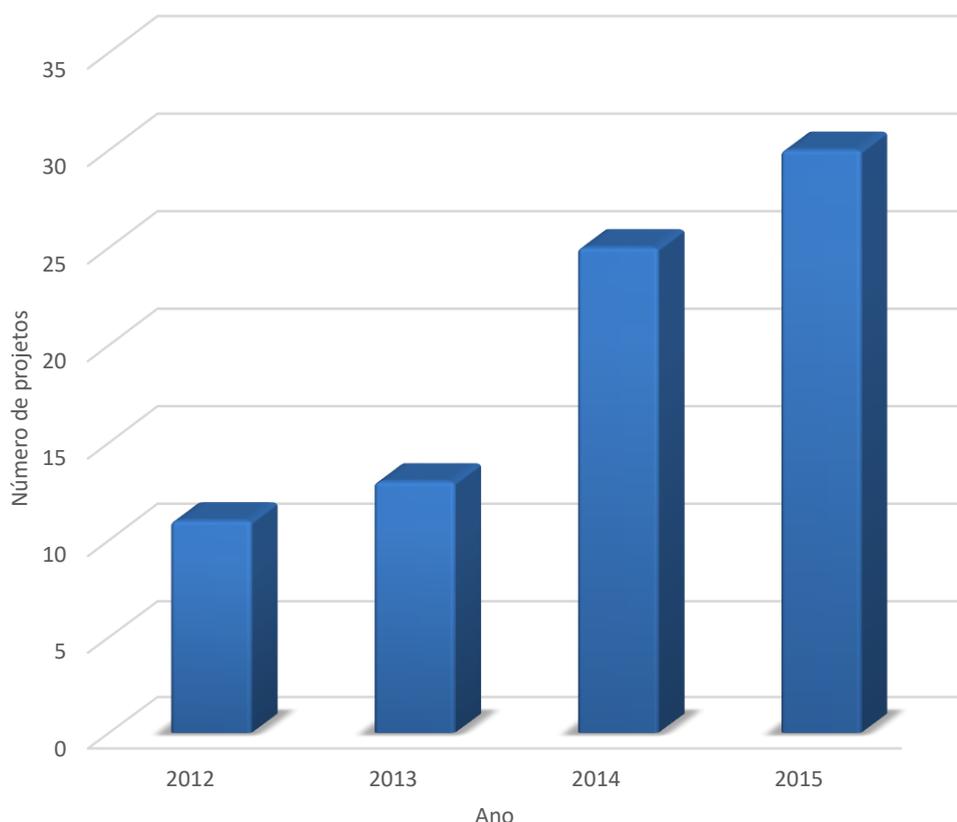
Fonte – Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário.

Gráfico I.09 – Total de atividades de extensão registradas na DEDC e levadas a efeito – 2011-2012.



Segundo dados registrados na DEDC, os projetos que não envolveram parcerias externas ampliaram-se, a partir de 2009, com pequena oscilação em 2010, sofrendo queda em 2011 pelo lançamento de novos cursos de especialização. Em 2012, mesmo não sendo as mais valorizadas nos encargos acadêmicos, as atividades sem financiamento externo ou parcerias atingiram sua maior marca, i.e. 50%, o que indica tendência ao equilíbrio entre elas e as atividades com financiamento externo. A partir de 2013, o CEFET-MG atualiza a regulamentação do pagamento de bolsa de extensão discente adequando-a à legislação federal e promovendo o apoio financeiro a atividades na área, por meio do EDITAL CEFET-EXT. O expressivo aumento de projetos contemplados com foco social foi significativo no final do período de 2011 a 2015. O gráfico a seguir evidencia o total de projetos relativos a populações e comunidades em situação de risco, no período de 2012 a 2015.

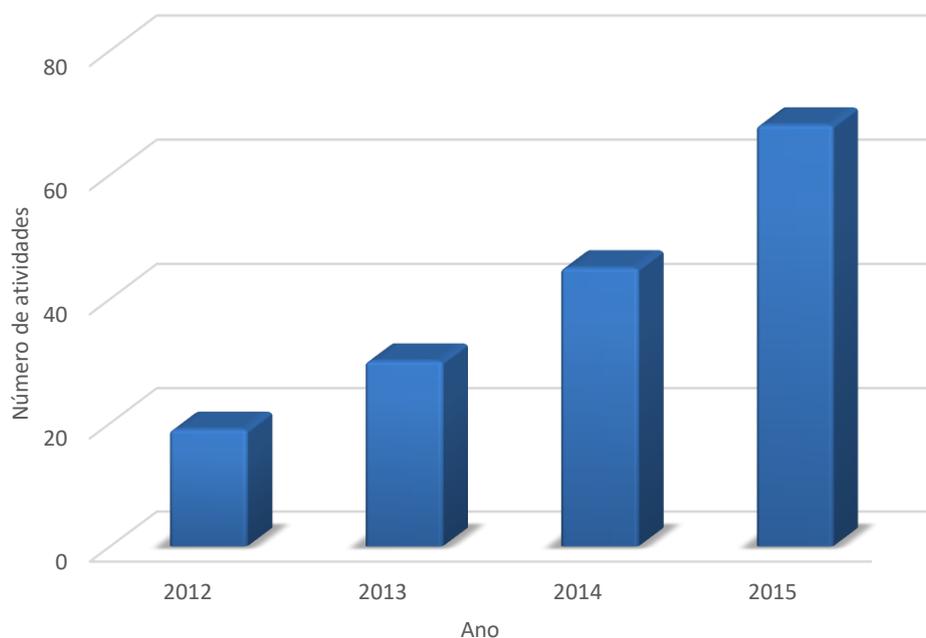
Gráfico I.10 – Projetos de extensão com atendimento a população e comunidades em situação de risco – 2012-2015.



Fonte – Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário

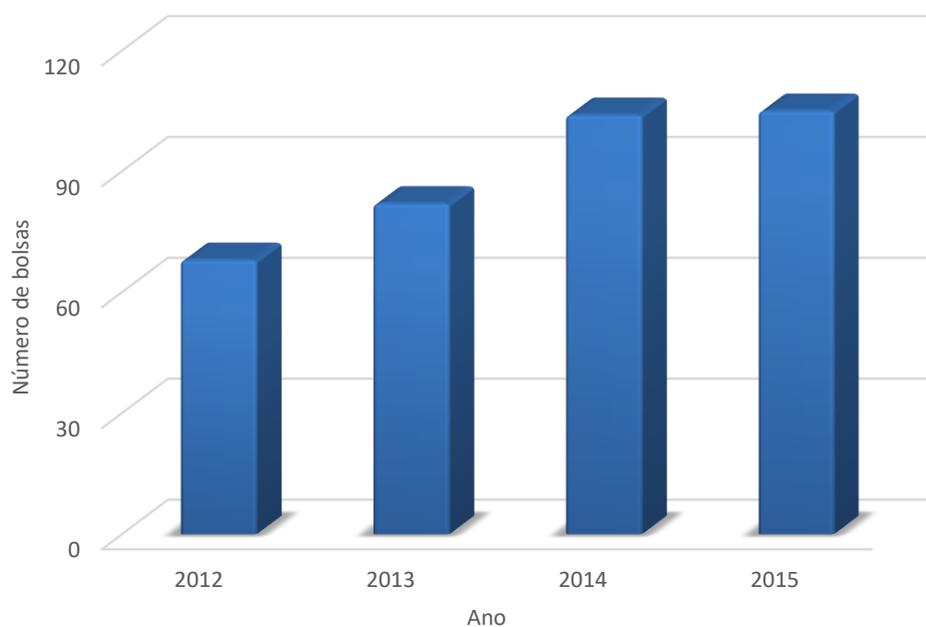
No mesmo período, houve também significativo aumento da participação de bolsistas em projetos de extensão em geral, tal como evidenciam os dados em seguida.

Gráfico I.11 – Atividades de extensão – 2012-2015.



Fonte – Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário.

Gráfico I.12 – Bolsas de extensão – 2012-2015.



Fonte – Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário.

Quadro I.05 – Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.

(Continua)

Título	Objetivos
2004	
Programa Núcleo de Engenharia Aplicada a Competições (NEAC). Projetos vigentes/ Equipes: Cefast Aerodesign, Fórmula SAE, BAJA-SAE, Ecofet, Trincabotz, e-Cefast.	Desenvolver atividades práticas relacionadas ao conteúdo dos cursos do CEFET-MG, num formato organizacional semelhante ao empresarial.
2005	
Programa Apoio Técnico Pedagógico à Expansão do Ensino em Minas Gerais	Estabelecer modelos de apoio do CEFET-MG às prefeituras de Minas Gerais na implantação de escolas de EPTNM.
Grupo ASSUM PRETO	Promover a participação das comunidades em atividades culturais regionais, levando o folclore às pessoas de todas as classes sociais.
2009	
Operação Brasil	Promover o intercâmbio sociocultural Brasil/França e integração tecnológica e humanitária com as populações menos favorecidas, por meio da reforma e ampliação de creches em Belo Horizonte, realizadas com o apoio de estudantes franceses (<i>OperationBrésil</i>) e brasileiros.
2010	
Núcleo de Pesquisa Afro-Brasileiro	Atuar na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, bem como na área dos estudos das línguas, artes e civilizações africanas do curso de graduação em Letras do CEFET MG.
CLIC-Centro de Línguas e Cultura	Possibilitar aos indivíduos desenvolver habilidades comunicativas em línguas estrangeiras; difundir, socializar e democratizar o conhecimento produzido e existente no CEFET-MG; obter dados para implementação de pesquisas em linguística aplicada ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras.
Programa Astronomia no Vale do Aço, um novo olhar para o céu. Projetos vigentes: Timóteo 2010; Belo Horizonte 2014; Leopoldina 2014.	Promover a cultura e a educação científica nas comunidades e propiciar a maior integração entre teoria, prática e tecnologia nas atividades de ensino do <i>campus</i> .
Programa Artes e Ofícios: Pró-técnico nas escolas públicas e escolas de instituições de assistência social. Projetos vigentes em: Belo Horizonte, Araxá, Augusto de Lima, Além Paraíba e Timóteo.	Preparar alunos concluintes do ensino fundamental da rede pública para a participação no processo seletivo para ingresso nos cursos de nível médio do CEFET-MG.

Quadro I.05 – Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.

(Continuação)

Título	Objetivos
2012	
P&D 373 - Infraestrutura de uma rede inteligente (<i>smart-grid</i>) a baixo custo.	Viabilizar atendimento às necessidades do setor elétrico, e implantação pela CEMIG de um lote pioneiro da tecnologia CMUF na cidade de Sete Lagoas. Trata-se de um sistema desenvolvido em projetos de P&D da CEMIG com as parceiras UFMG e CEFET. A plataforma permitirá à CEMIG monitorar em tempo real o consumo interno estratificado de residências e de transformadores na sua rede.
Avaliação do comportamento mecânico e da durabilidade de materiais de construção	Atender à demanda por serviços no setor da construção civil, visando a avaliação do comportamento mecânico e da durabilidade de materiais de construção pelo Departamento de Engenharia Civil do CEFET-MG.
Capacitação de profissionais para o ensino de português como língua estrangeira (PLE)	Expandir, integrar, vislumbrar possibilidades do ensino de português como língua estrangeira.
Azimute Norte	Difundir a prática do desporto com orientação associada aos conhecimentos de geografia, biologia e educação física.
Desenvolvimento de protótipo para diagnóstico de câncer de mama – Mamamiga	Facilitar o autoexame de mama para detecção precoce do câncer de mama.
2013	
Caracterização e estudo da utilização Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) como constituinte de materiais de construção	O projeto tem como objetivo atender às demandas apresentadas pela empresa Belgo Bekaert para caracterização e estudo de torta de ETE como constituinte em materiais de construção. Pretende-se avaliar a viabilidade técnica da torta de ETE como matéria-prima na confecção de materiais de construção diversos, notadamente aqueles à base de cimento Portland.
Sistema especialista de gestão de ativos e manutenção preditiva de subestações	Desenvolvimento de nova metodologia e sua transformação em sistema computacional para a Cemig otimizar a manutenção dos ativos de sua rede de baixa e média tensão.
Implantação de projeto de extensão CEAM - Centro de Educação Ambiental	Propiciar o aumento de conhecimentos, a mudança de valores e o aperfeiçoamento de habilidades para estimular maior interação e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.
2014	
Robótica: uma nova ferramenta aplicada ao ensino	Usar o lado divertido e criativo de robótica para despertar em estudantes, do ensino fundamental e médio, o interesse por novas tecnologias.
Projeto piloto de implantação de sistema de reciclagem de automóveis ambientalmente corretos e sustentáveis no Brasil	Implantar Unidade Piloto de Reciclagem de Veículos, contando com apoio tecnológico e financeiro do Japão por meio da JICA e da empresa KaihoSangyo Ltda.

Quadro I.05 – Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.

(Continuação)

Título	Objetivos
Sustentabilidade: tecnologia de destinação de retalhos de tecidos em malha na indústria de confecção do município de Divinópolis-MG	Promover melhor destinação dos resíduos de malharia produzidos pelas empresas confeccionistas de Divinópolis por meio do reaproveitamento dos retalhos.
Projeto piloto de implantação de sistema de reciclagem de automóveis ambientalmente corretos e sustentáveis no Brasil	Implantar Unidade Piloto de Reciclagem de Veículos, contando com apoio tecnológico e financeiro do Japão por meio da JICA e da empresa KaihoSangyo Ltda.
Sustentabilidade: tecnologia de destinação de retalhos de tecidos em malha na indústria de confecção do município de Divinópolis-MG	Promover melhor destinação dos resíduos de malharia produzidos pelas empresas confeccionistas de Divinópolis por meio do reaproveitamento dos retalhos.
2015	
Curso de Esperanto: presencial e virtual	Oferecer curso da língua esperanto aliado a recursos computacionais variados e interligados, visando fornecer ao aluno conhecimentos da língua e de recursos didáticos e meios de comunicação internacionais pela <i>internet</i> .
Projeto "Compartilhar"	Promover cursos de extensão que atendam a comunidade do município de Contagem e possibilitem o contato dos alunos do último ano de ensino médio integrado do CEFET-MG com a prática profissional.
Projeto "Quebrando a Cuca"	Estimular o uso de Objetivos de Aprendizagem (OA) como recurso de construção de conhecimento, auxiliando os alunos na compreensão dos conteúdos curriculares ligados à área da matemática e no desenvolvimento de raciocínio lógico.
Curso de Alemão	Oferta de curso de Alemão para alunos brasileiros.
Supervisão da Preparação de relatórios FIAT 2014/2015	Supervisionar engenheiros e estagiários na elaboração de relatórios para a empresa FIAT Automóveis sob a coordenação Geral da FCO.
Almoço Cultural	Despertar o gosto pela música e suas expressões; criar rotina de apresentações culturais na escola; desenvolver o lado humanístico dos alunos na participação em atividades culturais; estimular novos talentos culturais, entre outros objetivos.
As Ciências Sociais e a Filosofia na Educação Popular	Promover a inclusão social, articulando saberes sociológicos e filosóficos à educação popular de jovens e adultos na comunidade Cabana do Pai Tomaz.
Ciência, Café e Cultura	Conceber eventos de comunicação pública da ciência e criar ambiente de Café Científico em espaços escolares/sociais, promovendo a discussão e a interação da comunidade sobre temas relacionados à ciência de interesse público.
Esporte CEFET Araxá	Prover iniciação e práticas esportivas, para jovens, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde.
Reciclagem de Lixo Eletrônico	Desenvolver programa de descarte e reciclagem do lixo eletrônico.

Quadro I.05 – Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.

(Continuação)

Título	Objetivos
Educação para o trânsito como forma de melhorar a percepção de risco no trânsito	Mensurar e comparar o nível de percepção de risco no trânsito de alunos do ensino médio da rede pública que participaram do programa de educação para o trânsito desenvolvido pelo CEFET e colaboradores com a percepção de risco de alunos que não fizeram parte do programa.
Cantos e Encantos do Sertão	Resgatar experiências e memórias culturais dos alunos do <i>campus</i> Curvelo, e de suas comunidades.
Mobilidade Sustentável e Mudanças de Hábitos	Diagnosticar o grau de sustentabilidade dos hábitos de deslocamento das pessoas e verificar sua disponibilidade em alterar hábitos em prol de melhor qualidade de vida.
Ensinando a Pensar	Administrar o curso de algoritmos e programação com foco em lógica sequencial para jovens de escolas municipais.
Estudo do solo de Curvelo-MG para criar um Centro de Distribuição para o PNAE	Desenvolver um mapa de variabilidade das propriedades do solo da região de Curvelo-MG e avaliar a variabilidade do solo em cada uma das propriedades.
Horta Orgânica no <i>campus</i> Curvelo	Implantar uma horta orgânica no <i>campus</i> Curvelo.
Palco a um passo: a arte transformando vidas	Levar a arte cênica para hospitais e instituições de caridade e sensibilizar a sociedade envolvida para doações.
Percurso Narrativos: linguagens literária e cinematográfica	Contribuir para a formação cultural dos alunos da rede pública de ensino, despertando-lhes o interesse pelas narrativas ficcionais e estimulando-os a desenvolver novas formas de compreender o mundo.
Formação de Professores, TIC e Promoção do Letramento Literário	Ofertar cursos de formação continuada para professores da educação básica de escolas públicas e privadas de Divinópolis e região, voltados para o desenvolvimento de estratégias de trabalho com textos literários e para a promoção de aprendizagens significativas para os alunos.
Curso de Desenho Técnico e Assistido por Computador	Propiciar o início de um projeto de três cursos profissionalizantes: Desenho Técnico Básico, Introdução ao AutoCAD e Introdução ao SolidWorks.
Desenvolvimento de Abrandador de Água de Baixo Custo	Desenvolver um abrandador de baixo custo a fim de retirar a dureza proporcionada pela elevada quantidade de carbonato de cálcio presente na água de abastecimento da cidade de Curvelo, e oferecer cursos/oficinas visando ensinar à população local o processo de construção e utilização desse equipamento.
Leituras e releituras literárias em dispositivos móveis	Construir um site para a disponibilização dos textos literários.
Proposição de Modelo de Gestão de Uso Sustentável do Ribeirão Soberbo proveniente do Parque Nacional da Serra do Cipó	Propor modelo de gestão com a comunidade do Distrito Serra do Cipó de uso sustentável do Ribeirão Soberbo, proveniente do Parque Nacional da Serra do Cipó, tendo como instrumento a aplicação da valoração ecossistêmica de abastecimento.
Xadrez, Educação e Cidadania	Utilizar o xadrez como prática educativa, voltada para o desenvolvimento social, envolvendo fatores como a cidadania, tomada de decisão e estratégias, em situações de jogo, análogas ao contexto da vida em sociedade.

Quadro I.05 – Ações de extensão em 2015, segundo ano de início.

(Conclusão)

Título	Objetivos
Energias Alternativas	Divulgar o CEFET-MG nas zonas rural e urbana de cidades próximas por meio da apresentação de tecnologias alternativas para geração de energia na cidade e no campo.
Xadrez para Todos	Preparação dos alunos e alunas para representarem suas instituições em torneios internos, no Circuito Araxaense de Xadrez, nos Jogos Escolares de Araxá, nos Jogos Escolares de Minas Gerais, nos <i>Jogos Intercampi</i> e em outros eventos.
Oficina de Técnica Vocal	Desenvolver a boa colocação da voz, tanto falada quanto cantada, e despertar o gosto pelo canto em jovens e adultos.
Energia para todos	Aprofundar e difundir conhecimentos relativos a energias renováveis e eficiência na utilização de energia.
Determinação da Qualidade e Prazo de Validade de Alimentos Minimamente Processados	Determinar o prazo de validade de alimentos minimamente processados e avaliar as condições higiênico-sanitárias da manipulação desses produtos em estabelecimentos comerciais de Belo Horizonte e no restaurante do CEFET-MG.
Projeto Social - Curso aberto de AutoCAD	Incentivar e promover a qualificação profissional de estudantes e da população do município de Curvelo no desenvolvimento de habilidades na elaboração de desenhos técnicos e arquitetônicos no programa AutoCAD.
Memória da Cultura Afrobrasileira de Araxá: Congado, Folia de Reis e Capoeira	Ampliar a convivência dos alunos e professores do <i>campus</i> Araxá com a dinâmica de funcionamento dos grupos de Congado, Folia de Reis e Capoeira da cidade, buscando fomentar a troca de saberes acadêmicos e populares.
Treinamento em Banco de Dados	Ofertar treinamento específico para 12 funcionários do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – (IGTEC) para utilização do BD georreferenciados.
Monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes, biotelemetria da ictiofauna na área de influência do AHE de Simplicio localizado no Rio Paranaíba do Sul	Obter informações sobre a eficiência da Escada de Peixes da Barragem da UHE de Anta, as rotas migratórias, a ocupação dos espaços e a área de vida das espécies migratórias na área de influência.
Participação em capacitação em gerenciamento de riscos	Ofertar curso de gerenciamento integrado de riscos e tomada de decisão na indústria mineral para o corpo técnico da empresa Anglo American.
Aprimoramento Pedagógico	Oferecer formação continuada aos professores da rede pública do município de Timóteo por meio de palestras, seminários, minicursos, oficinas e outros meios ministrados pelos professores do <i>campus</i> Timóteo.
Central de Informações: atividades de pesquisa e extensão na mecatrônica – Divinópolis	Coletar, receber, organizar e divulgar informações sobre trabalhos e grupos de pesquisa e extensão, visando manter a comunidade a par dos trabalhos realizados e estabelecer um canal de contato com a comunidade local e regional.
Participação em cursos abertos para inclusão e reciclagem profissional	Incentivar e promover a qualificação profissional de estudantes e população do município de Curvelo, no desenvolvimento de habilidades relativas ao uso de softwares básicos de escritório e técnicos (CAD).

Fonte – Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário.

4 – Política Estudantil

No âmbito da assistência estudantil, houve expressiva intensificação de investimentos. Destaca-se a mencionada criação da Secretaria de Política Estudantil (SPE), o que vem possibilitando atuação mais orgânica na área. A Secretaria vem sendo fundamental na condução de ações relacionadas com a inclusão educacional e o desenvolvimento estudantil na Instituição. Nessa direção, salientam-se programas que envolvem apoio aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e educacional.

Os programas a seguir se inserem no eixo I – Assistência Prioritária, estabelecido na proposta de Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) do FOM-PRACE (Brasil, 2015)⁶.

4.1 – Programa de Alimentação – Modalidade Restaurante

É o programa de maior demanda e investimentos dentro da SPE. Nos seis *campi* que possuem restaurantes próprios, o programa atende universalmente aos estudantes de forma subsidiada e estende esse atendimento, não subsidiado, aos servidores e visitantes em serviço. Tem por objetivo contribuir para a permanência do estudante na escola e sua formação integral, proporcionando alimentação de qualidade, balanceada e variada. O Programa tem como diretrizes: (1) priorizar seu caráter social; (2) garantir a qualidade da alimentação servida; (3) universalizar o atendimento à comunidade interna, priorizando os estudantes; (4) garantir o baixo custo das refeições aos estudantes, tendo em vista seus objetivos e público prioritário; (5) estender seu atendimento a todos os *campi*; (6) fomentar a participação da comunidade do CEFET-MG nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento.

⁶ “Assistência Prioritária: conjunto de ações e serviços que visam à redução das desigualdades sociais e à inclusão social na educação, oferecendo ao (à) estudante condições adequadas de alimentação, moradia e transporte para garantir o desenvolvimento de atividades acadêmicas, a permanência no curso e a conclusão deste”

4.2 – Programa de Alimentação – Modalidade Bolsa

Destinado aos *campi* em que o restaurante ainda não tenha sido implementado. Não é universalizado e seu valor deve equivaler a dois terços do custo médio da refeição comercializada no entorno do *campus*.

4.3 – Bolsa Permanência

Caracteriza-se por auxílio financeiro mensal continuado aos estudantes com dificuldades para arcar com suas despesas acadêmicas, comprometendo sua permanência nos cursos. Entre os programas de bolsas, este é o de maior abrangência, sendo praticado em todos os *campi* e atende a maior parte da demanda por bolsas na Assistência Estudantil. Em 2015, todos os bolsistas de permanência foram isentos do pagamento de refeições, nos *campi* onde há restaurante.

4.4 – Bolsa de Complementação Educacional

De natureza social e pedagógica, tem grande impacto na formação qualificada dos estudantes, associado à contribuição para sua permanência. Consiste em apoio financeiro continuado aos estudantes do ensino médio/técnico e da graduação, e enriquecimento de sua aprendizagem em áreas do conhecimento correlatas ao curso. O estudante cumpre 20 horas semanais por meio da participação em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão, tendo um tempo de permanência nesse Programa de, no máximo, dois anos.

4.5 – Bolsa Emergencial

Caracteriza-se por auxílio financeiro concedido àquele estudante que se encontre em situação de dificuldade financeira momentânea, que comprometa sua permanência escolar.

Os dados da tabela e do gráfico a seguir mostram a amplitude de alguns desses programas, no período de 2011-2015.

Tabela I.02 – Refeições subsidiadas a estudantes por *campus* – 2011-2015.

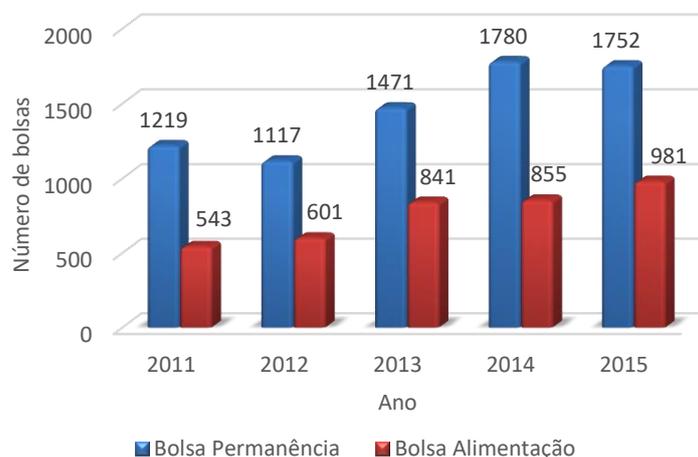
Ano / Campus	Campus I	Campus II	Araxá	Divinópolis	Curvelo	Varginha	Total Refeições
2011	210.931	154.186	65.390	49.212	-	-	479.719
2012 ¹	145.441	118.255	56.354	49.300	14.077	-	383.427
2013 ²	244.738	188.491	74.623	79.895	46.485	14.934	649.166
2014	255.566	189.514	89.013	83.022	61.407	57.642	736.164
2015	259.890	209.918	92.182	87.348	69.657	60.095	779.090

Fonte – Relatórios Coordenações de Política Estudantil.

¹ 2012: Cerca de três meses de greve e paralisação dos restaurantes.

² 2013: Aumento dos dias letivos e de funcionamento dos restaurantes em virtude de reposição de greve.

Gráfico I.13 – Bolsas permanência e alimentação – 2011-2015.



Fonte – Secretaria de Política Estudantil.

A SPE conduz ainda outros programas, além dos mencionados, e que estão inseridos nos eixos III – Apoio e Acompanhamento – e IV – Inclusão e Cidadania, da proposta de PNAE⁷.

⁷ “III – Apoio e Acompanhamento: conjunto de ações e serviços que estimulem a integração do (a) estudante ao contexto escolar/universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais e as contribuições para a permanência no curso e a conclusão deste;

IV – Inclusão e Cidadania: conjunto de ações e serviços que promovam acessibilidade e inclusão dos (as) estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero; da diversidade sexual; das ações afirmativas; e da formação de cidadania.”

4.6 – Acompanhamento Psicossocial

Programa que articula os eixos da permanência, entendida para além da permanência material e da formação integral dos estudantes. Visa intervir, numa perspectiva interdisciplinar, nas demandas dos estudantes que se encontram vulneráveis aos processos de inclusão e de permanência no ambiente acadêmico, fomentando a formação humana e o exercício crítico da cidadania.

4.7 – Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes

Tem como objetivo fomentar e desenvolver, em conjunto com demais segmentos da Instituição, programas e ações que promovam a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na conclusão do curso pelo estudante, com qualidade, com ênfase na população-alvo das políticas afirmativas. Pretende também inserir, na agenda acadêmica, atividades que coloquem em pauta as diversas temáticas que tratam das juventudes e suas vivências, que permeiam o processo de ensino e de formação integral dos estudantes.

5 – Relações Internacionais

Pode-se verificar que o CEFET-MG passou por um processo de ampliação das atividades de internacionalização, evidenciado pelo crescimento de ações na área, em geral, nos anos de 2012 e 2013, em relação ao de 2011. Em 2014, enfatizaram-se as ações de intercâmbio docente e discente. No entanto, as ações da área ainda ficam muito limitadas aos *campi* de Belo Horizonte. Registre-se, ainda, que as ações em pauta sofrem em muito a influência dos recursos orçamentários.

Quadro I.06 – Acordos vigentes celebrados entre o CEFET-MG e instituições internacionais em 2015.

(Continua)

País	Instituição	Início
Alemanha	Hochschule Karlsruhe (Universidade de Ciências Aplicadas de Karlsruhe)	1997
	Hochschule München (Universidade de Ciências Aplicadas de Munique)	
	Ostfalia Hochschule für Angewandte Wissenschaften (Universidade de Ciências Aplicadas da Ostfalia)	
	Karlsruher Institut für Technologie de Karlsruhe (KIT)	2009
	Beuth Hochschule Fur Technik Berlin	2014
	Beuth Hochschule Fur Technik Berlin – Programa Erasmus +	2015
Argentina	Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (FAUBA)	2011
	Universidad Nacional de La Plata (UNLP)	2013
Colômbia	Universidad de Medellín	2014
Espanha	Universidad de Cantábria (UC)	2013
Estados Unidos da América	The University of Iowa	
França	Institut Universitaire de Technologie 1 de Grenoble (IUT 1)	2009
	Universidade de Grenoble	2010
	Université Lumière – Lyon 2	2011
Hungria	Eötvös Lóránd University de Budapeste (ELTE)	2009
	College of Dunaújváros	2015
Itália	Ricerca Sul Sistema Energético de Milão (RSE S.p.A)	2009
Moçambique	Universidade Pedagógica de Moçambique	2014
Portugal	Universidade do Porto	2010
	Universidade do Minho	2012
	Instituto Politécnico de Bragança (IPB)	2013
	Instituto Politécnico de Tomar (IPT)	
	Instituto Superior de Economia e Gestão) da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG)	
	Filiação na Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)	2014
	Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)	
	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL)	
Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra (FCTUC)		
		2015

Quadro I.06 – Acordos vigentes celebrados entre o CEFET-MG e instituições internacionais em 2015.

(Conclusão)

País	Instituição	Início
Reino Unido	Plano de Trabalho 1 – British Council	2014
	Association of Colleges	2015
	Bournemouth & Poole, College	
República Dominicana	Ministerio de Educación Superior, Ciencia Dominica y Tecnología de La República Dominicana (MESCYT)	2013
	Universidad Iberoamericana (UNIBE)	
	Instituto Especializado de Estudos Superiores Loyola	2014
	Universidad APEC (UNAPEC)	
Países Diversos	Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC - G)	2007
	International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (IAESTE)	2008

Fonte – Secretaria de Relações Internacionais.

6 – Administração

6.1 – Recursos Humanos

Durante os últimos anos foram instituídas importantes ações de incentivo à capacitação dos servidores, o que culminou no crescimento do número de docentes qualificados, particularmente em cursos de doutorado. Registre-se que o aumento do número de doutores implica diminuição do número de mestres e o aumento destes implica diminuição do número de especialistas.

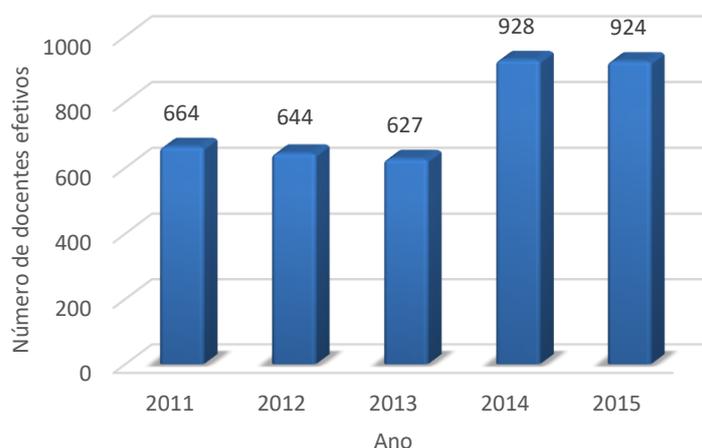
Outro fator que influenciou a situação expressa nas tabelas e gráficos a seguir foi a contratação de novos professores efetivos com a qualificação de doutorado. Ressalta-se também que, mesmo na condição de professor temporário, a Instituição tem procurado contratar docentes com qualificação mínima de pós-graduação, tendo em vista a característica de verticalização institucional que pode implicar atuação de um mesmo docente nos níveis médio e superior de ensino.

Nessas condições, observa-se a importância de continuação da política de incentivo à capacitação docente responsável pelo aprimoramento cada vez maior da qualificação dos professores da Instituição, e, dessa forma, corroborando a consolidação do seu caráter de instituição universitária.

Quanto à produção docente representada pelas publicações em periódicos, verifica-se crescimento expressivo nos dois últimos anos, sobretudo em 2014. Isso se deveu à maior qualificação docente e também ao fato de que muitos professores, ainda em processo de qualificação, passaram a publicar mais do que seus colegas em anos anteriores. Nesse último caso, a situação provavelmente reflete a tendência de os programas de mestrado e doutorado e, até mesmo, os cursos de especialização cursados por esses professores estarem exigindo dos seus alunos publicações antes de terminarem os cursos.

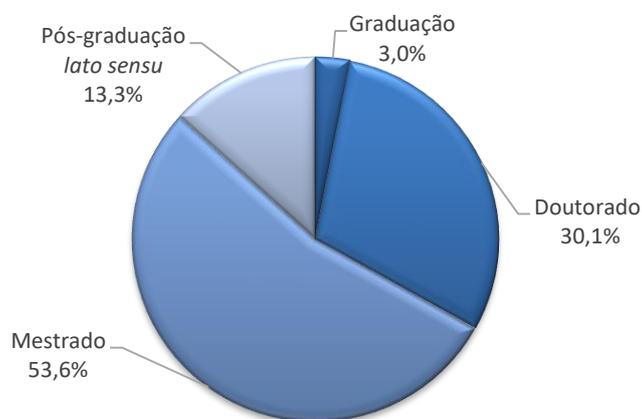
As tabelas e gráficos a seguir expressam condições relativas aos recursos humanos na Instituição.

Gráfico I.14 – Docentes efetivos – 2011-2015.



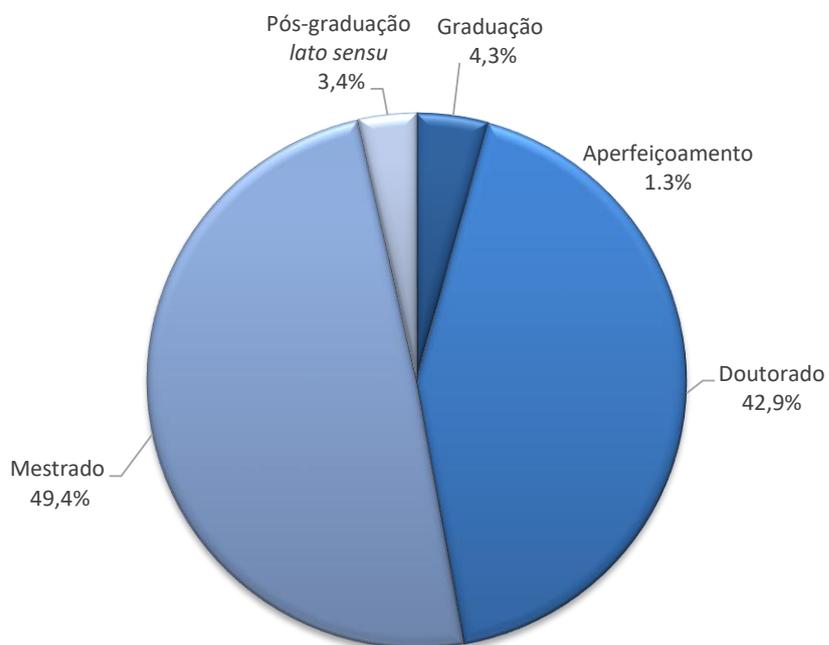
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.15 – Titulação dos docentes efetivos – 2011.



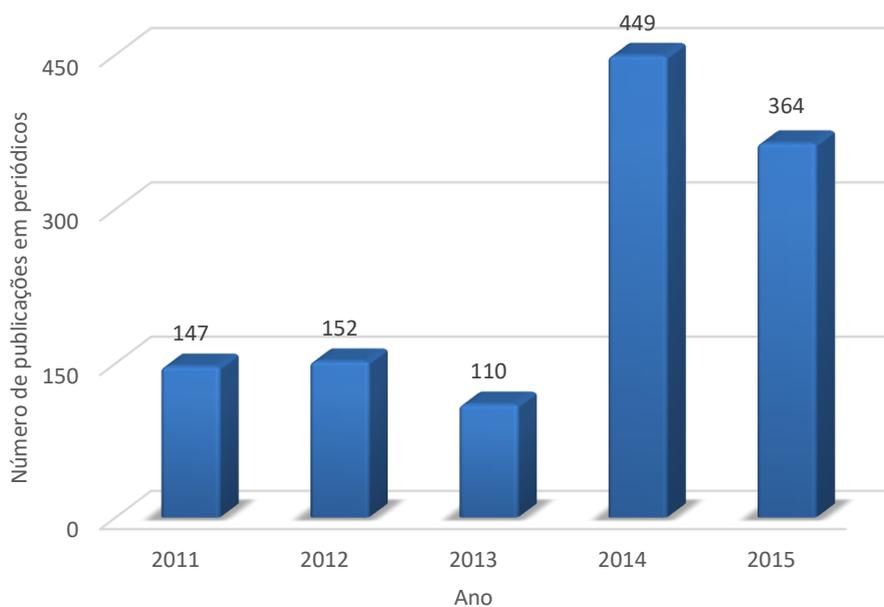
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.16 – Titulação dos docentes efetivos – 2015.



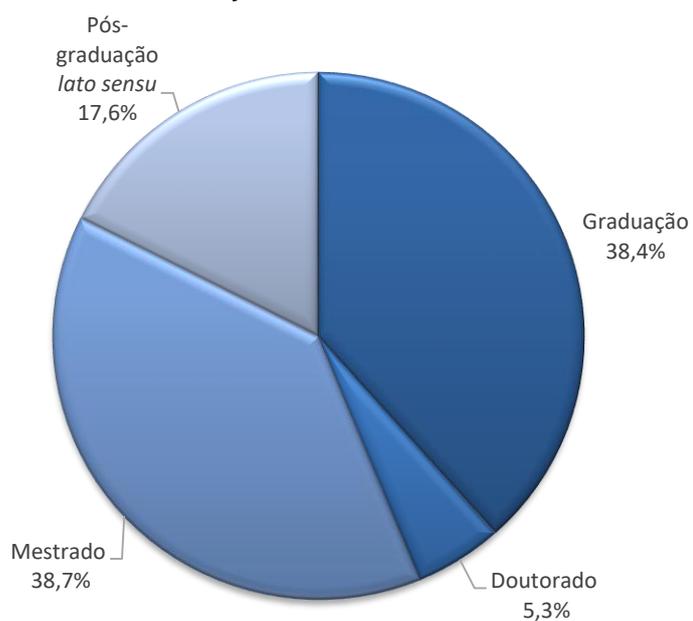
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.17 – Publicações em periódicos pelo corpo docente – 2011-2015.



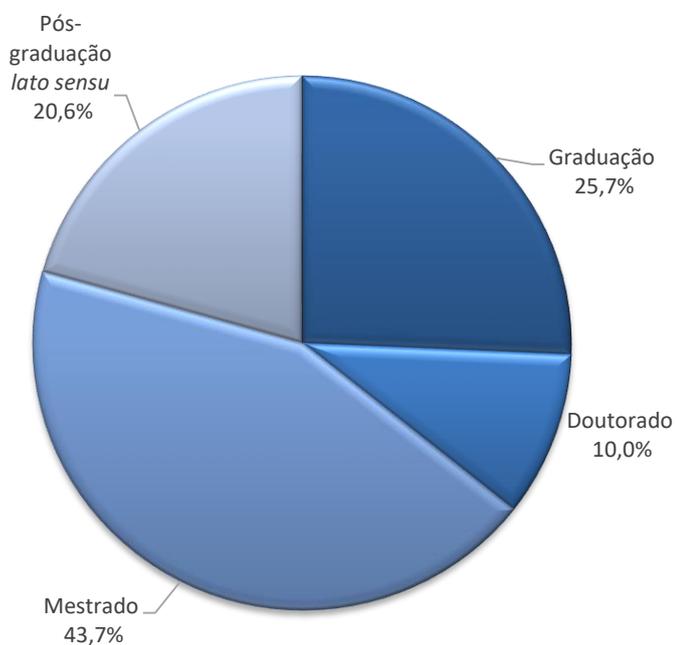
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.18 – Titulação dos docentes contratados – 2011.



Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.19 – Titulação dos docentes contratados – 2015.



Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Tabela I.03 – Titulação dos docentes efetivos por *campus* – 2011-2015.

Ano	Titulação	Total		B. Horizonte I	B. Horizonte II	Araxá	Contagem	Curvelo	Divinópolis	Leopoldina	Nepomuceno	Timóteo	Varginha
		N	%										
2011	Doutorado	200	30,1	77	70	12	0	2	8	8	6	6	11
	Mestrado	356	53,6	137	60	25	0	14	30	26	15	27	22
	Especialização	87	13,1	51	14	11	0	0	4	7	0	0	0
	Aperfeiçoamento	1	0,2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Graduação	20	3,0	14	1	0	0	2	1	2	0	0	0
	Total	664	100,0	280	145	48	0	18	43	43	21	33	33
2012	Doutorado	213	33,1	82	67	18	1	3	9	7	8	6	12
	Mestrado	348	54,0	134	60	23	1	13	29	28	11	29	20
	Especialização	69	10,7	39	11	10	0	0	3	6	0	0	0
	Aperfeiçoamento	1	0,2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Graduação	13	2,0	9	1	0	0	1	1	1	0	0	0
	Total	644	100,0	265	139	51	2	17	42	42	19	35	32
2013	Doutorado	244	38,9	102	72	19	1	4	12	9	8	6	11
	Mestrado	322	51,4	126	50	25	1	11	25	26	12	28	18
	Especialização	53	8,4	32	7	7	0	0	1	6	0	0	0
	Aperfeiçoamento	1	0,2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Graduação	7	1,1	5	1	0	0	0	1	0	0	0	0
	Total	627	100,0	266	130	51	2	15	39	41	20	34	29
2014	Doutorado	355	38,3	153	105	19	8	8	16	10	10	14	12
	Mestrado	486	52,4	176	71	33	20	28	33	36	26	33	30
	Especialização	30	3,2	10	6	3	1	0	4	1	1	2	2
	Aperfeiçoamento	1	0,1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Graduação	56	6,0	23	3	8	0	3	3	12	3	0	1
	Total	928	100,0	363	185	63	29	39	56	59	40	49	45
2015	Doutorado	396	42,9	169	115	26	6	10	17	13	10	16	14
	Mestrado	456	49,4	157	60	29	22	29	34	35	28	33	29
	Especialização	20	2,2	4	6	4	0	0	1	3	1	0	1
	Aperfeiçoamento	12	1,2	0	0	6	1	1	0	0	2	1	1
	Graduação	40	4,3	26	2	0	0	0	5	7	0	0	0
	Total	924	100,0	356	183	65	29	40	57	58	41	50	45

Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Tabela I.04 – Titulação dos docentes contratados por *campus* – 2011-2015.

Ano	Titulação	Total		B. Horizonte I	B. Horizonte II	Araxá	Contagem	Curvelo	Divinópolis	Leopoldina	Nepomuceno	Timóteo	Varginha
		N	%										
2011	Doutorado	20	5,3	11	4	1	0	0	1	1	2	0	0
	Mestrado	145	38,7	62	41	6	0	3	9	8	6	6	4
	Especialização	66	17,6	17	7	9	0	4	5	10	5	3	6
	Graduação	144	38,4	52	10	14	0	5	13	20	16	8	6
	Total	375	100,0	142	62	30	0	12	28	39	29	17	16
2012	Doutorado	35	10,1	18	6	3	0	1	1	3	2	1	0
	Mestrado	150	43,6	64	42	7	6	2	5	7	0	13	4
	Especialização	66	19,1	10	9	6	3	5	8	8	6	4	7
	Graduação	95	27,5	31	4	12	1	6	5	18	9	4	5
	Total	346	100,0	123	61	28	10	14	19	36	17	22	16
2013	Doutorado	33	8,0	15	4	3	0	2	1	3	2	2	1
	Mestrado	193	46,6	77	50	7	8	5	13	8	8	10	7
	Especialização	79	19,1	13	11	10	4	5	10	7	5	9	5
	Graduação	109	26,3	27	4	18	2	9	7	24	6	6	6
	Total	414	100,0	132	69	38	14	21	31	42	21	27	19
2014	Doutorado	19	6,0	7	4	2	0	0	1	2	2	1	0
	Mestrado	126	39,6	55	25	3	5	5	12	3	13	2	3
	Especialização	67	21,1	13	10	8	1	2	9	9	6	6	3
	Graduação	106	33,3	32	11	13	1	6	10	19	11	0	3
	Total	318	100,0	107	50	26	7	13	32	33	32	9	9
2015	Doutorado	30	10,0	5	8	3	2	1	2	3	2	4	0
	Mestrado	131	43,7	42	36	5	4	5	12	6	12	6	3
	Especialização	62	20,6	18	6	5	2	4	8	7	3	7	2
	Graduação	77	25,7	22	6	7	0	6	11	14	4	4	3
	Total	300	100,0	87	56	20	8	16	33	30	21	21	8

Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

A política de qualificação e contratação de servidores praticada pelo CEFET-MG fica evidente também pelo nível de titulação do corpo técnico-administrativo, em especial, nos casos de especialistas e mestres, tal como mostram os dados estatísticos que se seguem. Salienta-se o fato de que a maioria do corpo técnico-

administrativo conta com qualificação no nível da pós-graduação e, como no caso dos docentes, o nível de qualificação se eleva em 2015, comparado com o de 2011.

Tabela I.05 – Titulação dos técnicos administrativos por *campus* – 2011-2015.

(Continua)

Ano	Titulação	Total		B. Horizonte I	B. Horizonte II	B. Horizonte VI	Araxá	Contagem	Curvelo	Divinópolis	Leopoldina	Nepomuceno	Timóteo	Varginha
		N	%											
2011	Doutorado	2	0,4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mestrado	59	10,9	40	7	1	4	0	1	0	1	2	2	1
	Especialização	196	36,3	109	19	0	16	0	4	13	13	4	8	10
	Graduação	126	23,3	75	15	0	6	0	4	3	10	3	4	6
	Médio	129	23,9	68	21	2	5	0	2	4	10	6	9	2
	Fundamental	28	5,2	17	2	0	3	0	0	0	6	0	0	0
	Total	540	100,0	311	64	3	34	0	11	20	40	15	23	19
2012	Doutorado	2	0,4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Mestrado	75	14,2	53	8	2	4	1	1	0	1	2	3	1
	Especialização	225	42,4	125	19	0	17	0	5	14	17	6	10	12
	Graduação	89	16,8	51	9	0	5	0	3	4	7	2	4	4
	Médio	115	21,7	57	19	2	5	0	3	4	11	6	6	2
	Fundamental	24	4,5	15	2	0	3	0	0	0	4	0	0	0
	Total	530	100,0	303	57	4	34	1	12	22	40	16	23	19
2013	Doutorado	5	1,0	3	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
	Mestrado	94	18,6	65	8	1	7	0	1	0	2	3	5	2
	Especialização	205	40,6	114	19	0	11	1	5	15	17	3	9	11
	Graduação	92	18,2	42	9	0	8	1	3	5	7	7	5	5
	Médio	91	18,0	50	16	1	4	1	0	3	9	2	3	2
	Fundamental	18	3,6	11	2	0	1	0	0	0	4	0	0	0
	Total	505	100,0	285	54	2	32	4	9	23	39	15	22	20
2014	Doutorado	4	0,7	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Mestrado	113	20,6	79	10	0	7	0	2	0	2	3	8	2
	Especialização	210	38,2	111	21	0	12	3	3	17	17	3	9	14
	Graduação	126	22,8	57	17	0	10	5	8	2	8	10	6	3
	Médio	83	15,1	42	14	1	6	4	0	5	9	1	0	1
	Fundamental	14	2,6	9	3	0	1	0	0	0	1	0	0	0
	Total	550	100,0	301	65	1	37	12	13	24	37	17	23	20

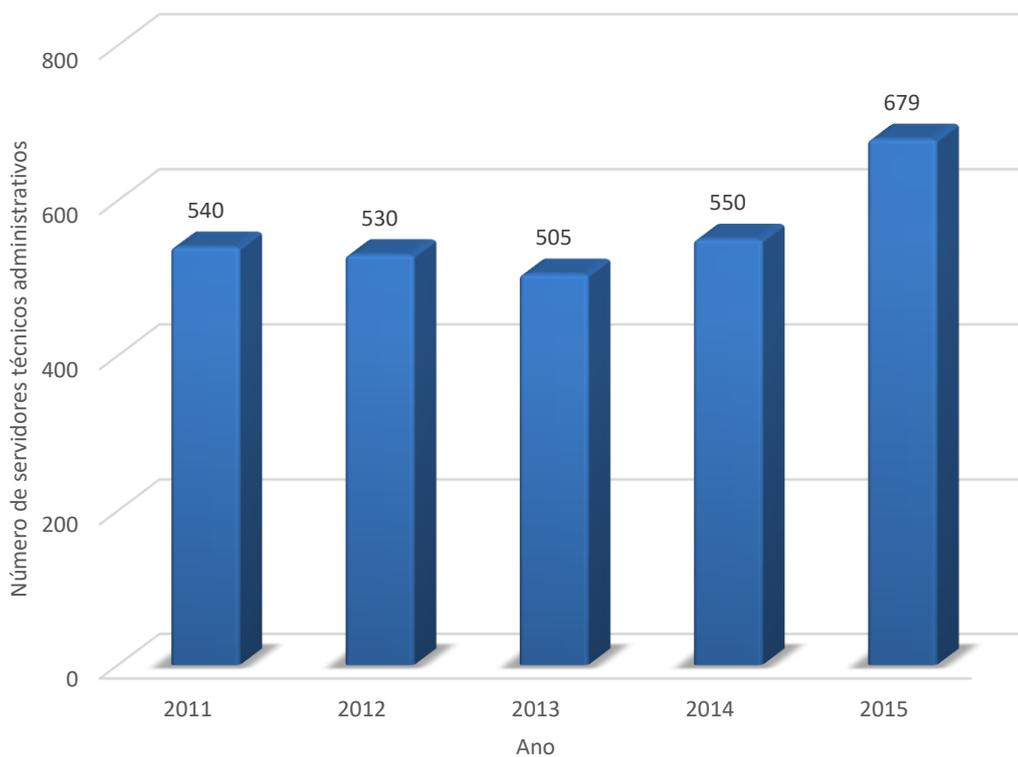
Tabela I.05 – Titulação dos técnicos administrativos por *campus* – 2011-2015.

(Conclusão)

Ano	Titulação	Total		B. Horizonte I	B. Horizonte II	B. Horizonte VI	Araxá	Contagem	Curvelo	Divinópolis	Leopoldina	Nepomuceno	Timóteo	Varginha
		N	%											
2015	Doutorado	6	0,9	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
	Mestrado	129	19,0	85	16	0	7	0	3	0	2	3	8	5
	Especialização	255	37,6	134	21	0	16	7	7	21	18	7	11	13
	Graduação	169	24,8	81	19	0	15	7	10	5	12	10	6	4
	Médio	107	15,8	52	15	1	6	5	2	3	16	2	4	1
	Fundamental	13	1,9	8	3	0	1	0	0	0	1	0	0	0
	Total	679	100,0	364	74	1	47	19	22	29	49	22	29	23

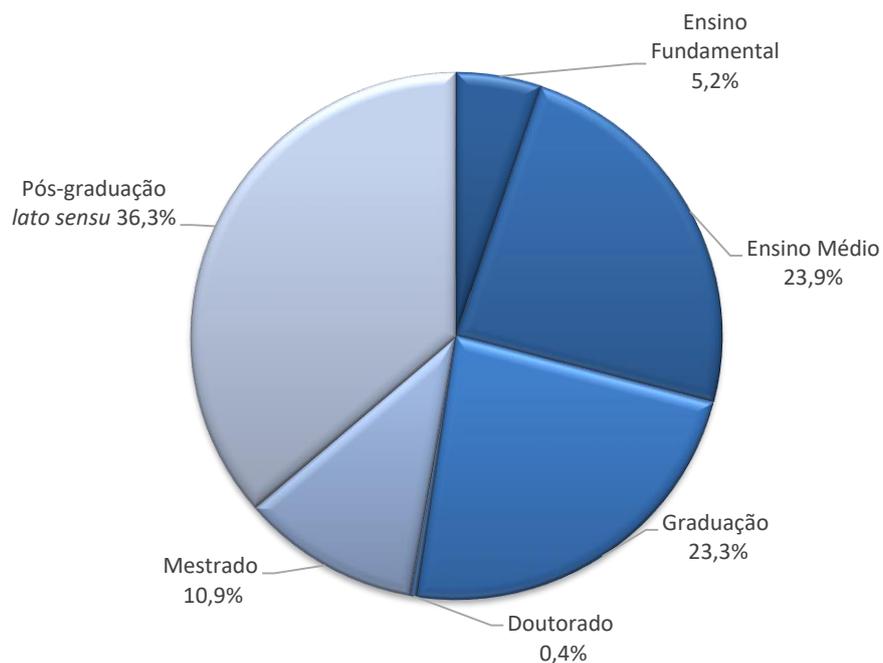
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.20 – Servidores técnicos administrativos – 2011-2015.



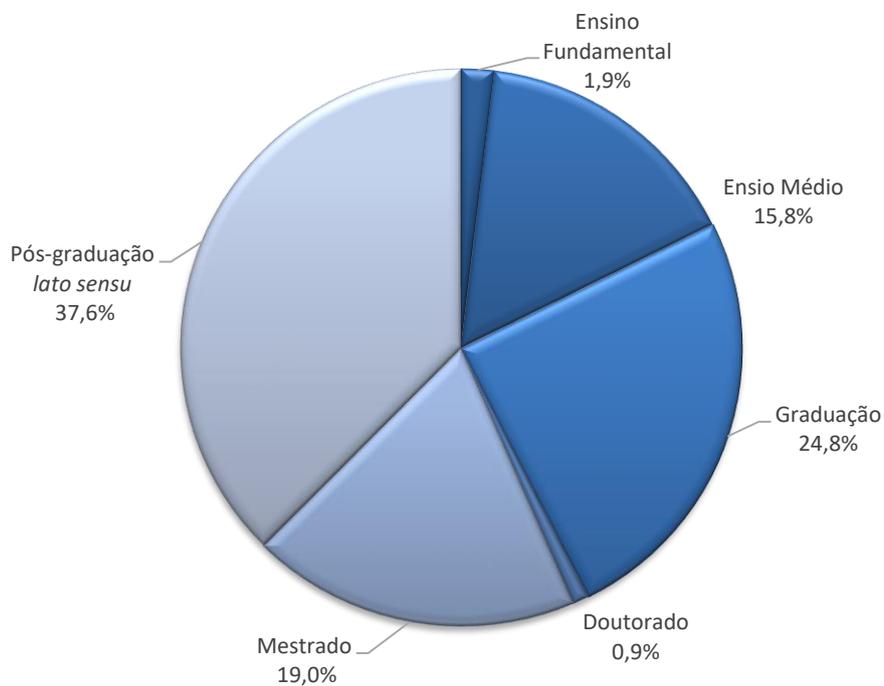
Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.21 – Titulação dos técnicos administrativos – 2011.



Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

Gráfico I.22 – Titulação dos técnicos administrativos – 2015.

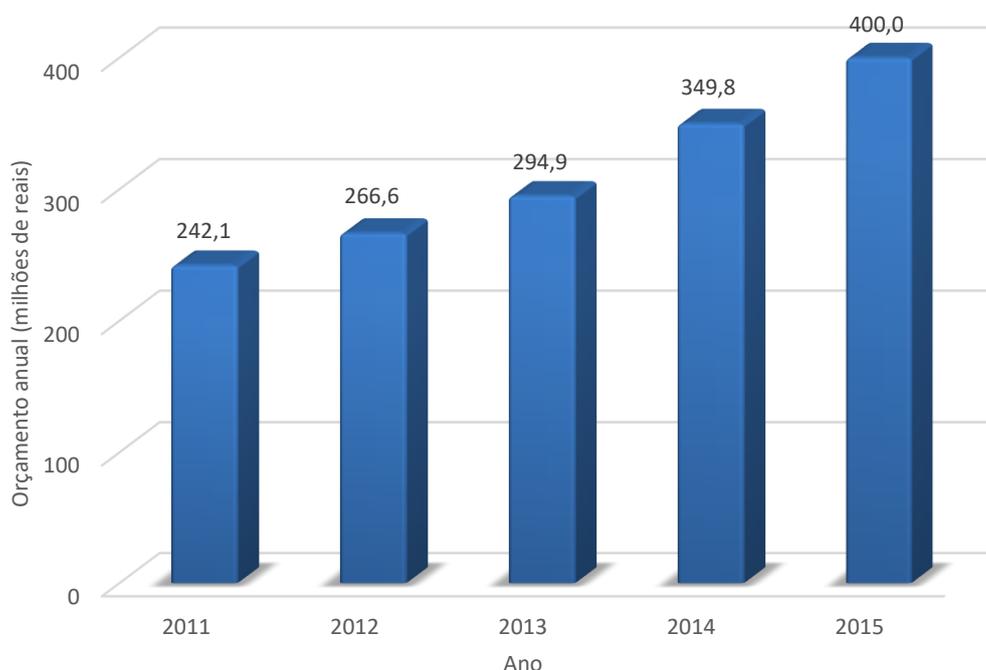


Fonte – Superintendência de Gestão de Pessoas.

6.2 – Recursos Orçamentários e Espaço Físico

Na esfera da gestão, o gráfico a seguir apresenta a evolução do orçamento anual global ao término de cada ano, no período de 2011 a 2015.

Gráfico I.23 – Orçamento anual – 2011-2015.



Fonte – SIAFI e Superintendência de Orçamento e Finanças.

O espaço físico em que o CEFET-MG desenvolve suas atividades cresceu expressivamente nos últimos anos, devido à interiorização de suas ações, implicando aumento do número de seus *campi*, no interior de Minas Gerais. Os dados relativos às áreas em cada *campus*, por dados coletados em 2015, são apresentados na tabela a seguir.

Tabela I.06 – Área física em 2015.

(Continua)

Campus	Área própria		Área não própria	
	Terreno (m ²)	Construída (m ²)	Terreno (m ²)	Construída (m ²)
BH I	30.341	42.738	0	0
BH II	80.374	51.498	0	0
BH VI	4.723	5.108	0	0
Leopoldina	27.640	24.229	0	0
Araxá	53.614	19.859	0	0

Tabela I.06 – Área física em 2015.

(Conclusão)

Campus	Área própria		Área não própria	
	Terreno (m ²)	Construída (m ²)	Terreno (m ²)	Construída (m ²)
Divinópolis	32.471	8.454	338	329
Timóteo	26.074	13.063	0	0
Varginha	54.981	12.738	376	299
Nepomuceno	20.927	6.789	757	688
Curvelo	47.444	5.319	0	0
Contagem	78.438	0	3.623	2.932
Total	457.027	189.795	5.094	4.248

Fonte – Superintendência de Infraestrutura.

C – Síntese de aspectos do diagnóstico

Pelos dados e informações levantados, salientam-se, nos últimos cinco anos, algumas categorias em relação às quais a atuação institucional foi conduzida. Aspectos relativos a essas categorias também foram traduzidos em objetivos institucionais para os próximos cinco anos, apresentados na parte III deste Plano, em *Visão de futuro*, da mesma forma que o foram os conteúdos das sínteses elaboradas pelos comitês responsáveis pela etapa-base do diagnóstico. Esses aspectos, em suas respectivas categorias, e que estão evidenciados neste texto, são apresentados a seguir, o que obviamente não expressa a totalidade das condições institucionais, registradas de forma sintética neste Plano.

- Qualidade da Instituição e dos cursos ofertados
 - Muito boa qualidade da instituição e de seus cursos, envolvendo recursos humanos, estrutura curricular e infraestrutura física, laboratorial e acadêmica.
 - Necessidade de melhorar os indicadores de alguns cursos nas avaliações nacionais.
 - Existência de coordenações pedagógicas para apoio às atividades de ensino, mas necessidade de reforço a seu aprimoramento e à organicidade de sua atuação.

- Relação escola-sociedade e inclusão
 - Ocorrência de ampliação das atividades relacionadas com o atendimento às diferenças e à diversidade cultural, com expectativa de reforço à consolidação dessas atividades.
 - Característica da extensão com equilíbrio entre prestação de serviço, atividades socioculturais e atendimento à inclusão.
 - Existência de investimentos adequados à assistência estudantil, no contexto dos recursos orçamentários.
 - Expectativa de ampliação do Programa de Alimentação.

- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e no interior de cada uma dessas áreas
 - Evidência de estímulo à inovação tecnológica no ensino, na pesquisa e na extensão.
 - Importância de se reconceptualizar a inovação como um meio para o cumprimento dos princípios, objetivos e metas institucionais.
 - Existência da participação de alunos de todos os níveis de ensino nas atividades de pesquisa.
 - Necessidade de aprimorar a coleta e sistematização de informações sobre a condução de pesquisas e utilização de seus resultados nos cursos ofertados.
 - Existência da participação dos alunos em atividades de extensão.
 - Importância da manutenção da articulação verificada, intensificando-a.

- Expansão
 - Constatação da ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com atenção particular à graduação e à pós-graduação.
 - Presença da interiorização com atenção particular à EPTNM e à graduação.

- Necessidade de se implantar ensino de pós-graduação no interior do Estado.
- Diversificação
 - Atendimento às características regionais.
 - Evidência de atenção particular à graduação e à pós-graduação.
 - Necessidade de aprimorar a institucionalização da EaD.
- Internacionalização
 - Evidência de ampliação e diversificação de ações de internacionalização.
 - Importância de se consolidar a internacionalização e sua expansão para todos os *campi*.
- Qualificação de pessoal
 - Existência de política de incentivo à capacitação de servidores.
 - Necessidade de continuidade da política de incentivo à capacitação de servidores.
- Espaço físico
 - Ocorrência de investimento na expansão do espaço físico.
 - Importância da manutenção de investimento relativo ao espaço físico, para consolidação da expansão das atividades institucionais.

II. VISÃO DE FUTURO

A – Visão geral e concepções

Com base na caracterização do contexto institucional e do diagnóstico realizado, foi discutido e definido um conjunto de princípios, objetivos e programas gerais a serem contemplados no período de 2016-2020.

A atuação institucional, no período anterior – 2011-2015 – enfatizou sobremaneira o projeto maior de transformação da Instituição em Universidade Tecnológica verticalizada. Assim, pautou-se pelas propriedades de continuação da expansão do período anterior, mas com ênfase na sua consolidação e superação dos avanços alcançados, na direção da transformação mencionada, e pelo caráter de organicidade em relação a políticas de inclusão e inserção social.

Preenchidas todas as condições legais para a transformação do CEFET-MG em Universidade Tecnológica verticalizada, projeta-se, para os próximos cinco anos, a ênfase na relação entre as condições físico-materiais e culturais da Instituição e sua condição de instituição universitária verticalizada. Por esta, a qualidade da educação profissional técnica de nível médio assume papel de importância crucial e reforça a sua condição de excelência no cenário nacional, em todos os níveis de ensino. No entanto, há que se registrar a posição do CEFET-MG de manutenção da sua atuação dirigida para o reconhecimento do seu status de Universidade Tecnológica, conforme estabelecido por uma das metas gerais deste período de 2016 a 2020.

Isso posto, a política geral da Instituição para o período de 2016-2020 materializa-se em políticas específicas relativas a suas dez áreas de institucionais. Entre elas encontram-se as nove áreas referidas à atuação histórica da Instituição: Ensino, englobando a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT), a Graduação (GRD) e a Pós-Graduação (PGR); Pesquisa⁸ (PES); Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (IET); Extensão e Desenvolvimento Comunitário (EXT); Política Estudantil (POE);

⁸ A pesquisa e a pós-graduação estão sob a gestão de uma única Diretoria, razão pela qual os programas nessas áreas estão organizados conjuntamente. No entanto, isso não significa que a pesquisa se relaciona apenas com a pós-graduação.

Relações Internacionais (REI); Comunicação Social (CSO); Governança da Informação (GIN); Administração, entendida como planejamento e gestão (PGE), e considerada essencialmente como área de apoio às demais; e Avaliação Institucional (AVI). A estas se acrescenta a nova área: Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (IET). Esta última, pela sua própria designação, implica atendimento à tendência nacional e internacional de fortalecimento da posição das instituições educacionais, particularmente as universitárias, no contexto da contemporaneidade. Nessa direção, dados os aspectos histórico-conceituais dessa área, tendo em vista a natureza interdisciplinar de suas atividades e ênfase em sua vinculação às áreas da pesquisa e da extensão, no CEFET-MG, ela é apresentada, neste Plano, imediatamente após a apresentação dessas áreas.

Em cada uma dessas áreas, foram estabelecidos princípios, metas e programas com seus objetivos específicos e que buscam atender à função social e finalidades institucionais, e aos princípios e objetivos gerais para os próximos cinco anos.

As políticas das áreas mencionadas estão sob a responsabilidade das Diretorias e Secretarias Especializadas, referidas no tópico sobre *Gestão institucional – Organização administrativa*, neste documento.

Os programas das áreas foram definidos a partir da explicitação de programas gerais. Estes últimos direcionam a inter-relação entre os programas específicos, evidenciando o caráter integrador que os permeia. Além disso, os programas gerais são mediadores da função social, das finalidades, e dos objetivos gerais com as metas, os programas específicos e seus objetivos a serem alcançados nas diferentes áreas institucionais. Tudo isso informado por princípios gerais e específicos, estes referidos a cada uma das áreas.

Para efeito de seu desenvolvimento, os programas em cada área poderão ser subdivididos em projetos menores, a serem definidos à medida que se mostrarem necessários à consecução dos objetivos e metas previstos. Os programas das áreas deverão orientar também a definição de produtos a serem desenvolvidos, tendo-se a participação da comunidade como elemento

fundamental em sua definição. Dada a polissemia dos termos *objetivos gerais*, *objetivos específicos* e *metas* o que implica significados e tratamentos diferentes a eles atribuídos, em diferentes contextos, para efeito deste PDI, apresentam-se a seguir os sentidos atribuídos a esses termos no presente Plano.

Objetivos

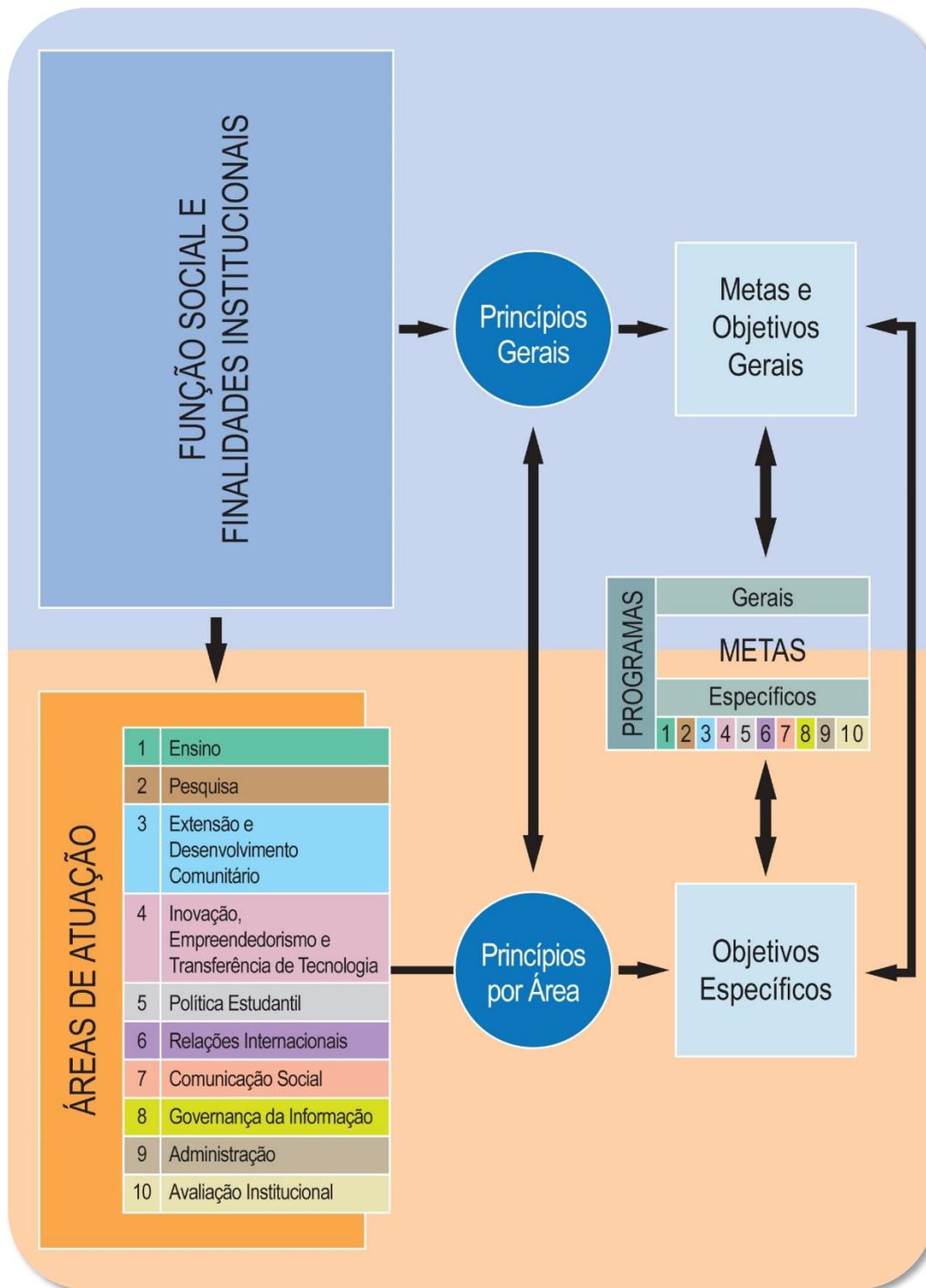
Os objetivos referem-se àquilo que se propõe alcançar. Constituem ganhos político-pedagógicos e de infraestrutura que se espera alcançar e que podem ser expressos na forma de produtos ou de processos. Os objetivos podem ser gerais ou específicos segundo a relação estabelecida entre eles. Os objetivos gerais possuem caráter mais amplo, envolvendo os específicos. Em ambos os níveis, os objetivos sugerem o que se espera manter, aprimorar, fortalecer, consolidar, implementar, expandir, diversificar ou transformar. Um objetivo específico, juntamente com outros, contribui para a consecução de um ou mais objetivos gerais. Em sua formulação redacional, os objetivos específicos se expressam por verbos que indicam com objetividade o que se pretende realizar.

Metas

Referem-se a quaisquer objetivos, em qualquer nível, quando eles são formulados de forma a contemplar a possibilidade de mensuração, ou de tratamento empírico, facilitando a sua apreciação quantitativa e subsidiando diretamente o acompanhamento e a avaliação do previsto. A quantificação de uma dada meta pode incidir sobre diferentes variáveis, tais como o tempo ou o espaço de sua realização, a quantidade de algo a ser alcançado ou um produto físico-material a ser construído. As metas deste Plano foram formuladas e serão gerenciadas pelas diferentes Diretorias e Secretarias Especializadas, tendo-se a participação da comunidade e o processo de avaliação institucional como recursos de gestão.

A Figura II.01 a seguir explicita a relação entre os princípios, os objetivos, as metas e os programas que constituem o núcleo conceitual deste PDI-2016-2020.

Figura II.01 – CEFET-MG – PDI 2016-2020 – Núcleo conceitual.



B – Princípios, metas, objetivos e programas gerais

Conforme mencionado, o presente PDI 2016-2020 tem suas definições, em relação à atuação de cada uma das áreas institucionais, orientadas por 20 princípios, objetivos e programas gerais que irão nortear as políticas e práticas no CEFET-MG, no período em pauta. Por sua vez, os princípios, objetivos e programas gerais apresentados a seguir estão em consonância com a legislação educacional, o contexto da Instituição e o diagnóstico realizado.

Quanto aos princípios, eles atendem a aspectos considerados fundamentais em relação às características do CEFET-MG, de instituição educacional, ciente da sua função social e finalidades educativas. Assim, têm-se princípios relativos a: relação escola-sociedade (1 a 5); processos formativos próprios de instituição educacional de ensino superior, verticalizada e *multicampi*, na área da educação tecnológica (6 a 10); tratamento das condições humanas e materiais, envolvendo sujeitos institucionais, comunicação e soluções tecnológicas (11 a 15); e administração institucional (16 a 20).

1 – Princípios gerais

01. Concepção de educação como direito social e bem público.
02. Compromisso com o diálogo permanente com a atuação integrada, de forma crítica, às demandas locais, regionais, nacionais e internacionais, e com as determinações legais, à luz das condições de sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural e das características da contemporaneidade.
03. Compromisso com a qualidade social, ou seja, com a educabilidade dos alunos, professores e técnicos administrativos como sujeitos sócio-históricos que podem contribuir para uma formação social brasileira mais democrática e com rejeição às formas de exclusão e exploração, particularmente, no setor educacional.
04. Melhoria das condições gerais da instituição, de forma que ela se torne cada vez mais uma Instituição de excelência para o exercício profissional de seus servidores e a construção da trajetória acadêmico-social de seus alunos.

05. Valorização da inovação tecnológica como meio para o alcance da função social e dos objetivos institucionais.
06. Valorização do caráter humanista e tecnológico da Instituição, em prol da educação tecnológica, da promoção da cidadania e da inclusão social, com a rejeição de políticas e práticas de exclusão.
07. Processos formativos balizados pela integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
08. Consideração do caráter plural e contraditório que permeia as políticas e práticas institucionais próprias de uma instituição universitária verticalizada e *multicampi*, no ensino, na pesquisa e na extensão, com atuação no Estado de Minas Gerais.
09. Articulação própria de instituição universitária entre as áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração e entre os componentes internos de cada uma.
10. Articulação entre a educação profissional técnica de nível médio, a graduação e a pós-graduação, fortalecendo a verticalização institucional.
11. Reconhecimento das diversidades dos sujeitos, respeitando-se: a pluralidade de valores e universos culturais; as deficiências e as necessidades educacionais especiais; e a diversidade étnica, de gênero, de orientação sexual e de condição socioeconômica.
12. Consideração das condições humanas e simbólicas na definição e materialização da política institucional.
13. Valorização dos servidores, dos alunos, da cultura e dos conhecimentos historicamente construídos na trajetória centenária do CEFET-MG como os maiores patrimônios da Instituição.
14. Valorização da divulgação interna e externa de informações institucionais de caráter geral, incluídas as administrativas, acadêmicas e técnico-científicas, observadas condições de liberdade de expressão, de propriedade intelectual e segurança informacional.
15. Produção e utilização de soluções tecnológicas para o aprimoramento do alcance das finalidades e objetivos institucionais.

16. Democratização e transparência político-administrativa da gestão e continua autoavaliação institucional, com ênfase na qualidade social da atuação institucional.
17. Gestão participativa com respeito à discussão coletiva e às instâncias deliberativas.
18. Valorização das identidades regionais da Instituição, em suas políticas e práticas.
19. Reconhecimento da importância de infraestrutura física e acadêmica na consecução das políticas e práticas, em organicidade com as finalidades e objetivos institucionais.
20. Administração balizada pelo equilíbrio entre custo-benefício, custo-efetividade e custo de oportunidade⁹, à luz da função socioeducativa da Instituição.

2 – Metas gerais

01. Fortalecer a identidade do CEFET-MG como instituição pública, gratuita e de excelência na área da educação tecnológica, e avançar na melhoria sistemática dos indicadores que já a qualificam como de alta qualidade, com oferta da educação profissional técnica de nível médio, da graduação e da pós-graduação, pelo aprimoramento de suas condições materiais e sua cultura acadêmica.
02. Alcançar, de forma orgânica, pelo menos 90% da totalidade dos objetivos previstos neste PDI.
03. Transformar-se na Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais: viabilizar a apresentação do Projeto de Lei, pelo Poder Executivo, para aprovação no Congresso Nacional.

⁹ Isso implica tomada de decisões que equilibra os critérios da obtenção de melhores e maiores resultados com menor custo (custo-benefício), com a obtenção de resultados que melhor atendam aos objetivos e finalidades institucionais (custo-efetividade) e com o reconhecimento de que toda decisão envolve custo e que ganhos em uma dada direção implicam perdas em outra (custo de oportunidade).

3 – Objetivos gerais

01. Fortalecer as práticas institucionais (acadêmicas e de gestão), seus recursos humanos, suas soluções tecnológicas e sua infraestrutura material e acadêmica, de forma condizente com os princípios estabelecidos neste Plano.
02. Consolidar a expansão realizada nos últimos anos e cuidar continuamente do aprimoramento e da ampliação da atuação institucional, com a definição de marcos regulatórios e avaliação contínua em todos os níveis e setores.
03. Fortalecer a educação profissional técnica de nível médio como uma das bases da verticalização institucional.

Não é demais afirmar que cada um dos objetivos expressos deverá ser levado a termo, respeitando-se plenamente a função social, as finalidades institucionais e os 20 princípios gerais explicitados neste Plano.

4 – Programas gerais

A seguir estão explicitados nove programas gerais com respectivas ementas e que serão efetivados pelos programas específicos correspondentes às áreas de atuação institucional.

01. Inclusão e inserção social

Atuação na inclusão social e cultural, na democratização da educação e na promoção da assistência estudantil, de forma a criar condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, para que todos possam usufruir, em igualdade de condições, das oportunidades existentes na Instituição. Cumpre ressaltar o processo de ingresso de alunos, tal como expresso na trajetória histórica registrada na primeira parte deste texto. Observe-se ainda que, como todos os demais, este programa geral será materializado em programas específicos relativos às áreas especializadas, expressando relações de integração entre elas.

02. Desenvolvimento e fomento das áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, e integração entre elas

Quanto ao desenvolvimento – Atuação direcionada para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, considerando o caráter inter e multidisciplinar dos processos de ensino e aprendizagem. Inclui a adoção de práticas pedagógicas compatíveis com a realidade econômica social e cultural do aluno, em consonância com a pesquisa e a extensão. As atividades previstas deverão possibilitar aos sujeitos envolvidos no processo de construção de conhecimento o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades, salientando-se a capacidade de elaboração de soluções inovadoras nos campos da ciência, da cultura, da tecnologia e do setor produtivo. Isso com o compromisso contínuo com a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento inclusivo e sustentável nos âmbitos científico-tecnológico, socioeconômico e cultural, tal como previsto na função social da Instituição. Esse compromisso se estende a todos os demais programas gerais.

Quanto ao fomento – Atuação complementar e articulada aos órgãos de fomento e de outros parceiros para fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, incluem-se iniciativas de apoio à formação e à ampliação do número de grupos de pesquisa ou de iniciativas individuais, além da manutenção de projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento. Contemplam-se, ainda: organização de eventos científicos e culturais; divulgação nacional e internacional de trabalhos realizados por docentes, técnicos administrativos e discentes; e concessão de bolsas de mestrado e doutorado em número superior ao concedido pelas agências de fomento.

03. Inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia

Atuação no desenvolvimento e execução de uma política de inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia que envolva princípios específicos de estímulo à pesquisa, geração de tecnologia, proteção das criações, licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia. Tais princípios advêm da Lei da Inovação, Lei n. 10.973/2004, e do Marco Legal de

Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Brasil, 2016b).

04. Cooperação internacional

Atuação no relacionamento entre o CEFET-MG e outras instituições, como universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos em geral e setores da sociedade civil, para suporte à cooperação acadêmico-cultural em matéria de ensino, pesquisa, e extensão, no âmbito internacional

05. Desenvolvimento organizacional e gestão de processos de trabalho

Atuação relacionada ao desenvolvimento organizacional (incluindo o fortalecimento da gestão democrática), à melhoria das relações e das condições de trabalho. Além disso, o programa inclui atividades voltadas para a melhoria da gestão de documentos, dos processos de gestão financeira, patrimonial e orçamentária, visando aperfeiçoar os recursos institucionais, dinamizar os procedimentos administrativos e aprimorar os recursos humanos. Espera-se que o programa tenha impacto direto nas condições de trabalho dos servidores.

06. Aprimoramento das tecnologias da informação e comunicação institucional

Atuação que visa à melhoria da prestação de serviços no formato digital, à promoção da compreensão, da integração, do compartilhamento e do acesso relativos às informações institucionais, à gestão de tecnologias da informação e comunicação e à segurança da informação para melhorar o atendimento à comunidade interna e externa. No âmbito deste programa, serão desenvolvidas atividades com vistas à criação e implementação de política de comunicação institucional.

07. Melhoria da infraestrutura e distribuição de espaço físico

Atuação na permanente melhoria da infraestrutura e distribuição do espaço físico, considerando sobretudo a característica *multicampi* do CEFET-MG, com oferta verticalizada, do nível médio ao superior. O programa implica o estabelecimento de políticas e procedimentos de utilização, compartilhamento,

distribuição e ampliação do espaço físico, contemplando critérios a partir de decisão colegiada, observada a legislação vigente.

08. Avaliação

Atuação na avaliação e no acompanhamento dos processos acadêmicos e administrativos, visando contribuir para a elevação da qualidade da educação no CEFET-MG, para a orientação da expansão de cursos, para o aumento permanente da eficiência e eficácia institucionais e, particularmente, para a consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais.

09. Programas transversais

Programas que se referem a um dos programas anteriores e envolvem a participação de mais de uma das áreas institucionais

O quadro a seguir apresenta os programas gerais e os específicos correspondentes por área.

Quadro II.01 – Programas gerais e específicos – PDI 2016-2020.

(Continua)

Gerais	Específicos		
	Área	Nº	Título
01 Inclusão e inserção social	EXT	01	Articulação com a sociedade e compromisso com a sustentabilidade e a diversidade
	EXT	02	Agenda de atividades artísticas e culturais
	POE	01	Inclusão e cidadania
	POE	02	Assistência prioritária: alimentação e bolsas
	POE	03	Apoio e acompanhamento psicossocial
02 Desenvolvimento e fomento das áreas do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da interação entre elas	EPT	01	Desenvolvimento da EPTNM
	EPT	02	Fomento da EPTNM
	EPT	03	Permanência e êxito na EPTNM
	GRD	01	Aprimoramento, acompanhamento e fomento da graduação
	GRD	02	Ferramentas de ensino e aprendizagem na graduação

Quadro II.01 – Programas gerais e específicos – PDI 2016-2020.

(Continuação)

Gerais	Específicos		
	Área	Nº	Título
02 Desenvolvimento e fomento das áreas do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da interação entre elas	PGR	01	Manutenção de equipamentos de laboratório
	PGR	02	Implementação e consolidação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
	PEI	01	Apoio-contrapartida na pesquisa
	EXT	03	Integração da extensão com o ensino e a pesquisa
	EXT	04	Desenvolvimento de novas tecnologias
	IET	01	Implementação do marco regulatório da inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia
03 Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia	IET	02	Consolidação das ações de inovação tecnológica
	IET	03	Integração nas ações de empreendedorismo
	IET	04	Gestão da transferência de tecnologia
	IET	05	Gestão da propriedade intelectual
04 Cooperação internacional	REI	01	Ampliação das ações de cooperação com instituições estrangeiras para a pós-graduação
	REI	02	Manutenção e ampliação dos acordos internacionais de reciprocidade acadêmica para o ensino de graduação
	REI	03	Desenvolvimento e consolidação do Programa de Estágios de Curta Duração no Exterior para a EPTNM
05 Desenvolvimento organizacional e gestão de processos de trabalho	EPT	04	Formação continuada de professores da EPTNM
	EPT	05	Marcos regulatórios da EPTNM
	GRD	03	Aperfeiçoamento de normas e rotinas da graduação
	PGR	03	Aprimoramento da administração dos programas de pós-graduação
	PGR	04	Apoio e incentivo à qualificação docente
	PES	02	Regulamentação de projetos de pesquisa
	PES	03	Catálogo de informação
EXT	05	Marcos regulatórios da extensão	

Quadro II.01 – Programas gerais e específicos – PDI 2016-2020.

(Continuação)

Gerais	Específicos			
	Área	Nº	Título	
05	Desenvolvimento organizacional e gestão de processos de trabalho	IET	01	Implementação do marco regulatório da inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia
		POE	04	Gestão da assistência estudantil
		REI	04	Envolvimento da comunidade acadêmica na internacionalização da Instituição
		GIN	01	Desenvolvimento e implantação da gestão da segurança da informação
		GIN	02	Modernização da governança e gestão de TI
		PGE	01	Aprimoramento da gestão de recursos humanos
		PGE	02	Integração das Diretorias para o planejamento, gestão orçamentária e levantamento de demandas institucionais
		AVI	01	Consolidação da CPA
06	Tecnologias da informação e comunicação institucional	PGR	05	Sistema de obtenção de dados da pós-graduação
		PGR	06	Sistema repositório na pós-graduação
		EXT	06	Expansão e divulgação das atividades de extensão
		CS0	01	Divulgação científica
		CS0	02	Veículos de comunicação
		CS0	03	Comunicação aberta
07	Melhoria da infraestrutura e distribuição de espaço físico	GRD	04	Oferta de cursos e melhoria da infraestrutura na graduação
		GIN	06	Modernização e expansão da infraestrutura de TI
		PGE	04	Estudo e definição para ampliação, adequação, utilização e distribuição racional de espaços físicos, incluindo bens e serviços
08	Avaliação e regulação	EPT	06	Avaliação da EPTNM
		GRD	05	Melhoria dos processos avaliativos na graduação

Gerais	Específicos		
	Área	Nº	Título
08	PGR	07	Avaliação do papel dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>
	PES	04	Avaliação e revisão de julgamento de projetos de pesquisa e de iniciação científica
	AVI	02	Avaliação institucional
09	T (EPT, GRD, PGR)	01	Coordenação e Acompanhamento Pedagógico (CAP 01, CAP 02, CAP 03 e CAP 04)
	T (PGR, PES)	02	Manutenção e aperfeiçoamento dos programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação

¹ – AVI (Avaliação Institucional), CAP (Coordenação Pedagógica), CSO (Comunicação Social), EPT (Educação profissional Técnica de Nível Médio), EXT (Extensão e Desenvolvimento Comunitário), GIN (Governança da Informação), GRD (Graduação), IET (Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia), POE (Política Estudantil), PGR (Pós-Graduação), PES (Pesquisa), PGE (Planejamento e Gestão), REI (Relações Internacionais).

C – Princípios, metas, programas e objetivos específicos por área

1 – Ensino

1.1 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A política a ser conduzida pela Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT) envolve princípios específicos que norteiam a estrutura e dinâmica curricular dos cursos ofertados. Com base nos princípios gerais da política institucional, os princípios da EPTNM são entendidos como o núcleo das diretrizes para a área. Eles abrangem os âmbitos, estreitamente relacionados, da gestão, do didático-pedagógico geral e o âmbito correspondente à organização e à dinâmica dos componentes curriculares relativos aos planos dos cursos ofertados.

Princípios

- Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso.

- Educação humanística, científica e tecnológica, comprometida com a formação crítica do aluno e com o desenvolvimento de sua autonomia intelectual e produtiva, em consonância com valores éticos, políticos, estéticos e sociais.
- Formação integral com conteúdo politécnico que implica:
 - formação geral como parte inseparável da formação profissional, tendo o trabalho, a ciência, a técnica e a tecnologia como dimensões indissociáveis da formação humana.
 - formação tecnológica e não apenas técnica, fundamentada na compreensão e domínio da ciência e da tecnologia como construções sociais, histórico-culturais e políticas.
 - Integração entre teoria e prática, viabilizando a aplicação dos conhecimentos construídos na escola às situações da vida cotidiana na sociedade, no trabalho e em outros contextos.
- Formação não restrita à sala de aula, possibilitando a prática e a ampliação dos conhecimentos adquiridos, mediante experiências formativas em eventos de caráter técnico-científico, competições acadêmicas e esportivas e atividades de caráter cultural.
- Formação para o exercício profissional e para continuidade de estudos.
- Avaliação processual, orientada à melhoria da qualidade de ensino.
- Reconhecimento da importância de todos os componentes curriculares.
- Concepção de matriz curricular distinta de simples elenco de disciplinas, mas como seleção de práticas e de saberes, com formato disciplinar ou não, necessários para se alcançar a formação integral e o perfil do egresso.
- Perfil de conclusão do aluno que atenda aos dispositivos legais e às expectativas institucionais de formar cidadãos com domínio dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da sua área de formação técnica, com capacidade de atuar de forma crítica e criativa na vida socioeconômica, política e cultural do país e de modificar, com sua participação, o meio social em que está inserido.

- Acompanhamento do egresso como forma de enriquecer a história da Instituição e subsidiar a tomada de decisões político-pedagógicas e institucionais futuras.
- Avaliação e acompanhamento permanente dos cursos de EPTNM, buscando a melhoria da qualidade do ensino.

Metas

01. Manter a oferta, em nível de excelência, da EPTNM e aprimorar a matriz curricular dos cursos técnicos, com revisão dos PPPs de todos os cursos com vistas a: 1) promover a integração entre formação geral e profissional; 2) relacionar e contextualizar os conteúdos das disciplinas, evitando sua repetição e propiciando o ajuste da carga horária total do curso; e 3) revisar o nível de aprofundamento das disciplinas adequando-o, quando necessário, à educação básica.
02. Consolidar os fóruns de avaliação e discussão coletiva na EPTNM, promovendo o efetivo funcionamento de todos os Colegiados de Curso técnicos, a institucionalização do Fórum de Coordenadores e a realização anual do Seminário da EPTNM.
03. Promover a permanência e a conclusão com êxito na EPTNM, diminuindo em pelo menos 30%, por ciclo, as taxas gerais de evasão e retenção discente.
04. Aprimorar os cursos técnicos ofertados no noturno, de forma a aumentar a relação ingressante/concluente.
05. Aprimorar e atualizar os marcos regulatórios da EPTNM, promovendo a revisão e adequação das Normas Acadêmicas e do Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório.
06. Implantar, com a CPA, sistema de avaliação para os cursos técnicos.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
EPT 01	Desenvolvimento da EPTNM	01, 02
EPT 02	Fomento à EPTNM	01
EPT 03	Permanência e êxito na EPTNM	03, 04
EPT 04	Formação continuada de professores da EPTNM	01, 02
EPT 05	Marcos regulatórios da EPTNM	05
EPT 06	Avaliação da EPTNM	01, 06

Objetivos específicos por programa

01. Aprimorar as formas democráticas de ingresso de estudantes da EPTNM, objetivando sua organicidade com a função e finalidades institucionais. (EPT 01)
02. Aprimorar a estrutura curricular dos cursos, de forma a contemplar: integração efetiva entre formação geral e profissional; atividades interdisciplinares alinhadas aos eixos tecnológicos dos cursos; equilíbrio entre cargas-horárias teóricas e práticas; equalização dos cursos técnicos; melhor adequação dos cursos aos contextos socioeconômicos regionais. (EPT 01)
03. Fortalecer a integração entre a Coordenação Geral de Desenvolvimento e Acompanhamento da EPTNM (CGDA) e as Coordenações Pedagógicas e de Curso, quanto ao apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes. (EPT 01)
04. Definir política de implantação e regulamentação da EaD para cursos e disciplinas não presenciais e semipresenciais nas formas concomitância externa e subsequente. (EPT 01)
05. Aprimorar a equivalência dos cursos técnicos entre os turnos e os diferentes *campi*. (EPT 01)

06. Ampliar recursos humanos e de infraestrutura para consolidação de cursos, definindo políticas para aquisição e manutenção de equipamentos para laboratórios de ensino e pesquisa em todos os *campi*. (EPT 02)
07. Promover a divulgação dos cursos para a comunidade externa. (EPT02)
08. Estimular e apoiar a participação discente em visitas técnicas e eventos culturais e acadêmicos, internos e externos. (EPT 02)
09. Fomentar, juntamente com Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário, a inter-relação entre as Coordenações de Curso e o setor produtivo correspondente, de forma a viabilizar a oferta de estágio supervisionado. (EPT 02)
10. Apoiar política institucional de inclusão e acompanhar pedagogicamente os discentes com deficiência e com necessidades educacionais especiais. (EPT 03)
11. Implementar política e ações administrativas e didático-pedagógicas para promoção da permanência e do êxito dos estudantes dos cursos técnicos. (EPT 03)
12. Promover a realização de reuniões e eventos científico-pedagógicos para avaliação da EPTNM e para formação continuada de docentes. (EPT 04)
13. Apoiar a realização de cursos de formação pedagógica de docentes, ofertados pela Instituição, em consonância com a legislação relativa à formação de professores para a educação básica. (EPT 04)
14. Revisar as Normas Acadêmicas dos Cursos de EPTNM. (EPT 05)
15. Revisar o Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório. (EPT 05)
16. Revisar, em parceria com as demais Diretorias Especializadas da área de ensino, o Regime Disciplinar do Corpo Discente, atualizando-o e adequando-o ao atual contexto institucional. (EPT 05)

17. Avaliar os cursos nas formas subsequente e concomitância externa, ofertadas no noturno, com vistas a detectar as dificuldades específicas por eles enfrentadas e propor soluções para superação das mesmas. (EPT 06)
18. Avaliar os cursos da EPTNM, a partir de dados produzidos de maneira regular e sistemática. (EPT 06)
19. Implantar sistema institucional para acompanhamento de egressos da EPTNM. (EPT 06)

1.2 – Graduação

O ensino de graduação, conduzido pela Diretoria de Graduação (DIRGRAD) deverá contemplar princípios específicos, além daqueles relativos à política geral da Instituição, entre os quais alguns são retomados e/ou qualificados de forma particular, tendo em vista a natureza da área. Os princípios aqui apresentados contemplam os rumos institucionais dos anos anteriores e os projetados para os próximos cinco anos.

Princípios

- Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso.
- Inserção da Instituição nos sistemas nacionais de ensino, pesquisa e políticas públicas para a educação superior.
- Articulação estreita entre metas acadêmicas e administrativas.
- Promoção de educação com valores democráticos e de cidadania com responsabilidade ambiental.
- Construção de PPPs de cursos em consonância com a realidade local e nacional, buscando estreita relação entre formação geral, técnica e humanística.
- Avaliação e acompanhamento do ensino por meio da análise de indicadores, buscando a melhoria contínua das condições de oferta dos cursos.

- Valorização e promoção da mobilidade acadêmica para o corpo docente e discente em instituições nacionais e internacionais visando à ampliação da cooperação interinstitucional.

Metas

01. Consolidar os cursos de graduação do CEFET-MG em nível de excelência, o que implica: orientar e acompanhar os Núcleos Docentes Estruturantes no processo de revisão dos PPPs dos cursos e submeter as revisões à aprovação no Conselho de Graduação (CGRAD); atualizar o acervo bibliográfico de todos os *campi*; implantar processo de avaliação interna dos cursos de graduação, fortemente alinhado com os instrumentos de avaliação do MEC e a ser conduzido de forma ativa por comissão independente e devidamente capacitada.
02. Estabelecer e/ou aprimorar políticas institucionais com foco nos discentes, voltadas para as seguintes questões: acompanhamento pedagógico; acolhimento a pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; acompanhamento de egressos; e intensificação de programas de fomento e apoio discente, em parceria com outros setores da Instituição que também tratam dessas questões.
03. Promover a realização de, no mínimo, um evento, por ano, para discutir modalidades de ensino e aprendizagem.
04. Revisar e atualizar normas, resoluções e fluxos de gestão atinentes à graduação.
05. Orientar iniciativas de elaboração de propostas de novos cursos e submetê-las à apreciação do CGRAD.
06. Realizar levantamento para a adequação dos laboratórios didáticos especializados utilizados nos cursos de graduação.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
GRD 01	Aprimoramento, acompanhamento e fomento da graduação	01, 02, 03
GRD 02	Aprimoramento de recursos de ensino e aprendizagem na graduação	03
GRD 03	Aperfeiçoamento de normas e rotinas da graduação	04
GRD 04	Oferta de cursos e melhoria da infraestrutura da graduação	05, 06
GRD 05	Melhoria dos processos avaliativos na graduação	01

Objetivos específicos por programa

01. Aprimorar as formas democráticas de ingresso de estudantes, na graduação, objetivando sua organicidade com a função e finalidades institucionais. (GRD 01)
02. Orientar e acompanhar o processo de consolidação dos Núcleos Docentes Estruturantes. (GRD 01)
03. Orientar os Núcleos Docentes Estruturantes para o aprimoramento da estrutura curricular dos cursos. (GRD 01)
04. Orientar os Núcleos Docentes Estruturantes na revisão dos PPPs dos cursos para inclusão das atividades de extensão com, no mínimo, 10% da carga horária total, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Educação. (GRD 01)
05. Envidar esforços para que no acervo bibliográfico seja garantido o número suficiente de exemplares de cada título constante na bibliografia básica e complementar dos planos de ensino dos cursos de graduação. (GRD 01)
06. Desenvolver e implantar, em parceria com a Secretaria de Governança da Informação, um sistema institucional para acompanhamento de egressos. (GRD 01)

07. Definir plano de ação para redução da evasão e da retenção nos diversos cursos e turnos, contemplando atividades como nivelamento para o ingressante e programas de tutoria. (GRD 01)
08. Expandir os programas de monitoria, educação tutorial e mobilidade acadêmica. (GRD 01)
09. Definir política institucional de diagnóstico e acompanhamento de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais em parceria com outros setores que cuidam desse acompanhamento. (GRD 01)
10. Revisar, em parceria com as demais Diretorias Especializadas da área de ensino, o Regime Disciplinar do Corpo Docente, atualizando-o e adequando-o ao atual contexto institucional. (GRD 01)
11. Discutir a utilização de ferramentas tecnológicas para as disciplinas dos cursos de graduação, entre elas aquelas relativas à EaD¹⁰. (GRD 02)
12. Revisar as normas e resoluções referentes à regulação da graduação. (GRD 03)
13. Aprimorar e consolidar o Guia de Gestão Acadêmica da Graduação. (GRD 03)
14. Submeter à apreciação do Conselho de Graduação as demandas para oferta de novos cursos, considerando as condições de pessoal e infraestrutura. (GRD 04)
15. Avaliar as condições dos laboratórios didáticos especializados e definir as melhorias (em termos de profissionais, equipamentos e manutenção) necessárias à obtenção do conceito cinco associado ao indicador correspondente no instrumento de avaliação do MEC. (GRD 04)

¹⁰ Ressalta-se que as atividades de EaD, particularmente no ensino superior, envolvendo o ensino de graduação e o de pós-graduação, serão conduzidas nos moldes da Resolução CNE/CES n. 001, de 11/03/2016 (Brasil, 2016a).

16. Instituir e capacitar uma comissão para realizar, de forma ativa e alinhada com os instrumentos de avaliação do MEC, a autoavaliação interna dos cursos, com vistas à melhoria contínua dos conceitos atribuídos pelo MEC. (GRD 05)

1.3 – Pós-Graduação

Da mesma forma que nas outras áreas, a política de pós-graduação vai ao encontro da política geral da Instituição, reiterando, particularmente, o princípio da integração entre o ensino, a pesquisa e inovação e a extensão, em prol da sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural.

Além disso, O CEFET-MG, por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG), vem estabelecendo uma série de ações de apoio às atividades de pós-graduação. Algumas dessas ações já foram institucionalizadas na forma de programas que são de pleno conhecimento e adesão pela comunidade interna.

Princípios

- Comprometimento com a realidade regional e nacional.
- Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso.
- Integração da pesquisa e pós-graduação com as atividades de ensino, em todos os níveis, e de extensão.
- Qualidade social nas atividades de ensino e investigação científica e tecnológica.
- Ensino para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais, técnicos e pesquisadores de alto nível.
- Busca de atualização contínua nas áreas do conhecimento.
- Desenvolvimento da capacidade de análise e de crítica, do espírito científico e do pensamento reflexivo por parte dos sujeitos institucionais.
- Divulgação de conhecimentos culturais e científico-tecnológicos por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Metas

01. Promover as condições adequadas para a atuação dos docentes na pós-graduação *stricto sensu*. Isso implica: correta valoração das atividades nos encargos didáticos e acadêmicos; condições de infraestrutura; implementação de ferramentas que viabilizem a expansão e qualificação contínuas da pós-graduação (como EaD).
02. Ampliar a pós-graduação *stricto sensu*, contando ao final do período de vigência deste Plano com, pelo menos, 12 cursos de mestrado e quatro de doutorado.
03. Implantar o primeiro curso de mestrado no interior.
04. Aprimorar a sistematização de coleta de informações referentes à pesquisa e à pós-graduação, e sua divulgação, por meio de sistema de obtenção, tratamento e apresentação de dados.
05. Definir as diretrizes para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* ajustadas às estratégias institucionais para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.

Programas

Considerando programas em curso e os propostos, têm-se os que se seguem.

Código (Área e Nº)	Título	Meta
PGR 01	Manutenção de equipamentos de laboratório	01
PGR 02	Implementação e consolidação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	01, 02, 03,05
PGR 03	Aprimoramento da administração dos programas de pós-graduação	01
PGR 04	Apoio e incentivo à qualificação docente	02, 03
PGR 05	Sistema de obtenção de dados da pós-graduação	04
PGR 06	Sistema repositório na pós-graduação	04
PGR 07	Avaliação do papel dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	05

Registre-se que os programas mencionados têm algumas características gerais.

- PGR 01 – Visa sistematizar os processos de compra e contratação de serviços para manter operacional a infraestrutura de laboratórios que dá suporte aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- PGR 02 – Tem-se como intenção favorecer a participação de docentes e discentes de diferentes *campi* nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- PGR 03 – Implica facilitar a gestão das atividades acadêmicas e melhorar a interação com docentes, discentes e demais sujeitos institucionais em conjunto com as coordenações.
- PGR 04 – Será levada em consideração a consonância entre a qualificação e perspectivas de evolução da pós-graduação.
- PGR 05 – Serão focalizados dados relativos à pós-graduação e dados para a composição de relatórios de gestão e de prestação de contas.
- PGR 06 – Vincula-se ao sistema da biblioteca, para disponibilizar a produção acadêmica institucional.
- PGR 07 – Busca-se ajudar a estabelecer a contribuição dos cursos de especialização no conjunto das estratégias institucionais.

Objetivos específicos por programa

01. Definir política para aquisição e manutenção de equipamentos para laboratórios de ensino e pesquisa em todos os *campi*. (PGR 01, PGR 02, PGR 03)
02. Ampliar recursos humanos e de infraestrutura para expansão e consolidação de cursos. (PGR 01, PGR 03, PGR 04)
03. Definir política de implantação e regulamentação da EaD para cursos e disciplinas não presenciais e semipresenciais. (PGR 02)
04. Apreciar a demanda de oferta de novos cursos de mestrado e doutorado, particularmente no interior. (PGR 02)
05. Ampliar bolsas de estudo para alunos em número compatível com a ampliação da pós-graduação *stricto sensu*. (PGR 02)
06. Ampliar o acervo acadêmico da pós-graduação a partir de investimentos com recursos próprios e captados de agências de fomento. (PGR 02)
07. Fortalecer a integração entre a pós-graduação e os cursos de graduação e da EPTNM, por meio da intensificação de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão. (PGR 02, PGR 03)
08. Aprimorar a padronização dos procedimentos operacionais da Instituição no âmbito da pós-graduação. (PGR 03)
09. Aprovar as Normas Acadêmicas da Pós-Graduação *stricto sensu*. (PGR 03)
10. Aprimorar os sistemas de informação e comunicação quanto a: coleta de dados; alinhamento entre os diversos sistemas vigentes como Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e Sistema de Gestão Acadêmica; atualização da base de dados institucionais; divulgação e registro de informações de interesse institucional. (PGR 03, PGR 05, PGR 06)

11. Promover a realização de reuniões e eventos científicos e pedagógicos para discussão, divulgação e registro de práticas bem-sucedidas. (PGR 04)
12. Articular os programas e ações da DPPG com os programas e ações das outras Diretorias Especializadas. (PGR 04)
13. Fortalecer a divulgação de cursos ofertados para a comunidade. (PGR 04, PGR 05)
14. Implantar sistema institucional para acompanhamento de egressos. (PGR 05)
15. Melhorar a divulgação das bases de livros eletrônicos e do portal de periódicos da CAPES. (PGR 06)
16. Promover discussões acerca dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. (PGR 07)
17. Rever e consolidar regulamentação do programa de pós-graduação *lato sensu* na Instituição. (PGR 07)

1.4. – Transversal

Além dos programas próprios da EPTNM, da graduação e da pós-graduação, há um programa transversal que se refere à coordenação pedagógica, apresentado a seguir.

Código	Título
T (EPT, GRD, PGR) 01	Coordenação e Acompanhamento Pedagógico

Para consolidar as práticas existentes de acompanhamento pedagógico e aprimorar-lhes a organicidade, com o intuito de se criar política institucional na área, e, ainda, considerando que tais práticas permeiam tanto o ensino médio quanto a educação superior, considerou-se importante incluir este programa no PDI. Com isso, visa-se reforçar a integração dos processos e atividades de ensino e aprendizagem, no âmbito dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação, envolvendo os discentes e

docentes em todos os *campi* da Instituição. O objetivo maior é a melhoria da qualidade desses processos e atividades.

Relembre-se de que a coordenação e o acompanhamento pedagógico são realizados pelas Coordenações Pedagógicas (CP) existentes em todos os *campi* do CEFET-MG. As atribuições desses setores são definidas pela Resolução CD-049/12, de 03/09/2012. “As Coordenações Pedagógicas são unidades organizacionais responsáveis por implementar e executar as políticas de ensino das diretorias de Graduação, de Educação Profissional e Tecnológica e de Pesquisa e Pós-graduação, no âmbito das unidades”.

Para além dessa definição, neste PDI estabelecem-se as projeções de reestruturação da gestão pedagógica na Instituição, considerando o trabalho em andamento da Comissão Responsável pela Reestruturação e Elaboração do Regulamento da Coordenação Pedagógica, instituída pela Portaria DIR-388/16, de 26/04/2016.

Dada a reconhecida importância do programa em pauta, ele será especificado de forma mais detalhada, incluindo-se seus princípios, metas, subprogramas e objetivos específicos.

Princípios

Os princípios que deverão nortear as práticas de coordenação e acompanhamento pedagógico no CEFET-MG envolvem atenção particular aos princípios expressos no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20/12/1996 (Brasil, 1996), aos princípios gerais da Instituição e aos princípios da EPTNM, da graduação e da pós-graduação citados neste PDI. Assim, têm-se os princípios a seguir.

- Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso.
- Integração das atividades de acompanhamento pedagógico em todos os níveis e etapas de ensino do CEFET-MG, na perspectiva da verticalização do ensino.
- Busca da excelência, inovação e criatividade nos processos de ensino e aprendizagem, tendo em vista a melhoria da sua qualidade.

- Respeito ao trabalho coletivo e participativo e sua valorização.
- Respeito à autonomia docente e discente nos processos de ensino e aprendizagem.
- Aprimoramento contínuo da comunicação e integração entre as Coordenações Pedagógicas, as três Diretorias Especializadas de Ensino – DEPT, DIRGRAD e DPPG – e a Secretaria de Política Estudantil.
- Estímulo à formação continuada dos profissionais que atuam nas Coordenações Pedagógicas.
- Respeito às manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos estudantes nas suas relações individuais e coletivas.

Metas

01. Consolidar as práticas existentes na área de planejamento, desenvolvimento e avaliação do ensino, provendo-lhes organicidade, juntamente com as três Diretorias Especializadas na área do ensino, o que implica: realização de eventos com a participação das coordenações de todos os *campi*; avaliação contínua do atendimento ao estabelecido no Regulamento da Coordenação Pedagógica, envolvendo elaboração de relatórios anuais.
02. Consolidar as práticas existentes de recepção e integração dos discentes ingressantes e as práticas de acompanhamento e orientação acadêmica aos estudantes, no âmbito da EPTNM e da Graduação, em todos os *campi*, por meio de aulas inaugurais e divulgação do *Guia Acadêmico*.
03. Consolidar as práticas existentes de integração e acolhimento dos docentes ingressantes, pela criação e implementação de Projeto de Integração e Acolhimento de Docentes, juntamente com as três Diretorias Especializadas na área do ensino e com a Superintendência de Gestão de Pessoas.

Subprogramas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
CAP 01	Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	01
CAP 02	Acompanhamento e orientação acadêmica ao discente	02
CAP 03	Acompanhamento e orientação didático-pedagógica ao docente	03
CAP 04	Gestão das ações e projetos das Coordenações Pedagógicas	01, 02, 03

Objetivos específicos por programa

01. Incentivar a realização de estudos que aprimorem a execução dos currículos e a aplicação de métodos e técnicas inovadoras de ensino e aprendizagem. (CAP 01)
02. Apoiar as Coordenações de Curso e as Coordenações Pedagógicas no processo de acompanhamento e desenvolvimento das monitorias, identificando eventuais falhas e propondo medidas corretivas nesse processo. (CAP 01)
03. Orientar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de dependência e de recuperação dos estudantes da EPTNM. (CAP 01)
04. Planejar e coordenar, semestralmente, a realização de atividades de recepção dos discentes ingressantes dos cursos de EPTNM e de Graduação. (CAP 02)
05. Promover o atendimento do estudante de forma integrada com outros setores (Coordenações de Curso, Coordenações de Política Estudantil, e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas). (CAP 02)
06. Facilitar o intercâmbio de informações entre a família dos estudantes da EPTNM e o CEFET-MG. (CAP 02)
07. Orientar os estudantes sobre o funcionamento da Instituição (programas, procedimentos e normas acadêmicas) e sobre a organização de estudos e

trajetórias acadêmicas, particularmente aqueles com rendimento acadêmico insuficiente. (CAP 02)

08. Orientar e acompanhar os estudantes da EPTNM, quanto a desempenho escolar e trajetória acadêmica, sobretudo aqueles encaminhados pelos professores e coordenadores de curso. (CAP 02)
09. Identificar fatores de evasão escolar e retenção, assim como identificar formas de evitá-las. (CAP 02)
10. Orientar a elaboração de relatórios dos dados referentes ao desempenho acadêmico dos estudantes acompanhados pelas Coordenações Pedagógicas. (CAP 02)
11. Planejar e coordenar o acolhimento de docentes ingressantes em parceria com a Superintendência de Gestão de Pessoas. (CAP 03)
12. Participar na elaboração e reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos e dos Planos de Ensino dos cursos. (CAP 03)
13. Buscar a integração das Coordenações Pedagógicas com as Coordenações Gerais de Desenvolvimento e Acompanhamento da EPTNM e da Graduação e com as Coordenações de Curso. (CAP 04)
14. Planejar e realizar ações de formação continuada dos profissionais das Coordenações Pedagógicas com vistas ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pelas CPs. (CAP 04)

2 – Pesquisa

A área da pesquisa está estreitamente relacionada ao ensino e à extensão, mas, particularmente, ao ensino de pós-graduação, do qual é um dos pilares principais. Isso tendo em vista, sobretudo, o fato de que, no Brasil, a pós-graduação é condicionada à pesquisa ou à denominada ambiência de pesquisa na Instituição. Assim, a pesquisa e a pós-graduação estão sob a responsabilidade da DPPG e se desenvolvem sob os mesmos princípios. Dentro disso, a DPPG orienta suas ações tendo por base a posição de que a pesquisa é um dos meios mais efetivos de integração entre os níveis de ensino e entre os *campi*, e se constitui um dos eixos essenciais da identidade do CEFET-MG.

Metas

01. Aumentar a captação de recursos para a pesquisa por meio da submissão de projetos às agências de fomento nacionais e internacionais, e por meio da cooperação com outras instituições públicas e privadas.
02. Incentivar a participação do CEFET-MG em projetos de pesquisa interinstitucionais, no Brasil e no exterior.
03. Promover a discussão e a revisão da regulamentação interna a respeito da pesquisa em parceria com agentes públicos e privados, adequando a Instituição ao contexto nacional.
04. Garantir o pleno funcionamento da infraestrutura de pesquisa.
05. Ampliar em 20% o número de grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.
06. Promover maior integração entre docentes e grupos de pesquisa dos diferentes *campi*.
07. Aprimorar os processos de seleção de projetos de iniciação científica e dos demais programas de fomento, de forma a ampliar a quantidade de alunos envolvidos nessa atividade e reduzir as assimetrias entre os *campi*.

Programas

Da mesma forma que no caso da pós-graduação, os programas a seguir referem-se aos existentes e às novas propostas.

Código (Área e Nº)	Título	Meta
PES 01	Apoio-contrapartida na pesquisa	01, 02
PES 02	Regulamentação de projetos de pesquisa	01, 03, 04, 05
PES 03	Catálogo de informação	06
PES 04	Avaliação e revisão de julgamento de projetos de pesquisa e de iniciação científica.	01, 07

Também como na pós-graduação, os três primeiros programas indicados contam com algumas características gerais registradas a seguir.

- PES 01 – Busca induzir a obtenção de recursos externos ao CEFET-MG.
- PES 02 – Propõe-se a compatibilização dos projetos com o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei n. 13. 243, de 11/01/2016) (Brasil, 2016b).
- PES 03 – Envolve a elaboração de catálogo com informação sobre projetos ou campos de pesquisa, de forma a facilitar a identificação: de competências na Instituição; de infraestrutura disponível; e da atuação e pesquisadores em diferentes áreas.

Objetivos específicos por programa

01. Estimular os docentes a aumentarem a produção científica e a submeterem projetos aos órgão de fomento. (PES 01, PES 02)
02. Definir política para viabilizar a capilaridade da pesquisa e da participação de docentes em programas de pós-graduação em todos os *campi* da Instituição. (PES 01, PES 03)
03. Estimular a pesquisa aplicada por meio de parcerias com indústrias e empresas. (PES 01, PES 04)
04. Criar a cultura de implementação de programas de pesquisa nos grupos, congregando vários projetos. (PGR 02)

Pós-Graduação e Pesquisa

Junto aos programas explicitados para cada uma das áreas da pós-graduação e da pesquisa há um programa transversal comum a essas duas, tal como apresentado a seguir.

Código	Título
T (PGR, PES) 02	Manutenção e aperfeiçoamento dos programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação

Objetivos específicos do programa

01. Apoiar a participação de docentes em eventos e tradução e revisão de artigos para periódicos em língua estrangeira.
02. Apoiar a participação de pesquisador visitante nos programas de pós-graduação.
03. Apoiar pagamento de taxas de publicação de artigos em periódicos.

3 – Extensão e Desenvolvimento Comunitário

A extensão universitária assumiu funções diferenciadas ao longo do tempo e tem transposto os limites de uma visão que a associava apenas à prestação de serviços e à difusão de cultura e conhecimento, para assumir papel de suma relevância no processo educativo cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável. Com isso, amplia-se a relação transformadora entre a Instituição de ensino e a sociedade, visando ao desenvolvimento e à socialização da cultura e do saber acadêmico.

Conhecedora de seu papel em relação às atividades de extensão, a Instituição, por meio da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC) está e estará conduzindo sua política na área, no intuito de fomentar iniciativas que favoreçam a aproximação tanto entre os membros da própria comunidade acadêmica como entre esta e a sociedade, buscando atender aos princípios gerais da política institucional e aos princípios específicos apresentados a seguir.

Princípios

- Comprometimento com a realidade regional e nacional.
- Indissociabilidade da extensão com as atividades de ensino e pesquisa.
- Construção coletiva e democrática das diretrizes das atividades de extensão para a Instituição.
- Valorização da participação discente nas atividades de extensão, efetivada por processo de integração curricular.

- Envolvimento da comunidade externa e interna à Instituição na construção colaborativa das atividades de extensão.
- Equilíbrio entre as atividades extensionistas de desenvolvimento tecnológico e inovação, desenvolvimento comunitário e de difusão artístico-cultural.
- Concepção da extensão como fator de impacto na formação do estudante como agente de transformação social.

Metas

01. Consolidar, no âmbito da extensão, o cumprimento dos marcos legais no que tange às relações étnico-raciais, às africanidades, aos afro-brasileiros e aos indígenas, assim como a garantia da ação afirmativa, da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual, tendo em vista a inclusão social.
02. Consolidar uma agenda cultural para o CEFET-MG, de forma a garantir que a Instituição ofereça à comunidade, tanto interna como externamente, oportunidades que contribuam para o debate social, para a difusão dos direitos humanos, para a promoção da inclusão e do respeito às diversidades étnico-raciais e de gênero e para a promoção e a valorização dos saberes e das práticas artístico-culturais.
03. Ampliar a oferta de atividades de extensão para os discentes, de forma a garantir a integralização curricular da extensão, em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Educação, que prevê 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão.
04. Desenvolver tecnologias sociais e assistivas, consolidando parcerias que colaborem para execução de projetos inovadores e sustentáveis.
05. Modernizar as normas gerais de atividades de extensão, adequando-as à legislação vigente, e desburocratizar os procedimentos administrativos inerentes à DEDC, garantindo fluxo simplificado e a diminuição nos prazos de avaliação e de aprovação das propostas.
06. Ampliar a participação dos *campi* do CEFET-MG em atividades de extensão por meio da consolidação das coordenações locais de extensão, do fomento

a programas de extensão *intercampi* e da disseminação de cultura extensionista para a comunidade.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
EXT 01	Articulação com a sociedade e compromisso com a diversidade	01, 02
EXT 02	Agenda de atividades artísticas e culturais	02
EXT 03	Integração da extensão com o ensino e a pesquisa	03
EXT 04	Desenvolvimento de novas tecnologias	04
EXT 05	Marcos regulatórios da extensão	05
EXT 06	Expansão e divulgação das atividades de extensão	03, 06

Objetivos específicos por programa

01. Fomentar debates e eventos que reforcem a promoção dos direitos humanos e a consolidação de cultura de inclusão e de respeito às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, e às diversidades étnico-raciais e de gênero. (EXT 01)
02. Fortalecer a extensão acadêmica como agente de transformação social, valorizando atividades que promovam o desenvolvimento comunitário e a atuação junto a comunidades tradicionais. (EXT 01)
03. Consolidar a participação do CEFET-MG como agente cultural nas comunidades em que atua. (EXT 01)
04. Incentivar e promover parcerias com entidades culturais, Organizações não Governamentais (ONGs) e demais órgãos que visem à superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero, que busquem soluções para os problemas sociais e que atuem como agentes transformadores da sociedade e como difusores da arte e da cultura nacionais. (EXT 01)

05. Expandir a fronteira da sala de aula para o corpo discente, permitindo maior conhecimento e convivência com diferentes realidades, sejam elas socioeconômicas, educacionais, culturais e/ou étnico-raciais. (EXT 01)
06. Estabelecer, em articulação com as Normas Gerais para Atividades de Extensão e com os demais programas da DEDC, os referenciais para uma política institucional de cultura no CEFET-MG. (EXT 02)
07. Propor uma Agenda Cultural que coloque em pauta o debate acerca da cultura e das manifestações artístico-culturais como parcela significativa da formação ofertada e da produção acadêmica no CEFET-MG e ofereça uma programação que permita, considerando o respeito às diversidades e às várias formas de manifestação da cultura, a materialização desse debate. (EXT 02)
08. Fomentar a pesquisa e o ensino na área cultural, de forma articulada ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia produzidas na Instituição. (EXT 02)
09. Consolidar a participação do CEFET-MG como instituição promotora de cultura nas regiões onde atua, por meio de seu *Festival de Arte e Cultura* e de uma Agenda Cultural permanente nos seus *campi*. (EXT 02)
10. Ampliar e reforçar cooperação sociocultural com os órgãos públicos e/ou privados nas regiões onde o CEFET-MG atua, por meio dos sujeitos e agentes que atuam na área da promoção da cultura, de forma a potencializar ações artístico-culturais articuladas com ciência e tecnologia. (EXT 02)
11. Reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do estreitamento do diálogo com as outras Diretorias e Secretarias Especializadas e seus programas correspondentes. (EXT 03)
12. Valorizar atividades de extensão que preconizem o caráter interdisciplinar, interativo e indissociável com o ensino e a pesquisa. (EXT 03)
13. Contribuir para a revisão da estrutura curricular dos cursos de graduação, de forma a contemplar atividades institucionais de Extensão, com o propósito de

- atingir as diretrizes do Plano Nacional de Educação e da Política Nacional de Extensão. (EXT 03)
14. Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias em parcerias com o setor produtivo empresarial. (EXT 04)
 15. Desenvolver tecnologias sociais e assistivas, consolidando parcerias que colaborem para execução de projetos inovadores e sustentáveis. (EXT 04)
 16. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias sociais como estratégia para a sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural. (EXT 04)
 17. Incentivar e fomentar o desenvolvimento de tecnologias assistivas de acordo com as normas de acessibilidade. (EXT 04).
 18. Atualizar, aprimorar e adequar as Normas Gerais para Atividades de extensão de forma a desburocratizar a tramitação dos processos e a celebração de parcerias interinstitucionais. (EXT 05)
 19. Padronizar os procedimentos operacionais da Instituição no âmbito da extensão. (EXT 05)
 20. Informatizar os procedimentos de registro, acompanhamento e avaliação das propostas de atividades e ações de extensão. (EXT 05)
 21. Agilizar a tramitação dos processos em todas as etapas de aprovação e providências administrativas/financeiras. (EXT 05)
 22. Promover a consolidação das Coordenações Locais de Extensão e de Empreendedorismo em todos os *campi* do CEFET-MG. (EXT 06)
 23. Promover a disseminação da cultura extensionista, ampliando o conhecimento da comunidade interna e externa sobre a extensão e suas possibilidades. (EXT 06)
 24. Apoiar a formação de programas de extensão *intercampi*. (EXT 06)
 25. Ampliar recursos humanos e de infraestrutura para expansão e consolidação de atividades de extensão em suas mais diversas manifestações. (EXT 06)

26. Ampliar e diversificar as formas de divulgação das informações e das atividades de extensão do CEFET-MG. (EXT 06)
27. Garantir a periodicidade e a qualificação da Revista *Extensão & Comunidade*, baseando-se em periódicos de extensão de referência no cenário acadêmico nacional. (EXT 06)
28. Fortalecer as práticas editoriais criando normas para a consolidação da Editora do CEFET-M e promovendo a divulgação da produção científica, artística e cultural. (EXT 06)
29. Promover a participação da comunidade externa em eventos e atividades extensionistas. (EXT 06)

4 – Inovação, Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia

A área em pauta, por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) atuará em parceria com as diretorias, no sentido de implementar a política institucional de inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia e zelar pela sua manutenção, conforme determina a Lei n. 10.973/2004.

Compete ao NIT, na medida do interesse institucional, identificar e incentivar a inovação e o empreendedorismo, promover a articulação de parcerias do CEFET-MG com empresas, órgãos governamentais e demais organizações da sociedade. O estímulo à proteção das criações intelectuais e à criação de oportunidades de transferência ou cessão de tecnologias relacionadas à pesquisa, ao ensino e à extensão, deverá contribuir para o desenvolvimento social e tecnológico.

Dento disso, a área visa a apoiar, técnica e administrativamente, projetos residentes e empresas de base tecnológica, no âmbito das comunidades interna e externa ao CEFET-MG, fomentando, particularmente, cultura empreendedora e de inovação, por meio da promoção de eventos e ações que garantam sua consolidação.

Princípios

- Concepção de inovação e empreendedorismo como forma de se alcançar avanços tecnológicos e sociais em benefício público.
- Garantia da excelência dos serviços prestados e do sigilo das informações.
- Compreensão da importância do caráter indissociável da extensão com o ensino e a pesquisa nos projetos de inovação tecnológica desenvolvidos na Instituição.
- Valorização e difusão dos procedimentos de proteção da informação e transferência de tecnologia, contribuindo para a melhoria dos indicadores de propriedade intelectual.
- Estímulo à formação, ao desenvolvimento e à capacitação dos servidores que atuam no NIT, promovendo cultura de inovação e empreendedorismo, consoante com a função social da Instituição.
- Estímulo à iniciativa individual na busca de melhoria contínua nos processos de trabalho, no relacionamento interpessoal e no alcance dos objetivos institucionais.
- Valorização das competências técnico-científicas já consolidadas na Instituição.
- Incentivo e apoio às ações de inovação e empreendedorismo das comunidades interna e externa ao CEFET-MG.
- Disseminação da cultura de proteção da propriedade intelectual, de incubação de empresas e de criação de empresas juniores para toda a comunidade acadêmica.
- Criação de condições adequadas para o incremento dos processos de transferência de tecnologia oriundos de propriedade intelectual e empreendedorismo.
- Intensificação das parcerias com órgãos externos visando à inovação e ao empreendedorismo.

- Consolidação da política de inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia, contribuindo para o reconhecimento da Instituição como referência de desenvolvimento tecnológico no país.

Metas

01. Implementar alterações na estrutura da Instituição para atender ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Brasil, 2016), garantindo política de regulamentação interna para as atividades inerentes a essa área. Esta meta implica reestruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica do CEFET-MG.
02. Expandir para todas as unidades ações de sensibilização da proteção intelectual e do empreendedorismo, promovendo a instalação de coordenações locais de inovação tecnológica e empreendedorismo
03. Desenvolver estudos de prospecção tecnológica na Instituição de forma a orientar as ações de fomento à pesquisa inovadora.
04. Desenvolver estratégias para incrementar o empreendedorismo no CEFET-MG, consolidando os programas de incubação e as empresas juniores, apoiando iniciativas potenciais nessa área e realizando capacitação específica para a comunidade interessada.
05. Desenvolver estratégias para incrementar a transferência de tecnologia no CEFET-MG, realizando a prospecção das demandas de mercado e divulgando externamente as tecnologias disponíveis na Instituição.
06. Expandir as relações com o setor empresarial, consolidando parcerias que colaborem para a execução de projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico.
07. Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa, expressas em relatórios anuais, em atendimento às disposições da Lei n. 10.973/2004.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
IET 01	Implementação do marco regulatório da inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia	01
IET 02	Consolidação das ações de inovação tecnológica	02, 03, 06
IET 03	Integração na ações de empreendedorismo	02, 04
IET 04	Gestão da transferência de tecnologia	05, 06, 07
IET 05	Gestão da propriedade intelectual	03, 07

Objetivos específicos por programa

01. Submeter, à avaliação do CEPE e do Conselho Diretor, projeto de Política de Inovação, de acordo com a Lei nº 13.243/2016 questões de responsabilidade ambiental e desenvolvimento inclusivo e sustentável. (IET 01)
02. Padronizar os procedimentos operacionais da Instituição no âmbito da inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologia. (IET 01)
03. Promover a disseminação da cultura de proteção da propriedade intelectual (IET 02)
04. Ampliar e diversificar as formas de divulgação das atividades de inovação no CEFET-MG. (IET 02)
05. Ampliar as interfaces da Instituição com o setor empresarial. (IET 02)
06. Promover a instalação e consolidação das coordenações locais de inovação tecnológica e de empreendedorismo em todas as *campi* institucionais. (IET 02, IET 03)
07. Ampliar recursos humanos e de infraestrutura para expansão e consolidação das atividades de inovação e empreendedorismo. (IET 02, IET 03)

08. Ofertar disciplinas e palestras informativas sobre inovação, propriedade intelectual e empreendedorismo visando instigar inventores potenciais a realizarem atividades de empreendedorismo e inovação. (IET 02, IET 03)
09. Implementar programas e projetos sobre inovação e empreendedorismo integrados aos programas e projetos da incubadora de empresas. (IET 02, IET 03)
10. Reforçar vínculos e estabelecer novas parcerias que busquem soluções inovadoras para o setor empresarial e entidades sociais, incentivando a cooperação técnica e a transferência de tecnologia. (IET 02, IET 04)
11. Mapear as competências técnicas instaladas na Instituição com foco em empreendedorismo e inovação, estabelecendo parcerias com a sociedade. (IET 03)
12. Promover a disseminação da cultura do empreendedorismo. (IET 03)
13. Fomentar e expandir para todas as unidades a incubação de empresas que tenham um componente de inovação, desenvolvimento social e tecnológico. (IET 03)
14. Criar condições adequadas para o incremento dos processos de transferência de tecnologia oriundos de propriedade intelectual do Centro. (IET 04)
15. Fortalecer a integração do NIT com a Superintendência de Convênios e Contratos, a fim de padronizar minutas de contratos e termos de sigilo, desburocratizando a tramitação dos processos e a celebração de parcerias interinstitucionais. (IET 04, IET 05)
16. Identificar e registrar, de forma sistemática, a inovação tecnológica desenvolvida na Instituição, a partir da integração de dados de projetos de pesquisa e extensão. (IET 04, IET 05)

17. Fortalecer a integração do NIT com a Secretaria de Comunicação Social a fim de orientar quanto à publicação de projetos passíveis de proteção intelectual. (IET 05)
18. Informatizar os procedimentos de registro, acompanhamento e avaliação das novas tecnologias a partir da implantação de uma plataforma online de atendimento. (IET 05)
19. Incrementar a divulgação de informações relevantes sobre os serviços ofertados pelo NIT, aumentando a visibilidade e a credibilidade institucionais. (IET 05)
20. Fortalecer a integração do NIT com a Secretaria de Governança da Informação, a fim de elaborar metodologia de gestão de segurança da informação que garanta a integridade, confiabilidade, privacidade e autenticidade dos dados Institucionais. (IET 05)
21. Identificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa advindos de acordos internacionais de cooperação acadêmica, com o propósito de garantir os interesses institucionais de propriedade intelectual. (IET 05)

5 – Política Estudantil

Tal como em períodos anteriores, a política de atendimento aos discentes do CEFET-MG, para o período de 2015-2020, encontra-se em consonância com o Decreto n. 7.234, de 19/07/2010 (Brasil, 2010), que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e institui uma política de governo nessa área e, no âmbito interno, está contemplada pela Resolução CD-083/04, de 13/12/04, que aprova o regulamento da política de assuntos estudantis.

Os estudantes oriundos das classes sociais de baixa condição socioeconômica constituem público-alvo predominante e prioritário, ao qual se destinam as ações desenvolvidas pela Secretaria de Política Estudantil (SPE), relativas à assistência dita prioritária. As atividades de acompanhamento psicossocial priorizam esses estudantes, mas se estendem também aos demais. Da mesma

forma, as atividades educativas e de formação integral são dirigidas a todos os estudantes, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Nessas condições os princípios da política estudantil neste PDI foram referenciados no mencionado *Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do CEFET-MG* com atualizações segundo a proposta da Política Nacional da Assistência Estudantil apresentada pelo FONAPRACE à ANDIFES e a representantes do poder legislativo da Câmara Federal, com o objetivo de torná-la política de Estado.

Princípios

- Afirmação da educação como política de Estado.
- Orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania.
- Reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- Respeito à dignidade do (a) cidadão (ã) e à sua autonomia.
- Justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos, discriminação e opressão.
- Formação ampla direcionada ao desenvolvimento integral dos estudantes.
- Promoção de condições de democratização do acesso e permanência do estudante no curso.
- Ênfase nas necessidades sociais e humanas dos (as) estudantes para viabilizar condições de igualdade para sua permanência material e simbólica e conclusão dos cursos no CEFET-MG.
- Integração com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Transparência na utilização dos recursos públicos e dos critérios para acesso à política de assistência estudantil.
- Padronização de critérios para acesso à política de assistência estudantil em todos os *campi*.
- Transparência na distribuição dos recursos entre os *campi*, com critérios técnicos estabelecidos pela SPE.

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Metas

01. Implementar programas e ações de inclusão e cidadania a partir de 2016.
02. Estabelecer, em proposta orçamentária, a ampliação gradual de investimentos em assistência estudantil, compatível com o perfil dos estudantes e com as políticas governamentais de acesso e inclusão.
03. Ampliar e qualificar os programas e ações de assistência prioritária, com ênfase no programa de alimentação estudantil para os *campi* Contagem, Leopoldina, Nepomuceno e Timóteo, a partir de 2017.
04. Ampliar e qualificar os programas e ações de apoio e acompanhamento aos estudantes, a partir de 2016.
05. Rever os marcos regulatórios da Política Estudantil a partir de 2017, assegurar a representação da SPE nas instâncias de deliberação da Instituição, e articular os programas e ações de Assistência Estudantil com as Diretorias e Secretarias Especializadas e com as representações estudantis.
06. Fomentar, no âmbito da gestão da Assistência Estudantil, melhorias nas condições de infraestrutura material, tecnológica e de pessoal, que implicam: conclusão do desenvolvimento e da implantação de *softwares*; envidar esforços para admissão de pessoal por concurso para composição das equipes mínimas das CPE's, reformas das instalações de restaurantes e adequação de salas das CPE's; além de construção de restaurantes em quatro *campi* até 2020.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
POE 01	Inclusão e cidadania	01, 02, 03,04
POE 02	Assistência prioritária: alimentação e bolsas	01, 02, 03
POE 03	Apoio e acompanhamento psicossocial	01, 03, 04
POE 04	Gestão da assistência estudantil	02, 05, 06

Objetivos específicos por programa

01. Realizar pesquisas de avaliação dos impactos da política de reserva de vagas e das demandas relacionadas à inclusão de estudantes, com vistas à implementação de programas e projetos no âmbito da política estudantil. (POE 01)
02. Implementar metodologia de avaliação sistemática dos programas e da política de assistência estudantil. (POE 01, POE 02, POE 03)
03. Promover a articulação dos projetos, ações e serviços da assistência estudantil com as áreas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos da Política de Assistência Estudantil de ampliação do acesso, da permanência qualificada e da formação integral. (POE 01, POE 02, POE 03, POE 04)
04. Implementar e consolidar programas e projetos de acompanhamento psicossocial para os bolsistas e demais estudantes, integrados aos programas e projetos da Coordenadoria de Acesso e Temáticas das Juventudes. (POE 01, POE 03)
05. Implementar programas e projetos sobre as temáticas das juventudes articulados com as demandas dos estudantes e iniciativas das representações e coletivos estudantis, integrados aos programas e projetos da Coordenadoria de Bolsas e Acompanhamento Psicossocial. (POE 01, POE 03)

06. Criar mecanismos de participação dos estudantes na concepção e avaliação da política institucional de assistência estudantil. (POE 01, POE 04)
07. Propor melhorias no espaço físico dos restaurantes, com prioridade para os restaurantes com condições piores de funcionamento. (POE 02)
08. Concluir processo de licitação para oferta de refeições nos restaurantes de Belo Horizonte, Araxá, Curvelo, Divinópolis e Varginha. (POE 02)
09. Oferecer refeições subsidiadas nos *campi* Contagem, Leopoldina, Nepomuceno e Timóteo, por meio de chamamento público para cadastramento de restaurantes particulares ou na modalidade de distribuição de refeições, até a construção de restaurantes próprios, de acordo com a disponibilidade orçamentária. (POE 02)
10. Implantar sistema SINAPSE - módulo restaurante nos *campi* do interior. (POE 02, POE 04)
11. Aprimorar a integração dos dados produzidos na Instituição por seus diferentes sistemas, de forma a obter acesso a dados gerais e de perfil de candidatos e estudantes, além de dados atualizados acerca de rendimento, frequência e evasão, tanto do universo total dos estudantes quanto daqueles atendidos pelas CPE's. (POE 03, POE 04)
12. Concluir a elaboração e a revisão dos marcos regulatórios da SPE e dos programas desenvolvidos. (POE 04)
13. Concluir o desenvolvimento do *software* da SPE, informatizando os processos de trabalho, e a coleta, o acesso aos dados produzidos e a divulgação de informações até janeiro de 2017. (POE 04)
14. Integrar o planejamento institucional de recomposição dos quadros de servidores, com vistas a possível ampliação e recomposição das equipes da SPE e das CPE's. (POE 04)

15. Propor melhorias no espaço físico da SPE e CPE's, de forma a propiciar ambientes adequados à privacidade exigida no atendimento ao público. (POE 04)

16. Propor a inclusão de representantes da SPE nas instâncias de deliberação da instituição. (POE 04)

6 – Relações Internacionais

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI) do CEFET-MG, diretamente subordinada à Diretoria Geral, é responsável pelas ações de internacionalização institucional. Atua em parceria com as Diretorias de Educação Profissional e Tecnológica, Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, e Extensão, no sentido de promover a interação do CEFET-MG com instituições estrangeiras, viabilizando ações de intercâmbio técnico, científico e cultural, em caráter de reciprocidade.

Princípios

- Promoção e acompanhamento, juntamente com as Diretorias Especializadas e das Unidades, das ações acadêmicas com os parceiros internacionais.
- Fomento de ações de solidariedade internacional com a implementação de novos acordos e parcerias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Desenvolvimento de ações que promovam a competência intercultural institucional pelo viés do ensino de português como língua não materna aos estrangeiros e pela promoção do ensino de línguas estrangeiras nos espaços da Instituição.
- Desenvolvimento de ações de formação de pessoal qualificado para as relações internacionais da Instituição.
- Apoio à Diretoria Geral na construção de política de relações internacionais longa e sustentável.

Metas

01. Expandir as ações de internacionalização para os *campi* do interior do Estado, promovendo a aproximação da SRI com esses *campi*, por meio de encontros regionais periódicos.
02. Informar as oportunidades de intercâmbio no exterior para docentes e discentes, divulgando-as nas redes sociais, nos *sites* da SRI e do CEFET-MG.
03. Estimular ações de sustentabilidade da pesquisa e da inovação, promovendo oficinas e seminários de divulgação de oportunidades de acesso a financiamento por órgãos internacionais, com foco em parcerias novas e naquelas já institucionalizadas.
04. Preparar a instituição para a internacionalização “em casa”, melhorando o convívio intercultural e a comunicação internacional, disponibilizando informações sobre o CEFET-MG em língua inglesa.

Programas

Código (Área e N°)	Título	Meta
REI 01	Ampliação das ações de cooperação com instituições estrangeiras para a pós-graduação	01, 02, 03
REI 02	Manutenção e ampliação dos acordos internacionais de reciprocidade acadêmica para o ensino de graduação	01, 02
REI 03	Desenvolvimento e consolidação do programa de estágios de curta duração no exterior para a EPTNM	01, 02
REI 04	Envolvimento da comunidade acadêmica na internacionalização da Instituição	01, 04

Objetivos específicos por programa

01. Fomentar o desenvolvimento de acordos para a qualificação de alunos, professores e servidores em cursos de doutorado e estágios de pós-doutorado no exterior. (REI 01)

02. Incentivar a realização de eventos acadêmicos internacionais no CEFET-MG, e também a participação dos alunos do CEFET-MG em eventos no exterior. (REI 01, REI 02)
03. Incentivar pesquisadores da Instituição a captar recursos para financiamento das investigações e abrir novas parcerias com grupos de pesquisa no exterior. (REI 01, REI 02)
04. Apoiar ações de acolhimento de imigrantes, refugiados e portadores de visto humanitário nos cursos de graduação do CEFET-MG. (REI 02)
05. Gerenciar os acordos de intercâmbio já existentes entre o CEFET-MG e instituições estrangeiras de nível profissional e tecnológico. (REI 02, REI 03)
06. Elaborar estratégias para o acolhimento de maior número de alunos estrangeiros nos cursos técnicos do CEFET-MG, entre elas, o ensino de língua portuguesa, o acompanhamento e o apoio aos alunos nos *campi* que os acolherem. (REI 03)
07. Criar novas parcerias com instituições estrangeiras, buscando e ofertando oportunidades de estágios de curta duração para os alunos de cursos técnicos. (REI 03)
08. Fomentar ações de formação de pessoal qualificado para as relações internacionais da Instituição. (REI 04)
09. Organizar atividades de trocas culturais – como seminários, encontros, feiras – visando à integração da comunidade estrangeira ao CEFET-MG. (REI 04)
10. Divulgar as oportunidades de estudo e qualificação acadêmica e profissional no exterior para a comunidade do CEFET-MG. (REI 04)
11. Receber as missões estrangeiras e divulgar os cursos e os trabalhos desenvolvidos no CEFET-MG. (REI 04)
12. Promover o desenvolvimento de pesquisas em parceria com instituições estrangeiras. (REI 04)

13. Ampliar, geograficamente, a abrangência de acordos e parcerias acadêmicas com o CEFET-MG. (REI 04)

7 – Comunicação Social

Na área da comunicação, parte-se do reconhecimento de que a Instituição lida diretamente com amplo contingente de sujeitos institucionais. Sob essa condição, a área da comunicação social preza por uma política de comunicação clara, ética, democrática e eficiente, voltada para aproximar e fortalecer o relacionamento entre a Instituição e seus públicos prioritários – servidores, alunos, terceirizados, entidades parceiras, imprensa e comunidade em geral. Dentro disso, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem como objetivos: (1) difundir os serviços prestados pela Instituição e integrar os diversos segmentos da comunidade acadêmica e os órgãos executivos e deliberativos da Instituição; e (2) aprimorar o processo de interlocução com alunos, servidores, imprensa e instituições parceiras, por meio de veículos de comunicação e eventos culturais, educacionais e institucionais na forma de divulgação, promoção ou apoio.

Princípios

- Democratização de informações institucionais de caráter geral, incluídas as administrativas, acadêmicas e técnico-científicas, observadas condições de propriedade intelectual e segurança informacional.
- Fortalecimento da integração entre os diversos segmentos da comunidade e os órgãos executivos e deliberativos da Instituição, em prol dos princípios da transparência e da participação, nortes da gestão de toda instituição pública.
- Difusão dos serviços prestados pela Instituição e das formas de acesso a esses serviços, sobretudo em suas três grandes áreas de atuação: ensino, pesquisa e extensão.
- Promoção e difusão das políticas inclusivas em respeito à diversidade, sem tolerar atitudes de preconceito por origem, raça, sexo, cor, idade.
- Valorização da clareza e concisão, da instantaneidade, do uso de linguagens específicas (p. ex.: verbal, textual, imagética, gestual) e das plataformas

heterogêneas (p. ex.: impressa, audiovisual, digital), adequando as mensagens a cada público-alvo (p. ex.: sociedade, aluno, professor, técnicos administrativos), de modo a atender à demanda por ações comunicacionais, estabelecendo e facilitando, dessa forma, a comunicação.

- Facilitação do relacionamento *intercampi*, de maneira a propiciar e favorecer a comunicação entre os *campi* da Instituição.
- Produção e apoio aos eventos científicos e culturais realizados no âmbito da gestão, tendo em vista as normas oficiais de protocolo e cerimonial.

Metas

01. Criar e institucionalizar a divulgação científica no CEFET-MG, a partir da elaboração de plano estratégico com ações em curto, médio e longo prazos, e visitas técnicas a Instituições de Ensino Superior (IES) onde a divulgação científica já esteja institucionalizada.
02. Criar revista semestral de divulgação científica (comunicação de cientistas para a sociedade como um todo), com versões digital e impressa, levando à comunidade externa o que é feito de pesquisa no CEFET-MG.
03. Aperfeiçoar a comunicação interna, sobretudo *intercampi*, por meio da criação de uma *intranet* e/ou de um *newsletter*, com informações de interesse dos servidores (técnicos administrativos e professores) da Instituição. A meta implica também a criação de um grupo de correspondentes de comunicação, com representação em todos os *campi*, efetivando as diretrizes da política de comunicação no interior.
04. Aprimorar o *site* eletrônico da Instituição de forma a padronizar a divulgação dos serviços oferecidos pelas unidades organizacionais.
05. Criar dois manuais, um com proposições técnicas comuns à área de redação, seja para veiculação impressa, ou digital, e outro com recomendações em relação a tratativas inerentes ao fazer do cerimonial e protocolo em refeições, posses e demais eventos acadêmicos.

06. Criar um folder e um catálogo da Instituição, de modo a divulgar, entre os públicos estratégicos, aspectos da Instituição, tais como: a história, a infraestrutura, os níveis de ensino, os projetos de pesquisa, extensão e internacionalização desenvolvidos. O folder deverá ter dimensão menor e ser mais conciso, de maneira a proporcionar rápida leitura; já o catálogo consiste em um material mais completo em relação ao CEFET-MG. Criar também um folder e uma página da Instituição em língua inglesa, de modo a facilitar a busca de informações de alunos estrangeiros interessados em intercambiar no CEFET-MG.

07. Criar comissão de comunicação estratégica formada por professores, técnicos administrativos (não jornalistas), alunos, terceirizados e jornalistas, com encontros e reuniões periódicos para debater, democraticamente, os rumos da comunicação do CEFET-MG, propondo ações comunicacionais aos diversos públicos estratégicos.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
CSO 01	Divulgação científica	01, 02
CSO 02	Veículos de comunicação	03, 04, 05, 06
CSO 03	Comunicação aberta	07

Objetivos específicos por programa

01. Elaborar um plano estratégico para a comunicação/divulgação científica, com ações em curto, médio e longo prazo. (CSO 01)

02. Visitar IES onde a comunicação/divulgação científica já esteja institucionalizada para conhecer e compartilhar experiências. (CSO 01)

03. Implementar as ações de comunicação/divulgação científica propostas e avaliar o impacto na comunidade do CEFET-MG, por meio de instrumentos de avaliação contínua. (CSO 01).

04. Aprimorar toda e qualquer produção editorial elaborada na Secretaria, com base na política de comunicação adotada pela Instituição. (CSO 02)
05. Submeter à avaliação da comunidade acadêmica as publicações, impressas ou digitais, produzidas pela Secretaria, a fim de adequar o conteúdo às expectativas e anseios do público-alvo. (CSO 02)
06. Padronizar a forma e os requisitos de conteúdo na divulgação das informações dos diferentes setores institucionais e implementar mecanismos de atualização dos seus *sites* eletrônicos. (CSO 02).
07. Criar meios, de acordo com as normativas internas vigentes, de se constituir uma comissão de comunicação representativa dos diversos segmentos da comunidade acadêmica. (CSO 03)

8 – Governança da Informação

A governança da informação, sob a responsabilidade da Secretaria de Governança da Informação (SGI) contempla aspectos das soluções em tecnologia e segurança das informações institucionais. Os princípios, objetivos e metas ora propostos visam proporcionar a integração entre soluções e dados, além de proporcionar eficiência nas atividades realizadas na Instituição.

Princípios

- Padronização, integridade e segurança no desenvolvimento de sistemas e manutenção da infraestrutura de TI, respeitando-se os princípios de eficiência, planejamento e controle.
- Promoção da integração de dados nos sistemas estruturantes da Instituição, postos como requisitos não funcionais.
- Realização da gestão de processos e serviços de TI eficientemente, a partir de um conjunto de *boas práticas*.
- Priorização de soluções livres e/ou de código aberto, sempre que essas atenderem às necessidades da Instituição, observadas as questões de segurança, continuidade dos serviços, viabilidade econômica e domínio tecnológico da equipe de TI.

- Alinhamento das contratações de soluções de TI aos objetivos da Instituição e aos padrões de sistemas e infraestrutura existentes na administração pública federal.
- Especificação de bens e serviços de TI de acordo com padrões consensuais de desempenho, disponibilidade e qualidade praticados no mercado.
- Estímulo à formação, ao desenvolvimento e à capacitação dos servidores que atuam na área de TI, promovendo a cultura de inovação e de aprendizagem contínua.
- Disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações do CEFET-MG, no âmbito da segurança da informação.
- Busca da excelência, inovação e criatividade nas áreas de atuação da TI, tais como sistemas de informação, infraestrutura de TI, segurança da informação, atendimento à comunidade e gestão de TI, baseadas nas consideradas melhores práticas do mercado.
- Realização de tomada de decisões colegiadas na definição de políticas e monitoramento da gestão da TI, ressalvadas as decisões administrativas atribuídas à SGI.
- Alinhamento a políticas, sistemas, padrões e normas emanadas pela Estratégia de governança digital (Brasil, 2016a).
- Aprimoramento contínuo da comunicação e integração das TI's com as áreas finalísticas do CEFET-MG.
- Valorização das ações integradas entre SGI e demais unidades organizacionais do CEFET-MG, no âmbito do desenvolvimento e da manutenção de soluções de TI.
- Incentivo à cooperação técnica e às parcerias com demais órgãos da administração pública federal.

Metas

01. Instituir a Política de Segurança da Informação do CEFET-MG que contemple trabalho de sensibilização da comunidade, classificação da informação,

inventário de ativos de informação, plano de contingência e grupo de resposta a incidentes de segurança da informação.

02. Regulamentar Comitê de Governança Digital, com a execução de pelo menos seis reuniões ordinárias anuais.
03. Instituir metodologias e políticas de relativas a: desenvolvimento de *software*, catálogo de serviços de TI, gestão de projetos e seus portfólios, contratação e distribuição de recursos de TI, análise de riscos, gestão de recursos humanos em TI, e monitoramento e desempenho de TI.
04. Implementar solução informatizada que realize integração de dados institucionais no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.
05. Promover a manutenção e a continuidade dos atuais sistemas de informação do CEFET-MG
06. Finalizar a implantação da Central de Serviços e implantar: gestão de configuração, gestão de incidentes e gestão da mudança em TI.
07. Promover a atualização, expansão e continuidade tecnológica da infraestrutura de: armazenamento, processamento e transmissão de dados, parque computacional, e equipamentos de informática de uso final.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
GIN 01	Desenvolvimento e implantação da gestão da segurança da informação	01
GIN 02	Modernização da governança e gestão de TI	02, 03
GIN 03	Expansão e atualização dos sistemas de informação	04, 05
GIN 04	Melhoria e inovação no atendimento à comunidade em TI	06
GIN 05	Modernização e expansão da infraestrutura de TI	07

Objetivos específicos por programa

01. Elaborar metodologia de gestão de segurança da informação em âmbito institucional, que garanta a integridade, confiabilidade, privacidade e autenticidade dos dados do CEFET-MG. (GIN 01)
02. Melhorar a governança e gestão em TI, observados os aspectos de liderança, estratégia, informatização, processos e resultados. (GIN 02)
03. Adotar práticas de gestão correspondentes às políticas e metodologias de TI referentes às ações existentes e em planejamento, nas áreas de sistemas de informação, infraestrutura de TI, segurança da informação e atendimento à comunidade, alinhadas às atividades finalísticas da Instituição. (GIN 02)
04. Promover a integração, compartilhamento e acesso aos dados institucionais, observadas as questões de Segurança da Informação e premissas de Acesso à Informação do Governo Federal. (GIN 03)
05. Estimular a eficiência e agilidade dos processos de trabalho do CEFET-MG, com sua respectiva modelagem e efetiva implantação de sistemas de informação. (GIN 03)
06. Expandir e inovar o atendimento em TI à comunidade do CEFET-MG, que garanta agilidade e eficiência nas atividades finalísticas da Instituição. (GIN 04)
07. Implementar boas práticas na gerência e operação de serviços de TI. (GIN 04)
08. Promover a integração e o trabalho conjunto entre as equipes de TI. (GIN 04)
09. Garantir o desempenho e a disponibilidade da infraestrutura de TI compreendida por armazenamento, processamento e transmissão de dados, que suporte a realização das atividades finalísticas da Instituição. (GIN 05)
10. Disponibilizar recursos de TI para a comunidade do CEFET-MG, compreendidos por equipamentos e aplicações computacionais, que permitam a realização das atividades finalísticas da Instituição. (GIN 05)

9 – Administração – Planejamento e Gestão

A área da administração assume caráter muito particular, uma vez que é considerada a área central de apoio a todas as atividades-fim, desenvolvidas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, e, também, às outras atividades institucionais. Nesse sentido, tem como função principal interagir com as demais áreas, por meio do planejamento de ações que visem à otimização do uso dos recursos humanos, materiais e financeiros e ao apoio técnico-administrativo eficiente e eficaz às atividades da Instituição.

Também de forma coerente com a política geral da Instituição, a política da área, sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento e gestão (DPG), busca integrar e formalizar suas ações, considerando-se as dimensões humana, tecnológica e organizacional que constituem o todo da administração institucional.

A atuação da área busca solucionar dificuldades presentes e melhorar a habilidade de antecipar e resolver problemas, por parte dos sujeitos institucionais. Isso deverá ser concretizado pela gestão sistematizada das áreas ligadas aos objetivos finalísticos da administração: gestão de pessoas, saúde e relações de trabalho; execução orçamentária, financeira e contábil; comunicação e arquivo; administração dos serviços gerais de limpeza, vigilância, conservação e manutenção; material e patrimônio; obra e infraestrutura.

A política de uma gestão moderna implementada ao longo dos últimos anos será mantida e aperfeiçoada. Essa política tem como propósito maior garantir a qualidade na prestação de serviços e habilitar os servidores a se tornarem agentes de transformação dos métodos e processos de trabalho, otimizando os meios para executá-los.

Princípios

- Valorização dos servidores e dos demais sujeitos institucionais e investimento em sua capacitação.

- Estilo compatível com a política geral da Instituição, com base no entendimento de que os princípios gerais nela estabelecidos devem permear todas as ações da administração institucional.
- Reconhecimento de que as normas burocráticas levam em conta princípios políticos, éticos, humanísticos e técnicos.
- Estímulo à iniciativa individual de busca da melhoria contínua nos processos de trabalho, no relacionamento interpessoal e no alcance dos objetivos institucionais.
- Adoção de postura pessoal e profissional de permanente busca de superação das expectativas dos usuários dos serviços administrativos.
- Condução do processo de gestão com delegação de autoridade equivalente às responsabilidades atribuídas às unidades organizacionais.
- Busca da eficiência na circulação das informações.
- Realização dos trabalhos por meio de equipes multidisciplinares, buscando a convergência de ideias e de metodologias, mas respeitando a pluralidade e a coordenação participativa.
- Desenvolvimento dos trabalhos, observando-se a integração das atividades de planejar, realizar, controlar e atuar corretivamente.
- Atendimento aos padrões do bom desempenho, apreciando-os para revisão e tomada de novas decisões.
- Persistência na realização dos objetivos traçados, mas com predisposição à mudança e ao aperfeiçoamento contínuo.

Metas

01. Manter e acompanhar os atuais programas de valorização e capacitação de pessoal, a partir da definição e implantação do novo setor de recursos humanos.
02. Criar cronograma para reuniões periódicas com Diretorias de Unidades e Diretorias Especializadas para discutir aspectos estratégicos e de gestão orçamentária cotidiana da Instituição.

03. Adquirir e implantar o Sistema Integrado de Gestão, notadamente seus módulos relativos à gestão digital de processos.

04. Ampliar e consolidar as boas condições dos recursos institucionais físico-materiais atuais, no decorrer no período de 2016 a 2020, envolvendo infraestrutura, recursos de TI, acervo bibliográfico e laboratórios, em todos os *campi*.

Programas

Código (Área e Nº)	Título	Meta
PGE 01	Aprimoramento da gestão de recursos humanos	01
PGE 02	Integração das Diretorias (Especializadas e de Unidades) para planejamento, gestão orçamentária e levantamento de demandas institucionais.	02
PGE 03	Suporte tecnológico para tramitação e gestão de processos administrativos	03
PGE 04	Estudo e definição para a ampliação, adequação, utilização e distribuição racional de espaços físicos, incluindo bens e serviços	04

Objetivos específicos por programa

Gestão de Recursos Humanos (PGE 01)

01. Aprimorar e valorizar a gestão de recursos humanos, no que diz respeito à qualidade de vida e às relações interpessoais no trabalho.

02. Manter e ampliar os programas relacionados à saúde e segurança dos servidores.

03. Ampliar e consolidar o quadro de pessoal, procurando garantir o contínuo atendimento de qualidade nos seus diversos setores.

04. Ampliar o investimento continuado na valorização, na capacitação acadêmica, técnica e gerencial dos servidores, e seu aproveitamento correspondente nos quadros institucionais.

05. Acompanhar o cumprimento das normas e regulamentos internos por parte dos servidores.

Gestão orçamentária e financeira (PGE 02)

06. Definir política geral de compras (periódicas, avulsas e emergenciais), observando critérios de prioridade (urgência e relevância) e disponibilidade orçamentária para liberação da aquisição.

07. Definir política de planejamento e gestão orçamentários, observando mecanismos que viabilizem a descentralização e o controle por centro de custos e a adoção de indicadores de desempenho específicos para as despesas.

08. Modernizar o suporte tecnológico (sistema de informação) aplicado à gestão orçamentária, enfatizando melhorias no sistema de controle interno e na determinação da depreciação de ativos.

09. Estudar o papel e a atuação do futuro Conselho de Planejamento e Gestão (CPG), no que se refere ao planejamento e gestão orçamentários.

10. Aprimorar a integração e interação entre unidades, diretorias e Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG) para levantamento das demandas de aquisições da Instituição.

11. Garantir a atualização permanente dos dados acadêmicos que impactam na distribuição orçamentária federal, com o apoio contínuo das diretorias: DEPT, DIRGRAD e DPPG.

Comunicação e arquivo (PGE 03)

12. Definir política e processos operacionais relativos à gestão de documentos nas diversas áreas e *campi* da Instituição.

13. Melhorar os procedimentos operacionais e modernizar o suporte tecnológico (sistema de informação) destinados à tramitação interna de processos administrativos.

14. Ampliar a oferta de serviços sob o formato digital.
15. Definir política e implantar procedimentos para tratamento do Arquivo Permanente e preservação da memória institucional.
16. Disseminar procedimentos e melhorar a capacitação de servidores quanto à organização e gestão de documentos.

Gestão de patrimônio (PGE 04)

17. Definir política e processos operacionais referentes à gestão de patrimônio, considerando as diversas etapas envolvidas (aquisição, registro, depreciação, manutenção, reavaliação e destinação pós-exaustão), a legislação aplicável e a necessidade de atuação/controle descentralizado.
18. Modernizar o suporte tecnológico (sistema de informação) utilizado para a gestão patrimonial.
19. Reavaliar a capacidade e as condições das instalações físicas destinadas à área de gestão patrimonial e almoxarifado, considerando o cenário de novas práticas, a partir da adoção da nova política e aprimoramento dos processos operacionais correlacionados.

Infraestrutura, compartilhamento e distribuição de espaço físico (PGE 04)

20. Definir política e regras de ampliação, uso, compartilhamento e distribuição do espaço físico, contemplando critérios de decisão colegiada para aplicação dos recursos orçamentários.
21. Definir plano diretor por *campus*, estabelecendo mecanismos que garantam a convergência e a sincronização entre a demanda por áreas e os projetos de implantação ou ampliação de cursos.
22. Revisar demandas atuais de aumento de área construída para uso acadêmico ou administrativo.
23. Divulgar e reavaliar amplamente os padrões arquitetônicos aplicados aos projetos (inclusive de adequação geral e particularmente para pessoas com

deficiência e com necessidades especiais) de sala de aula, laboratórios e ambientes administrativos.

24. Definir procedimentos de manutenção predial, estruturando a prestação de serviços sob critérios de *boas práticas* de Engenharia de Manutenção, visando à atuação proativa e preventiva nos diversos *campi*.

25. Ampliar a participação da comunidade, sob a forma colegiada, na definição de uso do espaço físico.

10 – Avaliação Institucional

A área da avaliação institucional tem por objetivo geral a promoção da melhoria institucional, visando à obtenção de indicadores que contribuam para a tomada de decisões relativas ao aumento da qualidade da educação no CEFET-MG. Tem-se por base o contexto institucional, os princípios, os objetivos e as metas, tal como previsto, para os próximos cinco anos, com especial atenção no aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

Princípios

- Avaliação com respeito à identidade, à missão e à história da Instituição.
- Respeito à globalidade institucional e à decorrente multiplicidade de indicadores.
- Valorização dos processos de avaliação entendidos como instrumentos formativos e de orientação na tomada de decisões institucionais.
- Continuidade do processo avaliativo.
- Participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação.
- Busca pelo reconhecimento, por todos os sujeitos da comunidade, da legitimidade do processo de autoavaliação.
- Utilização, com o maior grau de integração possível, de métodos qualitativos e quantitativos de avaliação.

Metas

01. Assegurar que, até o quinto ano de vigência deste PDI, os sujeitos da comunidade escolar tenham conhecimento sobre o papel da avaliação institucional e da CPA, o que implica: realização de seminários de divulgação do trabalho da Comissão, em todos os *campi*: divulgação anual dos resultados da avaliação institucional realizada pelos servidores.
02. Elevar a participação da comunidade escolar nos processos de autoavaliação, em pelo menos 50%, até o final da vigência deste PDI.
03. Assegurar o acompanhamento de 100% dos indicadores da avaliação da educação superior, interna e externa, no prazo de dois anos, para a efetivação da cultura de autoavaliação como instrumento de diagnóstico.
04. Aprimorar os instrumentos de avaliação, gradualmente, até o último ano de vigência deste PDI, observados os ciclos de avaliação do SINAES, e a avaliação quadrienal da CAPES. Isso implica o levantamento sistemático das críticas e sugestões apresentadas pelos usuários dos instrumentos de avaliação, no decorrer do período de 2016-2020.
05. Implantar, em parceria com a DEPT, sistema de avaliação para os cursos técnicos.

Programas

A área da avaliação institucional conta com dois programas indicados a seguir, com os objetivos específicos que lhe correspondem.

Código (Área e N°)	Título	Meta
AVI 01	Consolidação da CPA	01
AVI 02	Avaliação institucional	01, 02, 03, 04, 05

Objetivos específicos por programa

01. Consolidar o papel da CPA, por meio da revisão do seu regimento interno e da elaboração de novo plano de trabalho e do estreitamento do diálogo com a comunidade interna e externa. (AVI 01)
02. Atender às demandas de informação autoavaliativa do CEFET-MG por parte do INEP/MEC. (AVI 01)
03. Sensibilizar a comunidade interna e externa quanto à importância da avaliação. (AVI 01, AVI 02)
04. Desenvolver programa de orientação ao preenchimento de questionários. (AVI 01, AVI 02)
05. Divulgar, ampla e sistematicamente, os resultados da avaliação entre servidores, alunos e comunidade externa. (AVI 01, AVI 02)
06. Avaliar, periodicamente, os instrumentos de autoavaliação. (AVI 01 e AVI 02)
07. Potencializar, ampliar e consolidar o papel do planejamento estratégico institucional, agregando a ele as ações desenvolvidas no âmbito da CPA. (AVI 01, AVI 02)
08. Estabelecer estratégias de trabalho visando à consolidação da cultura de avaliação como instrumento de diagnóstico para planejamento institucional. (AVI 02)
09. Definir métodos de análise de resultados, considerando os instrumentos de avaliação internos e os utilizados pelo INEP/MEC e CAPES. (AVI 02)
10. Acompanhar e avaliar permanentemente os cursos da EPTNM e da graduação, buscando a melhoria da qualidade do ensino. (AVI 02)
11. Sistematizar a análise dos resultados dos processos avaliativos. (AVI 02)
12. Estimular a participação efetiva da comunidade nas atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação institucionais. (AVI 02)

13. Avaliar continuamente as práticas de gestão e a estrutura institucional, envolvendo as unidades organizacionais e os órgãos colegiados. (AVI 02)
14. Promover a integração entre as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento institucional. (AVI 02)

III. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI

O acompanhamento contínuo e sistemático dos resultados alcançados, a partir do desenvolvimento das iniciativas previstas neste PDI, é de fundamental importância para o aprimoramento da gestão do CEFET-MG.

Para acompanhar e avaliar a execução do PDI, o CEFET-MG conta com diferentes instrumentos de gestão, entre as quais se podem citar os colegiados, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e o Acompanhamento e Avaliação do PDI 2016-2020, propriamente dito.

Os colegiados representam canal imprescindível e instrumento de participação dos sujeitos institucionais e de garantia do princípio da gestão democrática do ensino público. A consolidação desses órgãos contribui para que se ultrapasse o modelo estático de gestão e que seja possível a participação da comunidade nas tomadas de decisão coletivas com vistas à garantia e melhoria da qualidade do ensino.

Quanto à Comissão Permanente de Avaliação, é ela que elabora e executa o processo de autoavaliação institucional. A CPA tem ação autônoma em relação à administração da Instituição e seus órgãos colegiados.

Ambas atuações dos colegiados e da CPA, interdependentes e complementares, requerem o acesso a dados e informações fidedignas e o desenvolvimento de práticas comunicacionais. Isto se relaciona com a disseminação da cultura de utilização da informação como subsídio à tomada de decisão concernente à diversidade de demandas, percepções, expectativas e interesses dos diversos segmentos da escola.

Já o Acompanhamento e Avaliação do PDI 2016-2020, propriamente dito, tem por objetivos:

- fornecer aos gestores e servidores envolvidos nos programas do PDI, metodologia de trabalho que facilite o acompanhamento do Plano em suas diversas fases e a avaliação dos resultados alcançados;

- apontar indicadores¹¹ para a verificação daquilo que foi planejado, visando possíveis realinhamentos.
- apreciar os resultados obtidos, considerando-se as relações custo-benefício, custo-efetividade e custo-oportunidade das iniciativas promovidas, visando ao cumprimento dos objetivos gerais da Instituição;
- identificar dificuldades institucionais e os possíveis mecanismos de sua superação.

Em síntese, pretende-se por meio do Acompanhamento e Avaliação do PDI 2016-2020, estabelecer metodologia para promover a análise crítica dos dados e informações, visando à continuidade da implementação do PDI, ou se necessário, sua revisão e melhoria.

Dentro disso, serão realizadas análises do *Relatório de Gestão e do Relatório Anual da CPA*, com base na situação dos indicadores levantados periodicamente, mantendo diálogo com os colegiados, Diretorias e Secretarias Especializadas. Anualmente, serão elaborados relatórios permitindo à comunidade e aos gestores verificarem se as metas estabelecidas no PDI estão sendo alcançadas e a consequente necessidade de repactuar-las ou de se redefinir o Plano em um ou mais de seus aspectos.

Nesse sentido, definem-se as orientações a seguir.

1. Para cada programa deverão ser estabelecidos indicadores de acompanhamento. Os indicadores mostram o que observar ou medir para determinar se o Plano está sendo cumprido e se os objetivos estão sendo alcançados, devendo ser definidos de forma a refletir a realidade do programa. Propõe-se o estabelecimento de indicadores para:

- atividades previstas,
- recursos previstos,

¹¹ Indicadores: trata-se da definição de uma métrica estabelecida para avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Nesse sentido, fornecem um comparativo de como está o cenário da Instituição em determinado momento com relação ao que deveria ser. Os indicadores possuem sempre unidades de medida a eles associadas.

- resultados esperados (em termos quantitativos e qualitativos),
 - impactos do programa no CEFET-MG.
2. Os indicadores de acompanhamento deverão ser apresentados, contendo a descrição do indicador, os dados e informações a eles referidos e a fonte de coleta de dados.
3. Anualmente, para cada programa, serão realizados os trabalhos a seguir.
- Comparação do projetado com o executado.
 - Análise das ações executadas e dos processos de trabalho, visando verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados.
 - Análise da qualidade dos resultados e dos seus impactos.
 - Proposição de ajustes no PDI em caso de existência de:
 - necessidade de procedimentos para agilizar ações, atividades ou tarefas que se encontram com atraso em relação ao cronograma inicial;
 - fatores externos que estejam dificultando ou impedindo o trabalho;
 - dificuldades nas equipes de trabalho;
 - resultados obtidos que possam ter impactos negativos na função institucional.

Por fim, o processo de Acompanhamento e Avaliação do PDI 2016-2020 ajudará na evolução da *performance* institucional, uma vez que é por meio de análises críticas fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção de trajetória, em prol do alcance das finalidades institucionais e do atendimento às políticas delineadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 001, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 14 de março de 2016^a.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

BRASIL. Decreto n. 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 18 de janeiro de 2016^a.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 12 de janeiro de 2016^b.

BRASIL. Projeto de lei que regulamenta a política nacional de assistência estudantil – PNAE. Dispõe sobre a Política Nacional de assistência Estudantil – PNAE e dá outras providências. Fonaprace, 2015. (texto impresso).

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JÚNIOR, James Willian. 100 anos e muitas histórias. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2011. (Relatório de Pesquisa).

JAHAN, Selim. *Relatório de desenvolvimento humano 2015; o trabalho como motor do desenvolvimento humano*. PNUD, 2015.

APÊNDICE

Servidores que foram designados para trabalhar nas atividades de elaboração deste PDI correspondentes à etapa-base do diagnóstico institucional.

Adilson Lopes de Oliveira	Fernanda Félix da Silva
Adriana Venuto	Fernanda Nascimento Paschoal Badaró
Alexandre Morais de Oliveira	Fernando Gontijo Bernardes Júnior
Alfredo Magalhães Soares	Fernando Souza Soares
Álvaro Francisco de Britto Junior	Flávio Macedo Cunha
Amanda Guimarães do Carmo Silva	Geraldo do Carmo Filho
Ana Paula Gaspar Alvarenga	Gilze Belém Chaves Borges
Andréa Aparecida Barros de Melo Bampirra	Glauciene Silva Martins
Andrea M. Guimarães	Glenda Aparecida de Carvalho
Andreia de Oliveira Santos	Guilherme Nogueira Tavares
Angela de Mello Ferreira	Henrique José Avelar
Aniel da Costa Lima	Hersília de Andrade e Santos
Camila Gonçalves Guimarães	Humberto Cardoso dos Santos
Carolina Calazans Lopes	Isabella de Oliveira Nascimento
Cláudia Lommez de Oliveira	Ivete Peixoto Pinheiro Silva
Conrado de Souza Rodrigues	Jacqueline Moreno Theodoro Silva
Cristina Guimarães Cesar	Jader Bosco Gomes
Daisy Cristina de Oliveira Morais	James William Goodwin Júnior
Daniel Paulino Teixeira Lopes	Janice Cardoso Pereira Rocha
Denise Brait Carneiro Fabotti	Jeannette de Magalhães Moreira Lopes
Diego Ascânio Santos	Jerônimo Costa Penha
Dilene Pinheiro da Silva	João Batista Queiroz Zuliani
Domingos Sávio de Resende	João Ricardo da Mata Soares de Souza
Edmar Ferreira Júnior	José Afonso de Matos Neto
Eduardo Henrique da Rocha Coppoli	Joyce de Oliveira Ribeiro
Elisete Pereira Gonçalves Viana	Juliana Bonacorso Dorneles
Elizabeth de Araújo	Juliana Vilela Lourençoni Botega
Eugênia Oliveira Pinto	Karla de Souza Torres
Evaldo Sérgio de Souza	Katalin Carrara Geöcze
Fabiana de Matos Moura	Leni Nobre de Oliveira
Felipe Dias Paiva	

Leonardo Augusto Generoso
Letícia Coutinho Velloso
Lilian Bambirra de Assis
Liliane Oliveira Neves
Lindolpho Oliveira de Araújo Júnior
Lourenço Godoi Linhares Pires
Luana Aparecida Barbosa Braga
Luciana Amaral Azevedo Santos
Lucília Pereira de Oliveira Campos
Ludmila de Vasconcelos Machado
Guimarães
Luís Felipe dos Santos Lara
Luiz Claudio Oliveira
Luiz Eduardo Pacheco
Márcia Cristina Feres
Maria Adélia da Costa
Maria Aparecida da Silva
Maria Cristina dos Santos
Maria Cristina Silva Vidigal
Maria Inês Gariglio
Maria Inês Passos Pereira Bueno
Maria Salete Guimarães Moreira
Maria Tereza Dornas
Mariana Coelho da Silveira
Mário Sérgio Santos Rosa
Naiara Daniele Silva Felipe
Nilton da Silva Maia
Nilza Helena de Oliveira
Nívia Rodrigues Pereira

Patterson Patrício de Souza
Paulo Fernandes Sanches Junior
Rafaela Campos Duarte Silva
Ramon Paes Guimarães
Raquel Cândido da Silva
Regiane Gueli Furtado de Mendonça
Regina Márcia de Almeida
Regina Rita de Cássia Oliveira
Ricardo Vitor Ribeiro dos Santos
Rodrigo Alves dos Santos
Rodrigo Franklin Frogeri
Rodrigo Tomás Nogueira Cardoso
Roger Lourenço Fernandes
Rogério Barbosa da Silva
Ronan Torres Quintão
Sandra Lúcia de Oliveira
Sérgio Dias Ribeiro
Silvani dos Santos Valentim
Tália Santana Machado de Assis
Tatiana Kelly Nunes Bastos
Tomaz Antônio Chaves
Ulisses Cotta Cavalca
Valéria Lanna de Castro Santos
Vinícius Barbosa Schettino
Vitor Tavares Gontijo
Wagner Eduardo de Souza Pedroso
Wagner José Pires
Wesley Ruas Silva
Zélia Maria Ferraz Barbos